

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Trinta de Junho de Dois Mil e Vinte

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, pelas dez horas, teve início, no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve: -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Bom dia a todos, mais uma vez. Agora aqui no anfiteatro eu nunca consigo cumprimentar pessoalmente, mas ficam todos cumprimentados. Temos quórum. Podemos dar início à sessão de hoje, com o tradicional toque na sineta. E eu começava já por dar conhecimento das substituições. Do Grupo Municipal do PSD, falta a Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes e é substituída por Maria Emília Dias de Carvalho Gonçalves; falta a Dulcineia Catarina Moura de Sousa Coito, que é substituída por João Manuel Costa do Rosário Bandurra; falta o António Júlio da Fonseca Santos Fernandes, que é substituído por António José Jorge Terras e falta ainda o Hugo Miguel Mendes Fernandes, que é substituído por Andreia Patrícia Plácido Fernandes do Espírito Santo. Do Grupo Municipal do CDS, falta a Elsa Marina Lourenço Gonçalves Silva, que é substituída por José Carlos Breia Lopes. Do Grupo do PS, falta o José Alberto Pires, que é substituído por António Barbosa e falta a Teresa Freitas Silva que é substituída por Nuno Laginhas. Do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, falta o Marco Alexandre da Silva Loureiro e é substituído por Bruno Alexandre Figueiredo Andrade. Das Juntas de Freguesia, falta o Presidente da Junta de Freguesia de Pera do Moço, Paulo Jorge Bernardo, que é substituído pela Secretária Inês Marisa Henriques Pires. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves, e é substituído pelo Secretário Cristóvão Lages Antunes. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Érico Manuel Pissarra Gomes, que é substituído por Catarina Isabel Gonçalves Cardoso Cabral. E falta ainda o Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo, António Jorge Esteves, que é substituído por Paulo Jorge Correia Cabeças. Começávamos, agora, então, com o Período de Antes da Ordem do Dia, com a apresentação dos documentos, Moções, Propostas e Recomendações. E o primeiro documento que aqui.... falta a aprovação da ata da última Assembleia Municipal do dia 19, peço desculpa. Eu ia perguntar... então ainda não foi disponibilizada, por isso deixamos para aprovar na próxima. Muito bem.” -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, então, à apresentação das Moções, Propostas e Recomendações como estava a dizer e começamos pela CDU que tem dois documentos, duas Moções. Uma delas, «Salvar as nossas micro, pequenas e médias empresas, o passo necessário para a retoma economia que o concelho da Guarda precisa» e, a outra, «A regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco é uma justa aspiração dos trabalhadores da administração local». Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Então, bom dia. Posso começar por aquela que quiser?”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Pronto. Vou começar por aquela que é a remodelação da anterior, que foi reprovada e que eu não gostei nada, porque penso que as micro, pequenas e médias empresas têm direito à vida. «Salvar as nossas micro pequenas e médias empresas, o passo necessário para a retoma económica que o concelho da Guarda precisa. Conhecemos a aflitiva situação que as nossas micro, pequenas e médias Empresas enfrentam e que o surto epidémico veio expor de forma brutal. Nestes últimos meses, muitos empresários, face à suspensão das suas atividades, encerramento ou delimitação dos espaços onde as desempenham, enfrentam uma significativa redução da procura e de clientes, também estes afetados pela recessão. O Governo avançou com algumas medidas de apoio às micro, pequenas e médias Empresas, mas estas são claramente insuficientes, limitadas e titubeantes, tornando ainda mais insegura a vida destes empresários. Entretanto, ficou evidente a necessidade de os recursos do nosso País serem usados em defesa dos milhares de micro, pequenos e médios empresários, cuja atividade é fundamental para recuperar e desenvolver o País, e em particular do seu Interior. Assim, a assembleia municipal da Guarda exige medidas: - de levantamento pela Autarquia de informações sobre a real situação das micro, pequenas e médias Empresas do concelho e das suas dificuldades, incluindo no acesso aos apoios existentes, que devem ser transformadas em ações concretas da Câmara e em reivindicações junto do poder central; - de apoio aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas, visando assegurar a sua sobrevivência e o seu cabal esclarecimento bem como a sua completa orientação no acesso às medidas de apoio; - apoio ao arrendamento não habitacional, dada a quebra de atividade verificada.» E disse. Agora, a segunda Moção, «A regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco é uma justa aspiração dos trabalhadores da Administração Local.», e posso acrescentar que é de outros trabalhadores também. «A atual situação que vivemos, veio evidenciar a importância dos serviços públicos e dos seus trabalhadores nas respostas às necessidades das populações. Diariamente, milhares de trabalhadores da administração local asseguram os serviços essenciais às populações, salvaguardando a saúde pública, respostas sociais e a continuidade da qualidade de vida da população. Estes trabalhadores prestam o seu serviço expondo-se a riscos acrescidos sem qualquer compensação suplementar. A valorização dos trabalhadores, mais do que com palavras de circunstância ou atos simbólicos, faz-se com medidas concretas, nomeadamente com o reconhecimento da natureza insalubre, penosa e de risco de várias atividades e que a esse reconhecimento corresponda uma justa e necessária compensação remuneratória. A regulamentação e aplicação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco é, há muito, uma justa aspiração dos trabalhadores da Administração Local, que apesar de prevista e reafirmada no quadro legal, nomeadamente na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, tarda em ver a sua aplicação efetivada. Regra geral, as Autarquias Locais pautam a sua ação pelo respeito, valorização e promoção das condições dos seus trabalhadores, sobretudo daquelas que dizem respeito às suas condições de saúde, higiene e segurança. Assim, a Assembleia Municipal de Guarda, reunida no dia 30 de Junho de 2020, delibera: - Saudar todos os trabalhadores que diariamente prestam serviços essenciais às populações e sensibilizar os órgãos competentes para a necessidade de ajustar a legislação à rudeza e perigosidade da sua função; - Exigir do

Governo e da Assembleia da República a aplicação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco aos trabalhadores da Administração Local. Uma vez aprovada, esta Moção deve ser enviada aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro e aos órgãos representativos dos trabalhadores. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes dois documentos? Senhor Deputado Tiago Gonçalves, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Muito bom dia a todos, senhora Presidente da Assembleia Municipal e senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores Vereadores do Executivo, senhores Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Técnicos do Município que garantem que tudo esteja em condições para que hoje, mais uma vez, estejamos aqui nesta Assembleia Municipal. Relativamente às Moções que a CDU apresenta nesta Assembleia Municipal, cumpre-nos tecer aqui também algumas considerações. A primeira, para dizer que a primeira Moção apresentada, tal como o Deputado Aires Diniz afirmou, consiste numa quase repetição da Moção já trazida aqui na Assembleia Municipal do dia 19 de junho. Portanto, há onze dias atrás. Nessa ocasião, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata absteve-se em relação ao teor desta Moção e hoje fará da mesma forma. Sem deixar, contudo, de dizer aqui o seguinte. Em primeiro lugar, que esta questão do levantamento pela Autarquia das necessidades sobre a situação das micro, pequenas e médias empresas do concelho, queremos deixar claro, também, que o Município, através nomeadamente do seu Espaço Empresa, tem feito um esforço enorme, através da divulgação desse espaço e dos serviços que lhe estão afetos, para dar esse apoio às empresas do nosso concelho. E, portanto, as empresas gozam de um conjunto de serviços através deste espaço empresa, inclusivamente de apoios jurídico gratuito, prestado em colaboração com a Delegação da Ordem dos Advogados do nosso concelho e, por isso, essa questão, independentemente de haver um levantamento exaustivo, ou não haver, há, de facto, uma preocupação da parte do Município da Guarda em relação a essa matéria e há uma política de proximidade em relação às empresas no sentido de tentar que as mesmas ultrapassem as dificuldades que naturalmente sentem neste período e que infelizmente não se solucionam num abrir e piscar de olhos. Depois, relativamente às outras duas questões que a CDU aqui coloca, é evidente que o PSD também dá o seu apoio àquilo que aqui está. Dá o seu apoio, independentemente disso e como dissemos na semana passada, estas questões deviam ter ido e deviam era ter sido plasmadas efetivamente no orçamento rectificativo. Já não vamos a tempo de enviar nada de modo a que no orçamento rectificativo elas constem. Mas, de facto, sabe-se que há propostas, neste momento, em cima da mesa para que os sócios gerentes sejam apoiados. E, também, apesar de não existir essa proposta, eu, pessoalmente, julgo que é uma das coisas mais importantes, nos tempos que correm, o apoio às rendas não habitacionais, nomeadamente àquelas rendas comerciais de espaços que estão fechados de forma compulsiva pelo Estado, de acordo com as leis aplicadas aqui durante este período de pandemia. Parece-me, de facto, algo importante de evidenciar. Mas, como repetimos, isto devia ter ido para o orçamento rectificativo e não para esta questão. Não aqui, agora, já nesta altura, não é oportuno estar a discutir esta questão. Relativamente à

regulamentação do suplemento de insalubridade, queremos dizer também que isto é, segundo pudemos apurar, é um suplemento que já existe na função pública em geral, mas que não está aplicado na parte da administração local, na parte das Autarquias Locais. Esta Moção é efetivamente decorrente de uma tomada de posição dos Sindicatos dos Trabalhadores das Autarquias Locais, que pretende o alargamento deste suplemento também aos trabalhadores das Autarquias locais e, por isso, porque entendemos que também não deve haver diferenciação entre os trabalhadores da função pública em geral e os trabalhadores também das Autarquias Locais, entendemos dar o nosso apoio a esta Moção pela valorização do trabalho dos trabalhadores das Autarquias Locais. Por isso, votaremos a favor.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor. Acho que não fui eu. Eu, às vezes, faço um bocado de trovoada, mas acho que agora não fui eu.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Cumprimento a senhora Presidente e os restantes Membros da Mesa, cumprimento o Presidente da Câmara e os restantes Vereadores presentes, todos os Deputados, os Presidentes de Junta, os Técnicos da Autarquia, a Comunicação Social e aqueles que nos veem em casa, através dos meios digitais. Relativamente a estas Moções que nos trouxe a CDU, e não obstante aquilo que o Deputado Tiago já aqui veio dizer, efetivamente há aqui uma remodelação da Moção que nos tinha apresentado anteriormente, a propósito da qual, logo nessa altura, deixámos muito clara a nossa preocupação com a situação dos sócios-gerentes. Mas havia no texto dessa Moção também algumas questões que, para nós, configuravam linhas vermelhas, nomeadamente os limites. Portanto, o facto de propor um apoio indiscriminado a todos, quando nós sabemos que há situações em que não é ética, nem provavelmente moralmente aceitável esse apoio. E daí termos votado contra. Essas questões foram exportadas nesta Moção que hoje a CDU nos trás e, portanto, não votaremos contra a Moção da CDU. Relativamente à segunda Moção que nos trouxeram, dos suplementos remuneratórios para os funcionários em funções públicas, enfim, de uma forma geral, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda que sejam utilizados todos os instrumentos legais à disposição, para reconhecer o mérito, o esforço e o empenho de todos aqueles que trabalham na causa pública e, portanto, acompanharemos também a Moção da CDU. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Muito bem. Então, passamos à votação destes dois documentos.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Salvar as nossas micro, pequenas e médias Empresas,** -----

---- **o passo necessário para a retoma economia que o concelho da Guarda precisa** ----

- Aprovada, por maioria, vinte e três votos a favor e quarenta abstenções. -----

----- Resultado da votação da Moção -----

----- A regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, -----

----- é uma justa aspiração dos trabalhadores da Administração Local -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e três votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, agora, à intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, «Recomendação da Assembleia Municipal à Câmara Municipal da Guarda, manutenção do Parque Urbano do Rio Diz.» Quem faz a leitura? Senhora Deputada Paulista, faz favor.” -----

- **Deputada Paulisa D’Assunção (PS):** “Começo por endereçar os meus respeitosos cumprimentos a todos os presentes e ao público que nos acompanha através dos meios de comunicação social. Na passada Assembleia Municipal, o Grupo Parlamentar do PS fez uma chamada de atenção ao Executivo, em tom de crítica construtiva, denunciando o aspeto degradado do Parque Urbano do Rio Diz, elencando exemplos demonstrativos do seu estado degradado e pediu explicações ao Executivo sobre o motivo da sua falta de manutenção, jardinagem e limpeza e por que motivo não mandava reparar as estruturas e equipamentos danificados, apelando o Parque Polis que fosse rapidamente intervencionado no sentido de se tornar, de novo, num espaço de lazer e de desporto agradável. O Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que, como cidadão, frequenta aquele espaço e que tinha uma perspetiva da realidade completamente diferente daquela que abordámos e refutou, veementemente, esta perspetiva deplorável que existe no Parque Polis, que referiu que não vê. Declarando, em suma, que na sua perspetiva o relvado está em bom estado, os caminhos estão arrançados, toda a parte ajardinada com gosto, as guias de granito que ladeiam o caminho à volta do parque estão todas limpas, não têm terra, nem ervas por cima. E, por fim, até lançou o desafio que fossem ao Polis e vissemos, efetivamente, se está deplorável, ou não está durável. Ora bem, Excelentíssimo senhor Presidente, eu aceitei o desafio e registei imagens para que cada um tire as suas conclusões. Agradecia, por favor, se possível, a exibição do reporte fotográfico. Muito obrigado. Estas fotos foram tiradas no dia 20 de junho, no dia seguinte à anterior Assembleia Municipal, e, como pode constatar, não se trata de uma questão de termos diferentes perspetivas, como referiu, mas é a realidade, mais que evidente que o Parque Polis tem falta de manutenção. Portanto, Excelentíssimo senhor Presidente, efetivamente ou temos mesmo perspetivas diferentes sobre aquele que é o estado do Parque Urbano do Rio Diz, ou temos conceitos muito diferentes daquilo que é um bom estado de manutenção. Como V/Excelência aqui disse na anterior Assembleia, de facto, nós olhamos para a realidade, às vezes, como nós queremos. Mas, como cidadãos da Guarda, penso que todos nós gostaríamos de olhar para a realidade do Polis de maneira diferente daquela em que se encontra. Reconhecemos que nem tudo ali está mal. Sabemos que muito recentemente foi feito algum trabalho de manutenção e algumas das situações que aqui manifestámos preocupação já foram resolvidas. Mas o senhor Presidente também reconhecerá que há muito ainda por fazer, como a reparação dos decks que aqui vimos, os decks de madeira que estão espalhados pelo Polis; a reposição da iluminação que se

encontra no deck que atravessa ao lago que está toda destruída; a limpeza do lago que, neste momento, mais parece um pântano. Isto só para dar alguns exemplos. Portanto, deverá reconhecer que a manutenção deve ser feita durante todo o ano, não apenas durante alguns meses como tem sucedido. Portanto, estamos a falar de uma estrutura desportiva e de lazer que, com a pandemia em que vivemos, cada vez é mais procurada, não só pelos residentes, mas também por gente que vem de fora do concelho. E, antes da pandemia, era até frequentada pelos nossos vizinhos espanhóis. Agora, certamente será mais difícil que voltemos a vê-los lá a passear. Portanto, daí que devemos olhar o Polis como uma estrutura atrativa, que cada vez mais pode chamar gente à Guarda, à semelhança do que esperamos que aconteça com os futuros passadiços e até com a ciclovia e a via pedonal. E é por isso que se deve apostar numa perfeita manutenção de limpeza do Polis. Não tem a ver com perfeccionismo, como o senhor Presidente falou na altura. Tem a ver com, efetivamente, manter as coisas em boas condições. Face ao exposto, o Grupo Municipal do PS da Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária no dia 30 de junho 2020, faz a recomendação à Câmara Municipal da Guarda para que proceda a uma regular manutenção do Parque Urbano do Rio Diz, de modo a não o deixar chegar ao estado de degradação em que o vemos, para que, quer em família, quer individualmente, os cidadãos dele possam desfrutar plenamente e em segurança. Aproveita-se, ainda, o ensejo para recomendar à Câmara que mande proceder à limpeza da iluminação que rodeia o monumento em homenagem aos Combatentes da Grande Guerra, no Jardim José de Lemos, porquanto está coberta de terra e vegetação já enraizada. Portanto, isto é algo que já se arrasta há muito tempo e que tapa a iluminação o que, para além de desaprimorar o monumento, torna o dinheiro gasto no seu arranjo e no seu embelezamento um desperdício de dinheiro dos contribuintes. Agradeço a sua atenção. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. O Grupo Parlamentar tem mais uma Recomendação. Quem faz a leitura? Disponibilização pública das atas. Faz favor, senhor Deputado Rui Ribeiro.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Renovo a todos os meus cumprimentos e passo à leitura da Recomendação. «Disponibilização pública de atas. A atividade política exige, de todos os titulares de mandatos de representação, um forte compromisso com as causas que são os cidadãos que representam. Por isso mesmo, o escrutínio a esta atividade se inicia, deste logo, no momento da candidatura, onde é obrigação dos candidatos esclarecerem os eleitores acerca das suas prioridades, da sua visão sobre a atividade do órgão a que se candidata e dos compromissos que assume a partir desse momento. Todos os que aqui estamos sabemos muito bem disso porque passámos por esse processo. Porém, o escrutínio não termina com a eleição, antes se intensifica. Quando queremos realmente aproximar a atividade política dos cidadãos que esta deve servir, devemos dar-lhe informação atualizada sobre todos os nossos dados politicamente relevantes. Esta transparência é o que verdadeiramente aproxima eleitores e eleitos, reforçando a democracia, permitindo que uns e outros estreitem uma relação que se quer reforçada. Acreditamos mesmo que o escrutínio dos cidadãos sobre a nossa ação política, contribui para que possamos melhorar essa mesma ação. Neste contexto, entendemos que a disponibilização pública das atas das sessões da Assembleia Municipal em tempo útil, é

um imperativo político de todos nós, Deputados Municipais. Nessa sequência, o grupo de Deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Guarda, vem recomendar à Excelentíssima Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que concertem esforços no sentido da disponibilização, no sítio web do Município, das atas da sessão da Assembleia Municipal no prazo de 15 dias após a sua aprovação, contribuindo, dessa forma, para mais e melhor informação prestada aos cidadãos da Guarda. Só título de rodapé, antes de descer, eu consultei o site do Município e, para que todos tenham uma noção, porque eu também não tinha, a última deliberação que está lá é de 30 de janeiro de 2019 e a última ata é de abril de 2018. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estas duas intervenções? Não? Relativamente às atas, só para dizer que eu subscrevo integralmente o que aqui está e é uma luta árdua, mas que o levaremos a bom porto e, dentro de pouco tempo, elas estarão disponibilizadas. Passávamos, então, à votação... são duas Recomendações, não há votação. São duas Recomendações, exatamente. Muito bem. Agora, Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, uma Moção, «Por um Tribunal Administrativo e Fiscal na Guarda. Quem lê? Senhor Deputado Miguel Bandarra, faz favor.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, senhores Vereadores e senhoras Vereadoras, Presidentes de Junta e Deputados Municipais. Passaria, então, a ler a referida Moção. «Por um Tribunal Administrativo e Fiscal na Guarda. Encontra-se a decorrer o período de discussão pública relativo à proposta de Decreto-Lei do Governo que visa transitar doze concelhos do distrito da Guarda (todos com exceção de Manteigas e Sabugal) da área de jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco para a área de jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu. Através desta alteração, os litígios administrativos e fiscais que digam respeito à área de competência do Concelho da Guarda passarão a ser tramitados em Viseu, o que acontecerá, segundo a proposta do Governo, a partir de 01 de setembro deste ano. Acontece que foi submetida a esta Assembleia Municipal, nomeadamente à sua sessão de 29/04/2016, uma moção apresentada conjuntamente por todos os Grupos Municipais na sequência de um trabalho prévio no sentido de propor ao Governo a criação de um Tribunal Administrativo e Fiscal na Guarda. Perante a proposta que ora se encontra em discussão pública urge reavivar esta justa luta colocando o Governo perante uma hipótese alternativa à que já se encontra submetida a discussão pública. De facto, atendendo às distâncias, custos de deslocação e inexistência de transportes públicos, tanto a opção por Castelo Branco, como a opção por Viseu, se revelam insuficientes e geradoras de profundas desigualdades e dificuldades no acesso ao direito e à tutela da Justiça Administrativa pelos habitantes da área do distrito da Guarda e até da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Também por questões de eficácia e celeridade da justiça administrativa e fiscal, que como é público é o ramo da justiça onde se verificam maiores atrasos na resolução de processos, urge alterar a cobertura nacional dos Tribunais Administrativos e Fiscais pela criação de novos Tribunais que permitam um acesso mais facilitado e contribuam para a dignificação deste ramo. Através da presente Moção, a Assembleia Municipal da Guarda volta a

requerer à senhora Ministra da Justiça que possa mandar verificar quantos processos migrariam para um Tribunal Administrativo e Fiscal a sedear na Guarda, de acordo com as regras de competência territorial em vigor, para verificar da sua sustentabilidade e viabilidade, estudando, dessa forma, esta opção alternativa. Do mesmo modo, se requer que possam ser ouvidos os Serviços de Finanças desta área que poderão dar nota do número de litígios existentes que remetem anualmente para os Tribunais Administrativos e Fiscais. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária de 30 de Junho de 2020, delibera: propor e recomendar ao Governo a criação de um Tribunal Administrativo e Fiscal na Guarda que tenha como área de jurisdição toda a área do distrito da Guarda ou, em alternativa, a área da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela; anexar à presente moção, a moção apresentada na Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2016, bem como o respetivo resultado; solicitar ao senhor Presidente da Câmara que peça uma audiência à senhora Ministra da Justiça a respeito deste tema, pugnando pela posição expressa por esta Assembleia Municipal; e, por último, dar conhecimento da presente moção ao Presidente da República, aos Deputados Eleitos pelo círculo da Guarda e a todos os partidos com representação parlamentar.» Obrigada.» -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre este assunto? Não? Então, passávamos à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Por um Tribunal Administrativo e Fiscal na Guarda** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim? Declaração de Voto, faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom dia, cumprimento a senhora Presidente e os restantes Membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, felicitar aqui o senhor Vereador Sérgio Costa pela sua eleição para a Comissão Política Concelhia do PSD, cumprimento os senhores Deputados, os senhores Presidentes de Juntas, os Técnicos, Comunicação Social e todos aqueles que nos acompanham nas redes digitais. Dizer que nós claramente que concordamos em absoluto com esta Moção, daí têrmo-la votado favoravelmente. Posso dizer que esta luta pela sedeação na Guarda do Tribunal Administrativo e Fiscal, teve um início em 2014 quando a Comissão Política Concelhia do CDS escreveu à senhora Ministra Paula Teixeira da Cruz a reclamar isso mesmo. Em 2014 e posteriormente o CDS já desenvolveu também indiligências e apresentou documentos nesta Assembleia Municipal a favor dessa instalação desse Tribunal especializado. Eu penso que não seria apenas oportuno talvez juntar à presente Moção a outra Moção que foi aprovada em 2016, mas ir buscar todas as discussões e todos os documentos que aqui foram apresentados nesta Assembleia a favor desta ideia. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigado, senhor Deputado. O CDS tem mais um documento, uma proposta. «Aquisição do Edifício Sede da insolvente Associação Comercial da Guarda.» Quem faz a leitura? Eu peço desculpa. Eu hoje estou

um bocadinho baralhada, não se preocupem, não tomei as gotinhas de manhã... porque estive a fazer uma Declaração de Voto, exatamente. Estive a fazer uma Declaração de Voto e agora é que passamos às intervenções do CDS e começa pela pergunta ao Executivo «Acesso aos Galegos». Senhor Deputado Henrique Monteiro, assim está certo. Começa pela outra? Começa pela aquisição da sede. Muito bem, pode ser.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “«Aquisição do Edifício Sede da Insolvente Associação Comercial da Guarda. Previsivelmente, o edifício da sede da Associação Comercial da Guarda, fazendo parte do seu património, irá integrar a massa insolvente desta centenária instituição do concelho da Guarda. Trata-se de um edifício com muito significado para a nossa cidade e concelho, pelas diferentes funções que cumpriu ao longo da sua existência e que, por essa razão, preenche as recordações de muitos dos nossos concidadãos.» As minhas também, foi onde eu fiz o meu exame da 4ª classe. «Não tendo uma traça arquitetónica muito relevante, preenche, contudo, um conjunto de requisitos que o podem tornar importante para o dia a dia da vida do nosso Município. É um imóvel onde foram feitas grandes intervenções e que se encontra dotado de um conjunto de valências físicas que podem fazer dele um local excelente para instalação de um centro incubador de empresas.» Eu acho que já havia uma ideia associada à própria entidade, à própria instituição, nesse sentido. «O prédio está implantado num espaço que permite a ligação pedonal entre a Sé Catedral, nosso ex libris, e um dos locais de maior interesse histórico da nossa cidade, a torre de menagem, por isso também relevante para a organização de percursos turísticos na nossa urbe. No espaço posterior ao edifício existe um parque de estacionamento, esquecido e por muitos desconhecido, com cerca de 60 lugares, que, a ser aproveitado e devidamente sinalizado, pode ajudar a resolver a carência de estacionamento no centro histórico da Guarda, tirando partido do acesso pedonal pelo respetivo pátio. Para além do anteriormente referido, tem sido política do Executivo Municipal adquirir imóveis na zona histórica da cidade para reabilitar e afetar a funções sociais ou associativas, podendo este prédio cumprir esses e outros requisitos para eventuais funções, para além daquelas que aqui agora identificamos. Pelo acima exposto, o Grupo Municipal do CDS propõe que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 30 de junho de 2020, delibere: Autorizar a Câmara Municipal da Guarda a participar na hasta pública ou noutra qualquer modalidade de venda da sede da insolvente Associação Comercial da Guarda, adquirindo-a e passando o edifício para o património público do Município.» Eu lembro que, ainda na anterior Assembleia Municipal, também adotamos aqui uma solução para um outro edifício que tem interesse para a nossa comunidade, ali na Freguesia de Gonçalo Bocas. -----

«Isenção da Taxa de Serviço Público de Águas Residuais e de Taxas de Gestão de Resíduos para Contadores de Água». É uma Proposta também. «Enquanto consumidores de água no Município da Guarda, todos temos um conhecimento de facto do peso da fatura da água no orçamento familiar, a que acrescem as taxas de Serviço Público de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos, que constam das faturas mensalmente processadas pelos respetivos serviços municipalizados. Mesmo que considerando excessivas as referidas taxas e entendendo o modelo de cálculo discutível, podemos compreender a sua aplicação em função da necessidade imperiosa de tratamento dos resíduos que todos produzimos no desenvolvimento da nossa atividade humana, uns mais do que outros. Contudo, quando se trata de contadores instalados

pelos condomínios, com o intuito de terem disponível a água necessária à manutenção da higiene dos espaços comuns dos edifícios, não se compreende que numa fatura de cerca de um total de 10 euros, apenas 3 euros se refiram à água consumida, sendo o restante alusivo às taxas de águas residuais e de gestão de resíduos, que efetivamente não são produzidos. Pelo acima exposto, o Grupo Municipal do CDS propõe que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 30 de junho de 2020, delibere: Autorizar a Câmara Municipal da Guarda a isentar de Taxa de Serviço Público de Águas Residuais e de Taxa de Gestão de Resíduos os contadores de água instalados nos Condomínios, para fins de higienização dos espaços comuns dos prédios.» -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos mais dois documentos ainda do grupo Municipal do CDS. Um é uma pergunta ao executivo «Acesso aos Galegos». Senhor Deputado, lê os dois documentos? Então, uma é uma pergunta ao executivo, «Acesso aos Galegos». O outro é uma Recomendação «Ecrã Led no Jardim José de Lemos». Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito bom dia a todos. Considerem-se cumprimentados na pessoa da senhora Presidente desta Assembleia. A primeira é a pergunta ao Executivo acerca dos acessos aos Galegos. «Os acessos aos Galegos, arruamentos dos Galegos e acesso ao canil municipal encontram-se num avançado estado de degradação, tendo a situação sido agravada pelo movimento de pesados que estão envolvidos na requalificação da linha da Beira Baixa, ao ponto de algumas destas vias se encontrarem praticamente intransitáveis. O grupo municipal do CDS-PP vem assim perguntar se existe algum projeto, ou plano, ou intenção para devolver a dignidade àquelas artérias e melhorar, assim, a qualidade de vida de quem ali vive ou transita, bem como a proteção dos órgãos mecânicos das suas viaturas». -----

Recomendação «Ecrã Led no José de Lemos. O ecrã gigante Led que se encontra no jardim José de Lemos, principescamente pago, teve desde a sua origem um papel eminentemente de propaganda dos feitos de Álvaro Amaro na cidade. Com a sua debandada para outras paragens, o mobiliário acusou a orfandade e esteve inativo uns meses. De volta à atividade, foi “business as usual” e mantém-se na senda da propaganda, quando pensávamos que, com a nova liderança, as coisas iriam mudar neste aspeto, o que não aconteceu. O grupo municipal do CDS-PP vem assim recomendar à Câmara Municipal da Guarda que passe a dar um uso mais nobre a este equipamento, aproveitando para aí promover o património do concelho, locais de interesse turístico, gastronomia, cultura e outros temas de interesse para os seus munícipes e forasteiros, contribuindo assim para a recuperação da economia pós-Covid..” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito Obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes assuntos? O senhor Deputado Tiago Gonçalves, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Muito bom dia novamente a todos. Apenas me pronunciarei relativamente às duas Moções ou Propostas apresentadas pelo grupo municipal do CDS e para dizer o seguinte. Relativamente à isenção da Taxa de Serviço de Águas Residuais e da Taxa de Gestão de Resíduos dos contadores nos condomínios, entende o grupo municipal do PSD votar contra. E entende votar contra por um motivo

muito simples. É que, de facto, não corresponde à verdade aquilo que aqui diz, que os resíduos não são efetivamente produzidos. Os resíduos são também eles produzidos pelos condomínios, não é? Os condomínios, temos todos que compreender, são partes comuns... ou que aquilo que acontece é serem partes comuns, de facto, que pertencem a vários proprietários, mas que, no âmbito da limpeza que se faz, naturalmente gera resíduos porque se utilizam produtos que, depois, posteriormente, vão também sobrecarregar os sistemas, nomeadamente o sistema de esgotos e tudo o que seja a necessidade de limpeza dessas mesmas águas residuais. E, por isso, não faz sentido, com o devido respeito, esta proposta, em nosso entender, de isentar os condomínios do pagamento desta taxa. Relativamente à aquisição do edifício Sede da Insolvente Associação Comercial da Guarda, em primeiro lugar lamentar que, de facto, a Associação Comercial da Guarda tenha sido declarada insolvente e esteja, neste momento, em processo de liquidação do seu património. E, de facto, este património da sua Sede é um património muito relevante que se encontra no centro da nossa cidade. Eu quero dizer, de forma muito clara, que sem prejuízo desta Moção, da sua aprovação, ou não, sempre a Câmara Municipal estaria autorizada a participar na Hasta Pública no uso de uma competência própria que é da própria Câmara Municipal da Guarda e que não lhe é conferida, nem concedida excecionalmente por esta Assembleia Municipal. Por isso, nem que nós não aprovássemos esta Moção, a Câmara Municipal da Guarda continuaria sempre a ter competência, por ela própria, para participar nesta Hasta Pública. Dito isto, o que é que acontece? Em primeiro lugar, a Câmara Municipal, se pretender entrar nesta Hasta Pública para aquisição deste edifício, tem primeiro que ter uma finalidade para esse edifício. É isso que é relevante. E, ou bem que a Câmara Municipal tem uma finalidade para dar a este edifício, ou então de facto não vale a pena participar nesta Hasta Pública. Depois, é preciso perceber se de facto existem também outros operadores privados da cidade que possam estar interessados e, se estiverem interessado e se tiverem também planos e projetos interessantes para esta zona da cidade, porque não também deixar à iniciativa privada, à liberdade dessa mesma iniciativa, a possibilidade de adquirir este edifício, que nos parece também uma alternativa viável, consoante, naturalmente, aquilo que os privados lá proponham a fazer. Com uma questão que é muito importante e está aqui elencada também neste documento e que julgo que a Câmara Municipal da Guarda, através do senhor Presidente, naturalmente irá acautelar. É que os privados que possam comprar eventualmente isto, têm um ónus quando o comprarem da mesma maneira que tem a Associação Comercial. E esse ónus da possibilidade de cederem a passagem a todos aqueles que deixarem os veículos parquados naquele parque de estacionamento, através do espaço exterior da Associação Comercial da Guarda. E, por isso, sobre esse aspeto, o senhor Presidente da Câmara, naturalmente, já há cerca de três anos a esta parte houve um pequeno litígio com Associação Comercial da Guarda relacionado com essa matéria, saberá, certamente, defender os interesses dos munícipes. Dito isto, e em último lugar, também é preciso que se saiba qual o preço que efetivamente é pedido e a Câmara Municipal não entrar aqui numa competição ao desbarato. Aliás, só o mero facto do interesse da Câmara Municipal ficar assim plasmado publicamente, pode servir para que, nomeadamente o administrador de insolvência, queira inflacionar de alguma forma o preço de aquisição deste edifício, o que esperamos que não aconteça. A ser adquirido pela Câmara Municipal da Guarda, também é muito importante que seja por um preço justo e adequado à realidade imobiliária do concelho da Guarda. Dito isto,

naturalmente, aprovaremos a proposta, sem prejuízo daquilo que disse, que é a Câmara Municipal, independentemente da aprovação ou não da mesma, estaria sempre autorizada a participar nessa Hasta Pública.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, mais uma vez bom dia. Eu trabalhei muito para a Associação Comercial da Guarda. Fiz dois livros, um é sobre a história da Associação Comercial e outro é um plano estratégico para o distrito de desenvolvimento. A Associação Comercial da Guarda tem um espólio arquivístico importante que tem que ser preservado e, portanto, faz parte da história da cidade, a história dos comerciantes da cidade. Eu estava assim a pensar se haveria a possibilidade de fazermos o Museu do comércio da cidade. Mas, pelo menos, o arquivo da Associação Comercial, os livros que foram sendo oferecidos à Associação Comercial ao longo da sua história de cem anos, ou mais, esses livros têm que ter um lugar especial. Não é só vender o edifício. A Associação Comercial está ligada à criação da Escola Comercial e Industrial da Guarda, tudo isso está relatado no meu livro. Portanto, peço, e aqui é uma questão pessoal, que tenham atenção a essa história da Associação Comercial, a sua ligação forte à cidade, aos seus comerciantes, alguns industriais e, portanto, é com pena que eu vejo que os comerciantes da Guarda deixaram de ter um órgão representativo da sua defesa. E, portanto, também eu não vou meter-me por aí porque não sou comerciante, isto é mais um papel dos comerciantes da Guarda. Mas pronto, eu achava que a Câmara devia preservar pelo menos o arquivo e os livros e aquilo que há por lá, porque a Associação Comercial editou muitos livros, não só os meus dois livros, mas tem muitos mais, tem um espólio que tem que ser preservado. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir sobre estas questões? Senhor Presidente, quer intervir sobre estas... ou quer deixar depois tudo para a parte final? Ok, muito bem. Então passávamos à votação... Não há mais ninguém para intervir, pois não? Passávamos, então, à votação destes dois documentos, destas duas propostas. E se me permitem, só uma pequena sugestão. O senhor Deputado Tiago disse ali que, no caso de a Câmara Municipal ser uma pretendente à aquisição deste edifício, era bom que pensasse numa utilização. Eu posso deixar aqui uma sugestão muito interessante que era a sede da Assembleia Municipal. Podia ser um edifício muito interessante para a Assembleia Municipal da Guarda. Bom, então passávamos agora à votação e começávamos, exatamente, pela aquisição da Sede da Associação Comercial.” -----

----- **Resultado da votação da Proposta** -----

----- **Aquisição do Edifício Sede da Insolvente Associação Comercial da Guarda** -----

- Aprovada, por maioria, com sessenta e oito votos a favor e uma abstenção. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Uma Declaração de Voto sobre este... senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito bem, acho que se impunha podia trazer esta Moção, apesar daquilo que disse o Deputado Tiago Gonçalves. Até porque será muito fácil encontrar utilidades para aquele edifício que tem um excelente auditório. Talvez não tenha capacidade para albergar a reunião de uma Assembleia Municipal, mas tem um conjunto de valências muito interessante...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Esperemos que a pandemia passe rápido.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Aquilo que não deveria acontecer é aquilo que já aconteceu com outros imóveis que a cidade tem vindo a considerar importantes ao longo dos anos. Estou-me a lembrar do Cineteatro, depois andamos a chorar sobre o leite derramado. Estou-me a lembrar do campo de futebol da Póvoa do Mileu, também se deixou fugir. E eu queria dizer aqui uma coisa. Eu acho que um dos grandes investimentos que foram feitos nesta cidade, foi a Sede da Comissão Vitivinícola no local onde foi feita. Mas os acessos, neste momento, a uma zona da muralha que era visitável ficaram cortados porque há um portão que, normalmente, está encerrado. Quer dizer, daqui a amanhã, qualquer protocolo que se viesse fazer com um privado que adquirisse aquele imóvel, também viria no tempo, se calhar, a perder depois essa componente pública de acesso, quer à zona da Torre de Menagem, quer ao parque de estacionamento. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Votávamos, agora, a proposta isenção taxa de serviço público... sim? Faz favor, senhor Deputado Tiago.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, com a sua autorização e apenas para fazer uma referência àquilo que disse o Deputado Aires Diniz. É uma Declaração de Voto para dizer que votámos naturalmente a favor, conforme a minha intervenção anterior, mas também para dizer uma coisa que me parece relevante em relação àquilo que o Deputado Aires Diniz disse anteriormente, sobre o espólio da Associação Comercial. De facto, é do meu conhecimento pessoal que ainda durante o período de inverno, estamos a falar de fevereiro, março, pelo menos parte da cobertura deste edifício da Associação Comercial cedeu e, portanto, caiu. E isso, naturalmente, terá implicações também naquilo que lá estará no interior. E, por isso, aproveitando esta deixa do Deputado Aires Diniz, eventualmente também deixar uma recomendação à Câmara Municipal que possa tentar contactar o administrador de insolvência no sentido de perceber se algum deste espólio de que falou o Deputado Aires Diniz se encontra de facto ainda dentro das instalações da Sede da Associação Comercial da Guarda e, se se encontrar lá, uma vez que aquilo não tem um valor comercial nada de extraordinário, e que pode ter, isso sim, um valor muito grande em termos patrimoniais para a cidade, que se pudesse acautelar essa situação, se for o caso, porque se passar lá mais um inverno também pode ser uma questão complicada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Como? Faz favor, senhor Deputado Rodolfo.” -----

- **Deputado Rodolfo Queiroz (PSD):** “Cumprimento a Mesa, o senhor Presidente, os senhores Vereadores, senhores Deputados. Eu queria só fazer aqui um esclarecimento relativamente à comissão. Portanto, a passagem, de facto, neste momento, está fechada pelas razões que se sabe. Portanto, nós estamos articulados com a Câmara. A partir possivelmente do início do mês, durante a semana e ao fim de semana, enquanto estiver alguém dentro da Comissão, porque a loja é para estar aberta, é uma loja, digamos assim, para estar aberta ao público, e estará aberta. Agora, naturalmente que não pode ficar aberta porque ainda há dias tive conhecimento que entrou lá gente num sábado à noite. Portanto, tem que ficar fechado. E, portanto, o espaço está pensado para termos um circuito entre a Sé, a Comissão e a Torre de Menagem e estamos a articular com a Câmara nesse sentido. E, portanto, era só para deixar aqui este esclarecimento que naturalmente que nós temos todo o interesse que haja fruição, digamos assim, de turistas ou pessoas que nos visitem para usufruir daquele espaço. Naturalmente que sim. Agora, também temos a responsabilidade de preservar o espaço e não podemos deixar aquilo aberto, assim um bocadinho ad hoc. E era isso. Obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, Senhor Deputado. Passávamos, então, agora à votação da proposta Isenção de Taxa de Serviço Público de Águas Residuais e de Taxa de Gestão de Resíduos para Contadores de Água dos Condomínios.” -----

----- **Resultado da votação da Proposta** -----

----- **Isenção de Taxa de Serviço Público de Águas Residuais** -----

----- **e de Taxa de Gestão de Resíduos para Contadores de Água dos Condomínios** -----

- Rejeitada, por maioria, com quarenta e seis votos contra, vinte e uma abstenções e três votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, terminámos então aqui... Sim, faz favor. Declaração de Voto, senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito rapidamente. Nós votámos favoravelmente, naturalmente, ao trazer esta proposta. Esta proposta faz tanto mais sentido no momento em que nós estamos a viver, com a pandemia que nos está a afetar a todo. E a questão é que o custo da água, do contador da água no condomínio é de tal ordem que leva a que muitos condomínios descurem um pouco a higiene e não instalem o contador de água, porque pagar por oito ou dez baldes de água por mês 10 euros, vale mais ir ao supermercado e trazer água engarrafada que fica para mais barato. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente, só para clarificar. O senhor pretende intervir agora relativamente a estes momentos todos, ou pretende intervir no fim do Período de Antes da Ordem do Dia sobre todas as questões? O tempo é o mesmo. É um bloco só que tem para usar. Usa no final? Muito bem. Passávamos, então, agora às intervenções. Eu, para já, só tenho

inscrito o Professor João Prata. Intervém já, senhor professor? Faz favor. Não tenho mais inscrições, por enquanto.” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Muito bom dia senhora Presidente, muito bom dia senhor Presidente e senhores Vereadores, naturalmente a Comunicação Social presente, os senhores Técnicos da Câmara, os meus colegas Presidentes de Junta e também os senhores Deputados eleitos aqui na Assembleia Municipal. O tema que me traz aqui parece um pouco com algo que já foi aqui debatido na última Assembleia Municipal, na qual não pude estar presente, mas acompanhei e li agora na comunicação social, esta semana passada, digamos, um pouco o resumo daquilo que aqui foi dito. E concretamente, senhora Presidente, o tema que aqui me traz tem a ver com a Guarda Capital da Cultura 2027 e com o relatório que o Executivo apresentou aos senhores Deputados da Assembleia Municipal e, naturalmente, a todos os Presidentes de Junta também que integram a Assembleia Municipal. E aqui, senhor Presidente da Câmara, quero-lhe dizer muito obrigado por ter apresentado o relatório porque cumpriu aquilo que referiu na última Assembleia Municipal, que eu não estive presente, mas mencionou que iria apresentar o relatório e foi sujeito à aprovação na última reunião do Executivo e aqui temos esse relatório com todos nós. E fez muito bem em cumprir uma promessa. E parece-me a mim que esse deve ser o caminho em relação a este tema, a esta temática da Guarda Capital da Cultura. Ou seja, regularmente, naquilo que for possível, mas eu diria desejável, deve manter esta Assembleia Municipal informada, a Câmara Municipal obviamente, todos os senhores Vereadores e a Assembleia Municipal aqui presente e reunida, no fundo porque é a representante, exatamente como o Governo Municipal, é a representante da população do Município. E, portanto, é bom que ela possa continuar a ser informada, na forma como o fez o senhor Presidente com o relatório que todos nós podemos observar e ler. É um relatório bastante completo, bastante exaustivo e até com alguma profundidade que importa, pois, nós retermos. Mas, senhor Presidente, a minha primeira questão nem é tanto em relação ao relatório porque eu suponha, erradamente, que o relatório frisaria também ou mencionaria também a questão dos custos e dos gastos que já foram efetuados com a Capital Europeia da Cultura. Por aquilo que acompanhei na comunicação social, pelos vistos, na última Assembleia Municipal, foram ditas aqui algumas questões relativas a quantidades de dinheiro, vamos falar assim, foram ditas aqui algumas questões alusivas a quantidades de dinheiro que não correspondem à verdade. E gostaria de saber efetivamente qual é a verdade. Nós sabemos que há pessoas, que há partidos que confundem os zeros. Mas entre dizer que foram gastos 400 mil euros em consultorias, eu ficaria escandalizado. Mas, também, nada me escandaliza, senhor Presidente e senhores Deputados, se atendermos àquilo que se passou com o Novo Banco, nada nos escandalizaria. Nem o Primeiro-Ministro sabia que foram gastos 800 milhões de euros e depois correram com o senhor Ministro das Finanças. Portanto, entre 400 mil para consultorias, eu gostaria de saber se é mesmo verdade. O senhor Presidente já gastou na Capital Europeia da Cultura 400 mil euros em consultorias? Gostaria de saber isso, em primeiro lugar. Depois, questionar também o ordenado chorudo, até parece que era mal, até os guardenses sentir-se-iam bastante compungidos, com vontade até de imigrar pelo ordenado ou remuneração... que não é um ordenado, nem uma remuneração. Nós estamos a falar de uma prestação de serviços, convém às vezes esclarecer. Eu não percebi isso muito bem na leitura que fiz

da sua intervenção e da intervenção dos outros senhores Deputados sobre esta matéria, mas gostaria de perceber um pouco mais, até certo ponto, o que é que já foi gasto com este novo coordenador, em concreto e em síntese, sobre os custos da Capital Europeia da Cultura até agora. Para que a população, e aqui está, digamos, o conjunto de representantes de toda a população deste Município, perceba efetivamente o que é que significa isto. Porque, senhor Presidente, sabemos que vivemos um tempo de pandemia, sabemos que vivemos um tempo de dificuldade económica e sabemos que é preciso ultrapassar essa dificuldade económica. Mas também não podemos apenas obcecarmo-nos com essa questão e também temos que prever e temos que preconizar e, acima de tudo, temos que ousar o dia de amanhã. E a Capital Europeia da Cultura é claramente uma ousadia deste Executivo Municipal, obviamente que foi iniciado em 2018, se não estou em erro, portanto, com o ainda anterior Presidente da Câmara, Dr. Álvaro Amaro, mas toda esta equipa fazia parte. Toda não, penso que, na altura, os Deputados do Partido Socialista, estes Vereadores do Partido Socialista não estarão estado presentes nessa decisão. Penso que não, que eram outros Vereadores e agora foram substituídos. Penso que era assim. Mas todas as formas, este Executivo Municipal assumiu essa questão em 2018 e ainda bem que os senhores Vereadores hoje, e agora já com estes dois Vereadores Socialistas, também não desprestigiaram, não desvalorizaram e continuam essa linha de conduta. Aliás, um pouco à semelhança dos Passadiços do Mondego, que era outra promessa que se dizia irrealizável e pelo que eu vi na televisão no outro dia, e também no site, essa obra está a funcionar e é muito importante que assim seja. Bem-haja a todos os Vereadores que colaboraram com esta obra e agora provavelmente, senhor Presidente, tem que continuar com a obra e acabá-la e esperemos todos que possamos fazer a inauguração dentro de um ano, sensivelmente. Próximo das eleições autárquicas, mais ou menos aí convém mesmo fazer essa inauguração porque queremos lá estar porque é um projeto muito importante. Mas sobre a Capital Europeia da Cultura, senhor Presidente, senhores Vereadores e senhores Deputados Municipais, nós temos que esclarecer uma coisa. Ou é um projeto que é assumido por todos, ou não é um projeto assumido por todos. É óbvio que devemos fazer as críticas justas e corretas. Mas aldrabar os números, ou não dizer a verdade dos números ou então enganar-se e não assumir que se enganou... porque eu até me engano bastante, mas peço desculpa se me enganar. Agora, tentar atirar poeira aos olhos dos guardenses, e eu falo como cidadão que não esteve presente nesta Assembleia Municipal, portanto, poderei estar a cometer um erro, mas eu, como cidadão, como Presidente de Junta que muito dinheiro mais preciso para fazer as obras que são necessárias, senhor Presidente da Câmara, gostaria que o senhor esclarecesse aqui os senhores Deputados e, daqui, a população da Guarda, sobre efetivamente se é mesmo verdade que a Câmara Municipal da Guarda gastou 400 mil euros em consultorias no âmbito da Guarda Capital Europeia da Cultura. Nós e eu falo enquanto Presidente de Junta e falo enquanto como cidadão, considero que é um projeto muito interessante, considero que é um projeto muito de válido para toda a comunidade. Mas não é só da Guarda. E aqui está a vantagem do relatório intercalar, se bem que, na comunicação social, já se tenha ouvido. O relatório intercalar, no fundo, tem três partes. Três partes muito importantes. Começo pela última que é uma análise SWOT, ou como se diz na gíria que é a análise fofa, digamos assim, ou seja, as fraquezas, as oportunidades, as ameaças, as forças. A verdade nota-se aí claramente que nós temos, de facto, muitas debilidades. Mas é assumido que este projeto Guarda Capital Europeia da Cultura é,

acima de tudo, um projeto de uma região. Uma região, são mais do que um Município. Uma região é mais que um distrito. Uma região é, no fundo, a soma deste grande território que vai e que engloba e que se cola a outros concelhos do nosso distrito, mas também a concelhos fora do nosso distrito. São dezassete concelhos que estão envolvidos e é muito importante que, realmente, isso possa ser efetivamente vivido e partilhado por todos. Começando, desde logo, pela nossa Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, pelo que percebi do senhor coordenador, daquilo que tenho lido e daquilo que tenho ouvido, e está espelhado aqui neste relatório, acaba por ser uma área muito importante. Mas, senhor Presidente, nesta parte do relatório a questão das ameaças e a questão das falhas é algo que nós temos que tentar ultrapassar e este projeto Guarda Capital Europeia da Cultura pode ser um projeto que, de alguma forma, sirva de alavanca também, de juntar as forças, de perceber que há debilidades no tecido económico, mas há debilidades, acima de tudo, naquilo que é a ligação institucional e naquilo que é a vivência de todos os Autarcas de Freguesias, de Municípios, para que este projeto possa ter a sua consecução e a sua aplicação e ganharmos esta candidatura. Mas quero dizer, senhor Presidente, nós já ganhámos esta candidatura. E eu concordo com o anterior Presidente da Câmara e concordo com os atuais Vereadores, quando todos nós podemos dizer assim: nós já ganhámos, porque ousámos fazer e organizar todo este processo de candidatura. É verdade que já tivemos aqui um percalço. Não há que o esconder. Houve a substituição do coordenador. Passou, passamos à frente, temos o novo coordenador, vamos trabalhar com o novo coordenador. Não vejo mal que o coordenador possa, de alguma forma, conversar com os líderes parlamentares desta Assembleia Municipal, ou com cada um deles, ou em conjunto, para também poder explicar as coisas. E, acima de tudo, não façamos deste projeto uma luta, um despique partidário para interesses dos próprios, nos seus próprios partidos, e não no interesse da nossa comunidade, não só da Guarda, mas de toda esta grande região. Depois, o relatório tem uma segunda parte muito interessante que faz uma análise daquilo que são os equipamentos culturais e do que são as associações culturais, o que é a nossa realidade económica, o que é nossa realidade social. E aí podemos ver que, apesar das televisões ligarem pouco a esta nossa região, nós temos, felizmente, órgãos de comunicação social com força nesta mesma região, não só na Guarda, mas na região do conjunto dos dezassete Municípios. Nós temos algum tecido económico que exporta bastante, nomeadamente dentro da Guarda e a Covilhã, e acabamos por ter uma rede de equipamentos culturais. Aqui foi também uma boa ideia da coordenação, digamos assim, ou de quem gere este processo da Capital Europeia da Cultura, no qual, senhor Presidente, quero-lhe pedir a si, e particularmente ao senhor Vice-Presidente, o senhor Vereador Vítor Amaral, que é a pessoa responsável por esta coisa da cultura e esta questão do Capital Europeia da Cultura, dizer-lhe que é importante que haja essa informação e que haja essa comunicação e que haja um envolvimento. E eu sei que isso vai acontecer porque não faz sentido nenhum fazer uma organização desta dimensão voltado à população. Não. Tem que ser com a população, tem que ser com os seus representantes, desde logo as Freguesias, os Deputados Municipais, as Associações, as Empresas como é evidente, os Órgãos de Comunicação Social, a nossa Instituição de Ensino Superior e as Instituições dos outros níveis de ensino, para que isto possa ser vivenciado por todos, desde as crianças até aos adultos e aos seniores. E, portanto, há aqui terreno, de facto, para podermos explorar. E, depois, há uma primeira parte do relatório e aí é que nós verificamos a componente essencial, na minha modesta opinião,

daquilo que é a Guarda Capital Europeia da Cultura em 2027 e é, efetivamente, a sua dimensão de civilidade. O que é que eu quero com isto dizer, dimensão de civilidade? O que é que está, o que nos é proposto, senhor Presidente e senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta e senhores Deputados eleitos, o que aqui nos é proposto é essencialmente a vontade e o querer do ser humano em saber congregar as suas dificuldades sim, mas saber ultrapassá-las e juntar, digamos assim, as forças, para conseguirmos granjear o apoio da União Europeia para que a candidatura possa ser aprovada. Mas, fundamentalmente, como eu dizia há bocado, já ganhámos porque se em todo este processo nós conseguimos por ao serviço dos nossos concidadãos, por isso é que somos eleitos, nós estamos ao serviço dos nossos concidadãos, nós, os senhores Vereadores, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, todos aqui estamos ao serviço da nossa comunidade e, se estamos ao serviço, nós temos que despende do nosso esforço, do nosso pouco tempo e da nossa boa vontade e do nosso saber para que esta candidatura tenha o seu sucesso. Todas as Empresas Municipais, a Assembleia Intermunicipal, tudo isso deve estar ao serviço dessa organização do dossier da candidatura que terá que ser apresentado, se não erro, até final de 2021. Mas aqui o senhor Presidente pode-me esclarecer um pouco mais e, depois, naturalmente, a União Europeia dirá de sua justiça, se é a Guarda, ou se é esta região, ou se é outra. Aqui não há derrotados, nem há derrotas, porque todo o processo de construção da candidatura é claramente um processo de vitória daquilo que é a vontade do género humano em tentar, efetivamente, concretizar um projeto de modo a que esta nossa região possa sobressair, como já sobressaiu Salamanca, bem perto de nós, como já se sobressaiu o Porto. Aliás, o Porto, a propósito, pelo que eu percebi, este nosso Coordenador, o senhor Arquiteto Pedro Gadanho já esteve envolvido em algumas áreas naquilo que foi o Porto Capital Europeia da Cultura em 2004, se não estou em erro. Portanto, significa que terá algum conhecimento, terá alguma mais-valia para aportar a esta mesma candidatura. Mas dizer, senhor Presidente e senhores Deputados, que é com orgulho e com satisfação que eu vejo a Guarda envolvida num processo em que, o que é essencial, é nós percebemos que temos muito mais força para fazer se nos unirmos. Conseguiremos muito mais resultados do que andarmos um pouco a servir-nos destas propostas para vir aqui, às vezes, dizer questões que não estão bem resolvidas. Se é verdade que devemos questionar, eu também julgo que sim, que é questionável e, por isso, eu questionei o senhor Presidente sobre os famosos 400 mil...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar, por favor.” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “... termino já, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Já ultrapassou em um minuto do seu tempo.” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Vou terminar, peço desculpa. Mas dizer, senhor Presidente, por isso, gostaria de questionar se foram gastos 400 mil euros em consultoria. É uma questão que fere os ouvidos de quem ouve, realmente. Numa situação económica tão débil, fere os ouvidos de quem

ouve. Mas eu não quero acreditar que seja verdade. Mas gostaria que o senhor Presidente, naturalmente, quando tivesse oportunidade e se assim o entendesse, o pudesse fazer. Quanto ao resto, senhora Presidente, e correspondendo à sua solicitação, termino a intervenção dizendo, como disse, este é um projeto com uma dimensão muito forte, uma dimensão humana e física e social muito forte, que todos nós devemos acompanhar e que todos nós podemos ir discutindo ao longo deste tempo necessário. E parabéns pela escolha do senhor coordenador que esteve aqui para este processo. Muito obrigada, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado José Carlos, faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Ora, muito bom dia a todos novamente. Bom, a razão que me traz aqui hoje é uma razão acho que é muito nobre e começo por lembrar que, na última Assembleia, aprovámos isto que aqui está. Chama-se Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. E, no meio desta coisa muito bonita que aqui está, uma das medidas de saúde e segurança para pessoas e bens, é aumentar as áreas verdes recorrendo a espécies autóctones, sempre que possível, de modo a aumentar as áreas de infiltração e o conforto térmico em meio urbano. Nem de propósito, a primeira coisa que a Câmara Municipal da Guarda se prepara para fazer é cortar cinquenta árvores, cinquenta, ao património da cidade. E não é pela cidade toda. É na Avenida Alexandre Herculano, na Avenida Afonso Costa e na Rua Soeiro Viegas. Declaro, desde já, que não sou fundamentalista. Há árvores que estão doentes, têm que ser abatidas, são um perigo para todos. Mas, começando pelas árvores autóctones, não sei se sabem, nas traseiras da Afonso Albuquerque, se forem lá hoje, vão ver os carros estacionados junto à sombra. Não vão ver os carros ao sol. Parece que esta Câmara está a fazer o contrário do que as outras cidades fazem. O que as outras cidades fazem é livrarem-se dos carros e tornar as cidades atraentes para as pessoas. Mas não. Na Afonso de Albuquerque, nas traseiras, vão cortar, entre outras árvores, três carvalho-negral, saudáveis, com vinte ou trinta anos. Se forem lá agora, estão lá os carros estacionados. O que é que vão fazer naquele estacionamento? Cortar as árvores todas porque as árvores, de repente, tornaram-se um perigo para toda a gente. Então, sendo assim, vamos cortar as árvores todas. Eu vou na estrada e pode-me cair uma árvore na cabeça, não é? Agora, uma cidade que se quer com um bom ar, que se quer acolhedora para as pessoas e nós vamos cortar cinquenta árvores nestas três artérias. Está aqui: autóctones. Carvalho-negral Quercus qualquer coisa, é uma árvore autóctone. Vamos cortar três. Mas, depois, temos outras coisas incríveis que vão acontecer. Temos o cedro-do-atlas que está ao fundo da Avenida Alexandre Herculano, junto ao portão do Centro de Estudos Ibéricos. É uma árvore gémea da outra que está do lado de lá. Vão vê-la. É uma árvore saudável, lindíssima, dá uma sombra espetacular. Querem saber porque é que essa árvore vai ser cortada? Porque os Engenheiros da Câmara... não sei, a engenharia é adaptar ou é encontrar soluções para aquilo que, à partida, pode não ter uma solução muito óbvia. Mas esta árvore vai ser cortada porque, como vão ter que deslocar a passadeira uns metros para trás, a passadeira vai ficar em frente à árvore e então uma cadeira de rodas não vai conseguir manobrar. Está lá a árvore. Eu acho que isto é incrível. Então, vamos cortar uma árvore que tem quarenta ou cinquenta anos por causa de uma passadeira? Eu gostava de saber, se esta cidade fosse uma cidade acessível eu não veria placas enfiadas no meio de passeios, como vemos por todo o lado. Nós

temos placas enfiadas no meio dos passeios. Contentores, recortes nos passeios para meter contentores. Não me digam que não arranjam uma solução para evitar o corte desta árvore. Eu não posso acreditar nisto. Mas temos outras. Uma tília que está no topo das escadas da Alameda de Santo André, cá em cima, junto ao arco. Uma tília espetacular, daquelas que se foi safando das podas radicais que vão fazendo nesta cidade às árvores. Uma copa redonda perfeita. Está num lugar de estacionamento, portanto, mais uma vez, os carros sobre as pessoas. Completamente o contrário daquilo que está ali que nós todos aprovámos. E, depois, senhor Presidente, o senhor é da altura em que andámos no liceu. Eu convidava-vos hoje, depois de almoço, passem lá. Façam uma caminhada, em direção ao Liceu, à sombra das árvores que lá estão que são plátanos hispânica. Façam lá uma caminhada. Conseguem, perfeitamente, às duas da tarde, três da tarde, passar lá confortavelmente do ponto de vista térmico que está ali. E, agora, experimentem passar na parte em que não há sombra e vejam a mudança radical de temperatura. Sabem quantas árvores vão ser cortadas ali? Dezassete. Dezassete árvores. As mais robustas, que estão junto ao magistério, por causa de uma paragem de autocarro. Não sei como é que é a legislação, se é obrigatório, ou não é obrigatório. Do outro lado, a mesma coisa. Junto ao IPDJ vão ser cortadas, para além desta tília, mais uma ou duas árvores. Eu não consigo perceber. Alegadamente, estas dezassete árvores vão ser cortadas porque as raízes são superficiais. E, então, como têm que fazer a caixa para meter o novo pavimento, vão acabar por danificar as raízes dessas árvores e, como tal, elas ficam instáveis, como é lógico. Já estou a demorar um bocadinho... portanto, não teria sido mais fácil..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Vai ter que terminar, senhor Deputado."

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** "... não teria sido muito mais fácil, no projeto, ter-se subido toda a Avenida e integrado todas as árvores? Portanto, eu não consigo perceber. E a minha intervenção é... se nós conseguirmos salvar... o senhor Presidente não tem culpa. Ele dá a cara por nós todos. Mas os técnicos que fazem o projeto, que são Engenheiros. Eu acho que nós temos muitos engenheiros do betão, mas temos poucos engenheiros com sensibilidade para as coisas. Não faz sentido nenhum, gente, por favor. Tentem salvar as árvores. Eu, faço uma proposta rápida. Querem estacionamento? Temos aqui estacionamento..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito rapidamente mesmo. Já ultrapassou dois minutos." -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** "Sim. Há pessoas corajosas que conseguem estacionar ali. Há pessoas que têm medo da rampa, outras não têm. Ponham aquele estacionamento grátis e vão ver que, de repente, a taxa de ocupação, aqui do estacionamento, vai ser muito superior e não precisamos de andar a fazer estacionamentos pela cidade fora. Portanto, espero que a minha intervenção sirva para alertar alguma coisa e podermos fazer alguma coisa porque ainda vamos a tempo. A verdade é que já estão instalados os contentores..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada. Já entendemos." -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “... as obras vão começar. Portanto, vamos ter que nos aborrecer e vamos ter que nos atar com umas correntes às árvores e, provavelmente, eu estarei lá. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos, agora, a intervenção do senhor Deputado Aires Diniz. Faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu vou ser muito rápido, até porque eu tinha previsto falar sobre a questão da Guarda Capital Europeia da Cultura no último ponto do relatório do senhor Presidente. Portanto, está lá o relatório da cultura e era nessa altura que eu iria falar. Portanto, há aqui uma questão que eu vou voltar a falar, mas tenho que voltar a estudar isto porque há muita gente a falar-me na questão do Regulamento dos espaços verdes e da sua utilização pelos jovens e menos jovens. Gostaria que o senhor Presidente explicasse o que é que se pretende de acolhimento aos jovens da nossa cidade que querem utilizar os espaços verdes. Também queria perguntar sobre a remoção do amianto nos espaços públicos. Quais foram, até agora, as infraestruturas já assinaladas quanto a este problema? Depois, agora, é a questão da valorização dos trabalhadores que, mesmo em pandemia, e impossibilitados do teletrabalho, continuaram a dar respostas aos munícipes. Os trabalhadores da Câmara. E, depois, também a minha gente ali de Pousade perguntaram-me sobre uma central elevatória que há dos esgotos de Pousade, que está construída e que ainda não foi posta em funcionamento e que me falaram que era necessário que fosse posta em funcionamento para melhorar o ambiente em Pousade. E disse, por enquanto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos o senhor Deputado Bruno, do Bloco de Esquerda, por favor.” -----

- **Deputado Bruno Andrade (BE):** “Obrigado, senhora Presidente. Endereçar os cumprimentos à Mesa, ao senhor Presidente da Câmara e restante Executivo, senhoras e senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e aos restantes que nos estão a ouvir em casa através das redes sociais. Queria, antes de mais, no seguimento da intervenção do senhor Deputado sobre as árvores da cidade, frisou uma situação que o senhor Presidente não era culpado. É, há uma cara. Aliás, esta questão das árvores já é uma questão antiga. Não é herança deste senhor Presidente, mas tem a cara de Álvaro Amaro e tem a continuidade deste Executivo. Se há responsabilidades políticas é a este Executivo que nós temos que dar. Se, daqui a amanhã, algum dos habitantes da Guarda disser que não devia ter sido cortado mais árvores nesta cidade, é a estes senhores que deveremos, politicamente, imputar responsabilidades. São cinquenta árvores que vão ser cortadas. Houve uma troca de respostas, com algumas exceções, aqui na Guarda. O que é certo é que, no passado sábado, houve mais uma manifestação. Aquilo que nós questionamos o Executivo é, será assim tão difícil de sentar à mesa a Quercus, a Associação das Árvores que saiu à rua em defesa das árvores da Guarda e juntar estas pessoas e poder comunicar com eles? E dizer-lhes, bom, vamos, então, as árvores que estão efetivamente danificadas, cortá-las. Não fazer como foi feito há anos, não foi há muito, há pouco tempo na Avenida Cidade de Salamanca. Aquilo foi uma razia. E, portanto, por incrível que pareça, passado um ano voltou a cair lá uma árvore por causa de uma intempérie. Devia ter sido também

acautelada, na altura não foi feito, com tantos estudos que houve de várias Universidades do Norte, e por aí a fora, e não foi acautelada aquela situação. Acho que se deveria sentar à mesa, o Executivo deveria sentar-se à mesa com estes ativistas, no sentido de esclarecer e de acalmar estas pessoas. Não só tem sido cortado árvores boas, como árvores pequenas. Que a gente vê, bom, o Executivo anda a cortar árvores de grande porte. Na rotunda do comboio, do famoso comboio que ainda não apareceu, também foram cortadas lá duas árvores e eram pequenas. Também gostaríamos de saber o porquê desse corte dessas árvores. Depois, passando para outra intervenção, queria saber também se o Executivo já tem algum ponto marcado com a nova administração da ULS, se já foram contactados, se já sabem quem vai ficar, os nomes. Pelo menos já se houve falar de qualquer coisa. E, depois, também falar sobre estacionamentos junto à Sé. O Henrique Monteiro falou na questão do acesso à Sé, da falta de estacionamentos. O que é certo é que, toda aquela parte da Sé, não há uma delimitação. Hoje em dia estacionam-se os carros tudo ali à moda... conforme a gente quiser. Se quisermos estacionar do lado direito, do lado esquerdo, é conforme a gente quiser. O Executivo havia de delimitar ali as zonas, ou criar uma zona demarcada mesmo para estacionamentos, ou então proibir na totalidade os estacionamentos naquela zona. Está bem? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Muito bom dia a todos. Começaria por cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia Municipal, os demais Membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Funcionários e também todos aqueles que nos ouvem pelos meios digitais. Começaria esta minha primeira intervenção por saudar, democraticamente, o senhor Vereador do PSD sem pelouros, que recentemente foi eleito Presidente da Comissão Política do Partido Social Democrata. Portanto, senhor Vereador, cumprimentá-lo e desejar-lhe sucesso, porque o seu sucesso também contribui para o sucesso da Guarda. Não podia, nesta intervenção, deixar de falar naquilo que foi a nossa última intervenção do Partido Socialista acerca da candidatura da Capital Europeia da Cultura. Ouvimos, aqui, hoje, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guarda colocar algumas questões para esclarecer sobre aquilo que dissemos na última Assembleia Municipal. O Partido Socialista não se deixará amordaçar. O Partido Socialista continuará a colocar todas as questões que considere pertinentes para o esclarecimento cabal e para que esta candidatura possa chegar a bom porto. Nunca ouviu, nem nunca vão ouvir, da parte do Partido Socialista, dizer que está contra esta candidatura. Nunca dissemos isso. Agora, não nos podem dizer: aceitem lá esta candidatura como nós queremos e como nós desejamos e estejam caladinhos ou falem baixinho. Isso, senhor Presidente, que fique claro, nós não admitimos esse tipo de estratégia. Nós fomos eleitos exatamente nas mesmas circunstâncias de todos aqueles que aqui estão e, assim sendo, não podemos deixar de continuar a falar sobre aquilo que, no nosso entender, deve ser questionado e que é muito importante para direcionar esta candidatura. Deixaria, também, uma nota que seria a seguinte. Ontem houve Assembleia Intermunicipal e, por acaso, houve um Deputado que foi falar sobre este assunto relacionando também as outras Autarquias.

E, por acaso, ele levava o livro da Candidatura da Capital Europeia de Coimbra e todos os que tiveram oportunidade de ver aquele livrinho da candidatura ficaram maravilhados. Senhor Presidente, para quando isso, para além do relatório? Onde é que está toda a descrição daquilo que deve ser a estratégia global ou, pelo menos, a estratégia comunicacional? Eu acho, e o PS acha, que era importante já haver algum documento produzido. Quer dizer, neste momento, aquilo que temos é um relatório intercalar. A população não vai ler um relatório de setenta ou quarenta páginas. Ninguém vai ler. Portanto, eu pergunto, qual é que é a estratégia de comunicação? E o Partido Socialista pergunta isso. Mas como aqui também foi falado, e não podia deixar de falar também sobre esse assunto, sobre aquilo que têm sido os gastos da candidatura e tenho a certeza que o senhor Presidente está preparado para responder quais são os gastos até este momento. Mas não podia deixar de fazer uma pequena anotação sobre uma das situações mais graves, no nosso entender, que foram feitas na candidatura a Capital Europeia da Cultura. E para isso foi aquele documento que foi executado por uma consultadoria com Sede em Matosinhos e que levou 68 mil e 700 euros e, perante aquilo que está neste documento, foi um desperdício de dinheiro. É que nem sequer nos vieram dizer aquilo que nós já sabemos. Vieram-nos dizer coisas completamente disparatadas. Senão, vejamos, senhor Presidente. O diagnóstico baseia-se em dados completamente errados, incompletos e omissos, demonstrando que os ditos consultores nem sequer, alguma vez, terão posto os pés no concelho da Guarda para procurar conhecer a realidade. Vou dar aqui alguns exemplos, só para que se note bem para que é que serviu este documento. Para já, ficámos a saber que na nossa região existe uma degradação da qualidade do ar. Sabiam? Mas existe, está escrito no relatório. Torna preocupante para a população que se caracteriza por um elevado envelhecimento. Será uma das conclusões *chapa 3*, aquelas que normalmente são tiradas de outros relatórios parecidos, semelhantes, análogos? Monumentos nacionais listados no concelho da Guarda, reparem bem, Castelo da Guarda. Só. Não há mais, senhor Presidente? Imóveis de interesse público listados no concelho da Guarda, nenhum. Isso mesmo, nenhum. É o que está escrito. Monumentos de valor concelho listados no concelho da Guarda, nenhum. Isso mesmo, nenhum. Portanto, Sé Catedral, o Centro Histórico, Igrejas, as Estações Arqueológicas do Mileu, do Jarmelo, o Cabeço das Fragas, as Quintas, os Solares, etc., não existem neste relatório. Mas há mais, senhor Presidente. Os festivais e concursos de fotografias, o Transversalidades, que a Câmara da Guarda tanto gosta de dizer que é um dos maiores concursos de fotografia do país, e que tem concorrentes de dezenas de países, não é referenciado, não existe. Eventos do Teatro Comunitário, o Julgamento do Galo, reparem bem, candidato às Sete Maravilhas, não existe neste relatório. A Comissão Vitivinícola é a do Dão, é referenciada como entidade representante dos agentes envolvidos na produção do vinho na área da candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura e a Comissão Vitivinícola da Beira Interior, que abrange praticamente toda a nossa região em questão e que tem sede na Guarda, não existe neste relatório. A Associação Comercial de Serviços, como já falamos, está referenciada como apoio. Já o Nerga também não existe. Sabemos como é que está a Associação Comercial que não existe praticamente. O parque da UBI, o Parkurbis da Covilhã, o Parque Industrial do Canhoso, o Parque Industrial do Tortosendo e até o Parque Industrial junto à A25 em Celorico da Beira, vão ao documento e leiam se faz favor, são incubadoras de empresas importantes para a estratégia da candidatura da Guarda. O Parque Industrial da Guarda e a Plataforma Logística não existe. Agora, no

que diz respeito ao relatório intercalar... mas antes, eu pergunto, este dinheiro terá sido bem aplicado? Tem, ou não tem, o PS o direito de, hoje, aqui, questionar isso ao senhor Presidente? Perante estas atoardas, é o momento para perguntarmos porque é que pagou este dinheiro a estes consultores com esta noção, com este descritivo? Permita-me agora, sobre a questão do relatório intercalar, dizer quatro ou cinco coisas que são muito importantes para o PS.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, só para lhe dizer que terminou o seu tempo, portanto... eu tenho alguma condescendência porque já dei dois minutos ao CDS, mas convém que termine.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Vou terminar já, senhora Presidente. Agradeço a sua amabilidade por prolongar um bocadinho o tempo. Portanto, a partir de outubro do corrente ano, isto em relação ao relatório intercalar da Comissão Europeia da Cultura, prevê-se um ciclo de iniciativas e reflexão, pensamento e debate político... aqui o debate político deve ser debate cultural, político não partidário. Penso eu. Porque, se assim for, estamos a um ano das eleições, parece que se quer utilizar a candidatura como um instrumento político, para além daquilo que já é na base da sua essência, uma candidatura a um nível destes. A estratégia de divulgação e comunicação e envolvimento das comunidades é não ter estratégia. Está escrito mesmo assim no relatório: as ações, as iniciativas públicas, durante o próximo ano, devem ser pensadas com peso e medida, de modo a não prejudicar o exigente trabalho de preparação do dossier de candidatura. Ou seja, primeiro o que está em causa é o dossier de candidatura. Os crânios decidem e nós respeitamos. Ou seja, não temos opinião, nem voto na matéria. É isso que estão a dizer à população em geral. Por fim, e só para terminar, queríamos também saber quanto é que vão pagar os outros Municípios para também estarem representados nesta candidatura? E este documento intercalar e aquilo que foi a nossa grande crítica que fizemos, na semana passada, na última Assembleia, mantém-se atual, senhor Presidente. Eu penso que é normal as Câmaras e a sua Câmara, que lidera Vossa Excelência, quando pede um relatório, a uma associação, das suas atividades, pede também o relatório de contas, ou pede o orçamento. Como é que se faz um relatório intercalar para conhecimento de todos os intervenientes aqui e não se sabe, em concreto, qual é que é o valor que vão ter para nós podermos escrutinar se efetivamente é, ou não, importante esse valor. Terminaria, só dizendo uma coisa que eu acho que é muito importante...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar mesmo, senhor Deputado.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “... e para terem uma noção de que há coisas que não têm cabimento. Bom, uma das ideias principais, e para quem leu o relatório, que vem lá referenciada, é a construção de uma ciclovia entre os dezassete Municípios. Só fazendo aqui uma estimativa, senhor Presidente...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que ser rápido. Já ultrapassou em três minutos o seu tempo.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “É rápido, Senhora Presidente. Eu penso que isto é relevante. Eu não sei, se me disser que não é relevante para a discussão pública, eu retiro-me, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ouça, eu não estou a dizer que não é relevante. Aquilo que eu lhe estou a dizer é que todos nós acordámos, foi aprovado um Regimento com tempos para todos. E, portanto, é só disso que eu estou a falar. Termine.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Estou completamente de acordo, senhora Presidente. Se a senhora Presidente tiver um bocadinho de condescendência para com o Partido Socialista nesta intervenção, eu acabaria a minha intervenção...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, o que eu lhe pedia era que fosse rápido, por favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “... com esta última análise, se me permitir. E agradeço, desde já, isso. A construção da ciclovia. Só para termos uma noção, falou-se aqui na construção, na Guarda, de uma ciclovia de nove quilómetros e falou-se em 3 milhões de euros. Se nós tivermos a noção daquilo que se falou como estratégia, fazer uma ciclovia e unir estes dezassete Municípios, senhor Presidente, se fizermos as contas, dá qualquer coisa como 120 milhões de euros. Acha praticável? É a pergunta que se coloca. Acha praticável esta ser a ideia base, a ideia principal da estratégia, quando se sabe que não existe financiamento suficiente para isso? Se não, repare. Há 44 milhões e 600 mil euros de dotação do pacote de coesão territorial para as Comunidades Intermunicipais, no caso da nossa, Beiras e Serra da Estrela, para o quadro plurianual entre 2018 e 2023. Acha possível concretizar esta candidatura com estas ideias? Agradeço a vossa atenção dispensada. Muito obrigada. Bom dia.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado, tem dois minutos que são os mesmos que acabei de dar ao Partido Socialista. Faz favor. Faz favor, dois minutos.” -----

- **Deputado José Gonçalves, Presidente de Junta de Santana da Azinha (PSD):** “Vai-me desculpar a ligeireza no trato. Bom dia a todos, na figura da senhora Presidente. Na última Assembleia, na Declaração de Voto que fiz, abordei a questão dos ofícios. Estou a falar, em concreto, do ofício 14 de 2019, de 21 de maio, reforçado no 3 de 2020. Há o 2 de 2020, de 11 de maio, que este também é urgente, e o 5 de 2020 que também interessa bastante à Freguesia. Falou também na questão de agendar uma reunião. Estou ainda à espera, não sei se haverá, ou não. Outra questão que se ouve pela comunicação social e na praça pública e que eu, portanto, estive atento, em relação também aos terrenos da fábrica Tavares. Gostava de ser aqui esclarecido porque é algo que me vai intrigando. Ainda enquanto Vice-Presidente, ouvi o senhor dizer, o senhor Presidente atual, dizer que estes terrenos eram já propriedade plena da Câmara. Afinal, são ou não? Uma outra questão é que também apresentou um modelo de negócio. Esse modelo de negócio que era bom, mudou de opinião. Acho que temos direito a saber porquê. Também pela comunicação social, vim a saber que, numa segunda fase do plano estratégico de desenvolvimento urbano, que estão sinalizados 2,5 milhões de euros, que

até poderão ser superior, ser mais, uma vez que a taxa de juro, portanto, da execução nacional dos fundos está baixa. Mas pergunto, vai prescindir desse valor, dessa verba, desse montante, ou não? Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para entrevir? Sendo certo que só Bloco de Esquerda e o PCP é que têm tempo. Não? Muito bem. Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito bom dia a todos. Senhora Presidente da Assembleia Municipal e restantes Elementos da Mesa, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Jornalistas, todo o público em geral e a quem nos segue também pelas vias digitais, a todos desejo um bom dia. Relativamente às questões que foram colocadas, pertinentes, como sempre, de facto servindo as mesmas, muitas vezes, como um impulso importante também para ação deste Executivo, ainda assim, merecem alguma análise da nossa parte. Desde logo, o Deputado Aires Diniz dizer-lhe que é importante que os Municípios, e conhecemos a importância e a ação dos Municípios neste período de pandemia, mas também é relevante aquilo que o Governo, e através da sua ação, também tem que obrigatoriamente desenvolver nos territórios. Nós temos feito algum trabalho. Esse trabalho refletiu-se em 30% da redução das tarifas de água, saneamento, resíduos sólidos; na isenção do pagamento da taxas relativos à publicidade; isenção integral de pagamento de rendas e concessões e taxas a diferentes estabelecimentos, também a entidades; isenção do valor de taxas relativas à venda itinerante do carácter não sedentários de produtos alimentares; a redução em 50% do pagamento do aluguer no Parque Tir da PLIE; manutenção do regime excepcional de ocupação de via pública nas esplanadas. E dizer-lhe, também, que direcionámos aqui uma grande parte do trabalho desenvolvido pelo espaço empresa, também com o apoio da Ordem dos Advogados que já o referi há algum tempo esta parte, em colaboração, para dar o apoio, não só informativo, mas também naquilo que diz respeito ao preenchimento de diversos requerimentos. Posso dizer, também, do conhecimento que tivemos, em layoff foram feitos quatrocentos e noventa e três pedidos no concelho da Guarda, prorrogados cento e noventa e três, num valor total de pagamentos previstos de 848 mil euros, relativamente aos trabalhadores em layoff. Também dizer-lhe que fizemos, ainda no espaço empresa, recebemos e realizámos noventa e cinco contactos telefónicos. Por e-mail, estabelecemos contactos num número de mil, quatrocentos e oitenta e um, neste período de pandemia. Mas também encetámos diversas reuniões, num número de cinquenta e sete, com os diversos parceiros, com o IAPMI, IEF, AICEP, entre outras entidades. Portanto, estivemos sempre ao lado daqueles que mais precisam, daqueles que necessitam da nossa ajuda, em paralelo com medidas também que o Governo publicitou e que também urge, de facto, dar cumprimento às mesmas para assim dar resposta efetiva àquilo que são as suas e nossas preocupações. Dizer-lhe que, também neste período, deliberámos e fizemos contratos-promessa e escritura de sete lotes na PLIE, desde janeiro até a esta data. É sinal que, portanto, também nesse ponto, nós fomos ao encontro daquilo que são as necessidades dos empresários que continuam a considerar a Plataforma Logística um espaço empresarial importante para os seus

investimentos, mesmo num período de pandemia, e que nós quisemos, desde a primeira hora, também dizer presente e dar resposta. -----

À senhora Deputada Paulisa, referir o seguinte. Claro que nós, a realidade, é aquilo que nós conhecemos e como a abordamos. De facto, estamos a falar de um espaço utilizado diariamente por centenas de pessoas. Aos fins de semana, milhares. Agora menos, por causa da pandemia. Estamos a falar de vinte e um hectares. E, curiosamente, aliás, isto já é característico do Partido Socialista, vai à procura sempre do pormenor, tirando esses pormenores do contexto. E, portanto, na verdade, as fotografias, quem vai contra estas fotografias? Mas, de vinte e um hectares que estão no Polis, a senhora Deputada pega em alguns metros onde vê, de facto, um espaço verde... é que nós sabemos como há sete anos aquele espaço estava. É que não havia empresas de manutenção. Havia, pura e simplesmente, um espaço ao abandono. Nesta altura, estava tudo seco. E também lhe digo, o lago não estava limpo. Dizer-lhe então que, e contra factos não há argumentos, ao nível aqui do nosso Parque Polis, nós temos encetado, neste momento, já a previsão, na semana que vem, e está a ser efetuado regularmente pela empresa, a manutenção. No entanto, vamos saber. Embora verdes e pouco aparados, os arbustos, como nós vimos ali. Mas não é por isso que vem mal ao mundo. São arbustos, é vegetação. É a produção também de oxigénio. Portanto, apenas esteticamente, valia a pena ter cortado um pouco mais. Mas nós vamos solicitar isso à empresa. Dizer que, nos feriados de junho, houve um ligeiro atraso na referida manutenção, mas atualmente está resolvido. A limpeza do lago vai ser iniciada no final desta semana. Dizer-lhe também que os decks são de madeira maciça, material suscetível de ser deteriorado com as condições atmosféricas da nossa cidade e que se vão degradando. O arranjo está planeado nos trabalhos do Município. Dizer-lhe também que, relativamente à iluminação que se encontra no deck que atravessa ao lago, tem sofrido atos de vandalismo constantes, no qual foram desativados. Mas, recentemente, foram colocados postes de iluminação nesses passadiços. Portanto, alterámos o modelo de iluminação, fruto, também, nós, por mais esforço... é o caso das paragens de autocarro, é o caso da Rua do Comércio, é o caso também do Parque Polis. Contra vandalismo, ou também a PSP é mais proactiva na proteção destes bens públicos, ou então não conseguimos, efetivamente, dar respostas de uma forma que consigamos manter sempre aquele espaço com excelência, um espaço de atração. Ainda assim, esta solução técnica nós já a adotámos. Quanto ao gradeamento, a situação já se encontra identificada e está também prevista a sua reparação. Dizer, relativamente ao Monumento dos Antigos Combatentes, que eu ainda hoje lá passei e não tem nada já daquilo que está na fotografia. A situação está tratada. É a informação técnica que aqui tenho. Mas dizer-lhe, efetivamente, que na grande maioria daquele equipamento, continuo a dizer, vale a pena ir lá. As pessoas têm ido, mesmo num período de confinamento. Vemos as pessoas nas mesas a fazer piqueniques. Vemos as pessoas, nos campos de jogos, a jogar. Vemos as pessoas nas zonas de acessibilidade também a correr e a passear e a fazer as suas caminhadas. E, curiosamente, estes pontos menos utilizados, ainda assim, merecedores de alguma atenção por parte do Município e da empresa que presta o serviço, porque nós pagamos o serviço, portanto, a fiscalização também da execução do contrato tem aqui um papel importante a referir. -----

Relativamente ao Tribunal Administrativo não podia estar mais de acordo. Estamos permanentemente a adiar algo que a Guarda, ao longo dos anos, foi perdendo. E foi perdendo por inércia naquilo que foi a assunção de uma liderança regional que devia ter sido assumida pelo Partido que esteve mais tempo na governação dos destinos desta cidade, que foi o Partido Socialista. E a verdade se diga, ao longo dos anos o que nós vimos foi o esvaziar de serviços de competências, de sedes e hoje pagamos esta fatura. Recordo-me bem, há mais de quinze anos, quando Viseu marca uma reunião, ainda no Hotel Turismo da Guarda, com a Ordem dos Advogados e já se discutia a colocação em Visão, ou em Castelo Branco, o Tribunal Administrativo. E, na verdade, ele foi criado, na altura, com a presença também da Guarda e de Viseu, em Castelo Branco. Posteriormente, foi criado um novo Tribunal em Viseu. Na Guarda, em 2006, existia um Tribunal. Não estava instalado, estava criado. E, portanto, é de toda a justiça, não só pela pendência de processos desta natureza, pelo peso da economia e das empresas que nós temos ainda no território, mas que apesar de tudo há uma vontade, e do poder central, em querer continuar a matar porque isso é evidente. Nós, não sei se este Governo, também por razões estritamente partidárias, político-partidárias, quer novamente esvaziar esta governação, este Executivo, esta cidade, porque é governada por um partido diferente, de situações que nós... ainda agora ouvimos a Fundação de Ciência e Tecnologia com um projeto importante que está a ser desenvolvido em Foz Côa, com a envolvimento também da senhora Secretária de Estado da Valorização do Interior e a Guarda, até ao momento, apesar de um contrato prévio que já existiu, não está envolvida no processo. O Instituto Politécnico da Guarda não está envolvido no processo. Isto, de facto, nós iremos tomar também uma posição pessoalmente e também do ponto de vista institucional. Mas parece-me a mim que afastar estas duas instituições, o Município da Guarda e o Instituto Politécnico da Guarda, é demasiado preocupante para uma política, para um Governo que tem uma Secretaria de Estado de Ação Social na Guarda, uma Secretaria de Estado de Valorização do Interior em Bragança, e deixar de lado, em projetos estruturantes, num território, como o nosso, abrangente, ainda que com investimentos, ao longo dos anos, também relevantes, e que estas duas instituições não tenham sido chamadas, até ao momento, a este processo. -

Deputado Henrique Monteiro, dizer-lhe que nós estamos também, aliás... o Centro Histórico, nós temo-lo dito. Por vezes as ações não aparecem quando nós queremos que as coisas aconteçam, pensamos, planeamos. Depois até que se executa, por vezes, é complexo esse processo. Mas dizer-lhe que eu recebi recentemente a empresa LC Prémium, que é a empresa liquidatária dos bens da Associação Comercial, do seu imóvel, havendo mais duas verbas, bens móveis. Onde me apresentou o valor base que são 412 mil, 799 euros. Claro que o Município, neste e noutros casos, estará sempre interessado, mas não é por qualquer preço. Quer dizer, a prioridade, aquilo que nós definimos no planeamento de investimento, também tem a ver com as condições com que as coisas são apresentadas. Nós temos interesse, queremos efetivamente usar das prerrogativas que a Lei também nos dá, mas não é sob qualquer circunstância que nós mantemos esse interesse. Vamos ver como as coisas vão correr. Nós estamos atentos a esse processo. Agora, de facto, é um processo preocupante, que se desenrolou, pelo menos nos últimos anos, de uma forma negativa. Portanto, era perceptível, claramente, que aquela associação iria ter este destino. Desde logo, com os problemas que próprio Município teve em mãos, que tinham a ver com um protocolo celebrado pelo Partido

Socialista, há alguns anos atrás, onde a Associação Comercial integrou um conjunto, ainda hoje fico com esta dúvida... há pouco, ali o senhor Deputado, Presidente da Junta, estava preocupado aqui e até referiu que havia aqui dúvidas. Mas, de verdade, nunca perguntou, senhor Deputado, sobre quais eram as circunstâncias em que a Associação Comercial usa, usufruiu, integrou na sua propriedade um conjunto de bens nos terrenos contíguos à Torre de Menagem, onde a Câmara Municipal gastou dinheiro para fazer um parque de estacionamento que não é dela, a Câmara Municipal, o Município não é dono desse espaço. E, neste momento, tem outro problema. É que a Associação, só não resolveu aquilo que eram os destinos e os objetivos principais que lhe incumbiam, como também envolveu o Município, por acaso do Executivo Socialista, onde permitiu a incorporação de terrenos, através de uma ação de justificação notarial, na propriedade desta Associação, onde está um parque de estacionamento que, daqui a quinze anos, sabe-se lá o que é que irá acontecer porque o presente não acautela o futuro. E o Partido Socialista, neste processo, também não acautelou o futuro. Cá estamos nós, mais uma vez. Há obra na Guarda, nós vemos edifícios importantes, públicos, na Guarda. Quem pagou? Este Executivo. Este Executivo do Partido Social Democrata. Nós temos assumido, temos estado a reduzir dívida exclusivamente para pagar aquilo que são circunstâncias em que, na altura, esta governação Socialista impunha a defesa intransigente dos interesses da Guarda, eles não foram efetivamente acautelados. Cá estamos nós, mais uma vez, apesar das críticas, como também já ouvi, noutros grandes projetos. Senhor Deputado, tenho-lhe a dizer que, não tenho problema nenhum em referir, aquilo em que acredito, defenderei aqui e em qualquer circunstância. E não são os seus adjetivos, não é a sua qualificação que me vai perturbar minimamente na pergunta que me fez. Dizer, claramente, que as coisas têm o seu lugar próprio, os assuntos são apresentados no seu lugar próprio. Eles não foram apresentados, não existem. Quando forem, a gente discutirá. Portanto, estar aqui a levantar suspeitas sobre algo que não se conhece, não vale a pena. Não é por aí que valorizamos, de facto, a ação política. -----

O acesso aos Galegos, senhor Deputado Carlos Breia, também dizer-lhe que nós temos um acordo. Não está escrito, mas, na verdade, todas as vias que são utilizadas pelas Infraestruturas de Portugal, nós fotografámos em conjunto com os responsáveis das Infraestruturas de Portugal aquelas vias. Só sabíamos o estado em que estavam. Vamos saber o estado em que ficarão depois das obras. E nós tentaremos, iremos chegar, iremos tentar, com o objetivo claro de chegar a uma conclusão de reparar essas vias. Com certeza que onerando o mínimo possível também o Município, naquilo que é a consequência direta da utilização de veículos pesados daquele espaço com os danos que já são evidentes. Mas que não vale a pena, vamos remendando para, depois, no fim da obra, e espero que seja breve, nós possamos concluir, efetivamente, essas reparações. Os ecrãs led, é que é. Nós temos uma Guarda TV e a produção de conteúdos da Guarda TV vai diretamente para aquele ecrã. Não há nenhuma tentativa de propaganda. Há é um conjunto de programação, de atos, ações que nós produzimos na nossa televisão e remetemos para lá. Mas, com certeza, outros conteúdos, por que não também enriquecer aquela ação. -----

Para o senhor Deputado João Prata, dizer-lhe que, efetivamente, nós temos no orçamento 400 mil euros. Em orçamento. Gastámos 120 mil euros em 2018. Temos 40

mil em 2020 na estrutura de programação. Estão previstos, até ao final deste ano, destes 400 mil, gastar 260 mil euros em ações de desenvolvimento da Capital Europeia da Cultura. Portanto, repito. Gastámos, em 2018, 40 mil euros e temos previstos gastar desses 400, em 2020, cerca de 260 mil euros. Estes são os dados que me foram agora entregues e, portanto, também é notório que esta ação, que tem sido desenvolvida pela Capital Europeia da Cultura, desde logo, hoje, a Direção Executiva está em Foz Côa, amanhã estará em Belmonte e com certeza que é nesta senda que nós vamos desenvolvendo aquilo que são as ações concretas. E respondendo já aqui ao senhor Deputado Monteiro, relativamente a esta matéria, dizer-lhe o seguinte. Em primeiro lugar, cada candidatura tem a sua perspetiva. Tem, no fundo, aquilo que considera determinante para desenvolver esta estratégia de candidatura e há matérias, no nosso entendimento e foi assim que acordámos também com o Diretor Executivo, de que há ações, há conteúdos que nós não vamos publicitar, não vamos divulgar. Aliás, como acontece nas outras candidaturas que são concorrentes da Guarda. Há ações, há eixos estratégicos da nossa candidatura que não podem, desde logo para evitar a cópia, a imitação. Sei que pode parecer um pouco fútil, se calhar, esta forma de pensar. Mas isto está na nossa estratégia, como está na estratégia das outras candidaturas. Diria que o segredo é um pouco a alma do negócio. Ou seja, há questões, opções estratégicas e estruturais na nossa candidatura que não irão ser divulgadas, a não ser no documento final. E, portanto, nessa parte, eu tenho que lhe dizer que é estratégico que, independentemente do conteúdo, que eu não vi... e é por isso que quando nós usamos da palavra, também nestes lugares, e focamo-nos apenas numa parte e não no todo, que foi o que o senhor Deputado aqui fez, e vem retirar do contexto um conjunto de parágrafos e conseguiu aqui, de alguma forma, evidenciar um conjunto de erros que não correspondem à realidade. Esta empresa, de facto, foi contratada pelo Município, a INOVA+ foi contratada pelo Município, aliás, empresa que presta serviços à Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, tem também com Municípios desta Comunidade, em termos individuais, alguns projetos em curso e, nesse sentido, o objetivo desta empresa foi conseguirmos ir buscar fundos comunitários diretamente a eixos comunitários que são relevantes para alavancar os nossos projetos. Designadamente esse está lá, a ciclovia, mas, como sabe, fez aí umas contas que, dito dessa forma, até parece que era mesmo 120 milhões. Há uma ideia. Há, no projeto, uma ideia de fazer uma ciclovia. Mas o principal desse projeto é aproximar estes territórios, como a própria imagem gráfica, como a própria ação desta candidatura tem, na sua base, a aproximação. É uma candidatura de território e queremos o envolvimento de todos os Concelhos, de todos os Municípios que integram esta Comunidade. Nesse sentido, esta ideia de aproximação, através de uma ciclovia, é, sobre si, uma referência que fundamenta e estrutura esta ligação. Mas com certeza que, cada um, como nós já dissemos na nossa estratégia e está no relatório intercalar, cada Município vai ter a possibilidade de optar por um investimento, um investimento que se encaixa na estratégia e do eixo ambiental e pode passar muito pela recuperação de edifícios, como pode também essa opção passar pela construção de uma ciclovia, através de caminhos pedestres, caminhos rurais, sem os investimentos que normalmente acontecem quando...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, já ultrapassou em cinco minutos o seu tempo.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Chaves Monteiro:** “... eu peço desculpa, já vou fechar mesmo. Nesta questão, quando se faz um projeto destes no meio urbano é completamente diferente de o fazer no meio rural e, como tal, essa circunstância é um desafio, é um projeto, mas, nem de longe, nem de perto, poderia chegar a montantes que acabou de referir. Não tenho mais tempo. Dizer que nas próximas intervenções, responderei a algumas das matérias que ainda falta responder e que já não consigo responder. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Eu própria, se não se importa, dar-lhe-ia algum tempo para clarificar aqui duas ou três questões que além o senhor Presidente da Junta de Santana da Azinha levantou, e pelo que percebi o senhor Presidente não respondeu, e, como não tem tempo, mas como eu acho que é pertinente... perguntava-lhe só, muito concretamente, qual é o ponto da situação atual do CET, uma vez que fomos todos surpreendidos com a retirada do ponto de agendamento da reunião de Câmara que ocorreu a semana passada. Isto, muito rapidamente, gostava que nos dissesse se está em condições de nos fazer mais ou menos o ponto da situação, atendendo a tudo aquilo que tem saído na Comunicação Social, atendendo também a que, em reunião de Câmara de fevereiro de 2019, tinha sido definido e tinha sido aprovado a localização do CET nos terrenos da Fábrica Tavares e, tanto quanto sei, com uma informação técnica em que era dito que os terrenos eram pertença da Câmara. Por isso, o que eu gostava que nos dissesse, muito concretamente, muito objetivamente, era se, quanto à questão dos terrenos da Fábrica Tavares, se houve algum engano, se foi o senhor Presidente da Câmara que se enganou quanto a isso, ou se foi enganado por algum motivo. Se também quanto à questão dos 2,5 milhões de euros que é possível ir buscar no PEDU, no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e que podem ser aproveitados, tanto quando sei, para a parte dispositiva do pavilhão, portanto, se a Câmara Municipal está em condições de prescindir deste valor. E, muito resumidamente, uma pergunta muito objetiva, vai ou não haver CET? Senhor Presidente, se não se importa, eu disponibilizo o tempo para, muito concretamente e muito objetivamente, poder elucidar esta Assembleia quanto a esta questão. Faz favor.”

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, uma vez que me dá esse tempo, já agora, também, só queria se me permite, terminar então esta questão ainda relativamente à situação da Capital Europeia da Cultura. A empresa, o objetivo fundamental da contratação desta empresa é termos a capacidade de apresentar projetos diretamente à Europa e, com esse objetivo, podermos financiar alguns destes projetos que são transversais e que de outra maneira são difíceis de executar. E esse foi o primeiro objetivo. Na verdade, nós sabemos que a empresa teve, por três vezes já no local, duas reuniões com o senhor Vice-Presidente e toda a equipa que o acompanhou e, portanto, no documento que apresentar tem que traduzir efetivamente aquilo que consideramos que é a ação do Município. Deixar de lado os monumentos, como referiu, é impensável. Qualquer ignorante conhece a Sé da Guarda. Quer dizer, é retirar do contexto algo que é determinante para a valorização do trabalho desta empresa e, se assim não fosse, tínhamos de facto algo que nós teríamos que resolver diretamente com a mesma. Mas com certeza que o estudo não é esse resultado que o senhor Deputado trouxe aqui a esta Assembleia, com as conclusões que retirou,

que correspondem efetivamente ao trabalho técnico desenvolvido e valioso, no âmbito da candidatura, por parte da empresa INOVA+. -----

Relativamente à situação que a senhora Presidente me coloca. Eu não trago a esta Assembleia e não falo nesta Assembleia de assuntos que dizem respeito à Câmara e que ainda não tenham sido decididos na Câmara Municipal da Guarda. A primeira regra fundamental, naquilo que é o exercício político, mas o exercício das funções que estão acometidas em resultado da Lei, o que vincula, de facto, o exercício do meu mandato e do Executivo que me acompanha. E, portanto, senhora Presidente, tenho-lhe a dizer que relativamente ao CET, é um projeto que o Município da Guarda, liderado por mim, defende. Considera que é o cumprimento também de uma promessa eleitoral do anterior Presidente e do atual, do anterior Executivo do atual Executivo e, portanto, defendo aquilo que acredito. E eu defendo apresentar, não sei, provavelmente, e na sequência da questão que me colocou, estava efetivamente agendado na reunião de Câmara uma proposta para vir a uma Assembleia e discutirmos, efetivamente, se vale a pena, não vale a pena, se as condições que o mesmo pode trazer, ou valorizar em termos de desenvolvimento local, se faz sentido fazê-lo agora, nestes termos, ou noutros termos. É uma matéria importante. Considero e aqui estamos de acordo. Ambos consideramos que é importante discutir este tema. Mas ainda esta semana, a semana que passou, melhor dizendo, estive na CCDR e, de facto, falar de 5.5 milhões no PEDU, da maneira como a senhora Presidente da Assembleia o referiu, mas também o senhor Deputado aqui presente, dito da forma como foi dito, referem-se exatamente a quê? Ou seja, nós temos no PEDU 7.5 milhões de euros previstos de investimento. Já ultrapassámos num milhão, já ultrapassámos em cerca de 1 milhão este montante, atendendo aos investimentos que estão. E tive conhecimento, a semana passada quando estive na CCDR, que a segunda fase do PEDU que inscreve também num conjunto de obras, definida por este Executivo, de mais 3 milhões, dito pelo responsável da CCDR, a Guarda não tem qualquer direito, neste momento. Não há um euro aprovado na segunda fase no PEDU, que são 3 milhões de euros para qualquer investimento da segunda fase no Município da Guarda. Ou seja, falar aqui de 5.5 milhões é algo que não existe no PEDU. Não existe. Como nós vamos usar algo que não existe?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, só para clarificar. Não lhe disse 5.5. Disse 2.5. Só para clarificar.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “2.5. Não há 2.5. Não há. Como disse, temos 7 milhões da primeira fase do PEDU já ultrapassados, face às obras. Eu posso também apresentar a esta Assembleia um conjunto de obras que foram executadas e que vão... ainda agora esta última, a Alexandre Herculano, Afonso Costa e Soeiro Viegas que está a iniciar, está no PEDU. Tenente Valadim, Rua do Encontro, mais uma obra. O Condomínio Associativo no Torrão. São obras que estão na primeira fase e nós já ultrapassámos, nas obras todas, em cerca de 1 milhão. Ainda hoje uma técnica me referia exatamente isso. E, portanto, naquilo que está a ser executado, já não temos sequer fundo. Na segunda fase, não há aprovação. Não vamos ter um euro. A única esperança em termos de PEDU é o próximo Quadro Comunitário a partir de 2021. Portanto, quanto a questões de valores estamos resolvidos. Quanto à última questão que foi colocada. Eu não quero, vamos lá ver, eu pergunto aqui ao Partido Socialista.

Quando entregaram, os anteriores Executivos do Partido Socialista 2001, entregaram 2 milhões de euros à sociedade Têxtil Tavares, foi com que intenção? Foi com a intenção de dar o dinheiro e ficar com o terreno, ou de dar o dinheiro e ficar sem o terreno? Eu deixo esta pergunta a toda a Assembleia. Obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Muito bem. Terminamos, então, aqui o período da manhã. Querem prosseguir? Muito bem.” -

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 2.1 - Tratamento de Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Então, entramos na Ordem de Trabalhos propriamente dita e começamos com os Assuntos de Interesse Geral Municipal. Eu aqui gostava de voltar a fazer um alerta e a pedir-vos, eu fiz isso na última Assembleia. Eu gostava de vos pedir que cumprissem minimamente os prazos de entrega dos requerimentos para este ponto, porque, senão, não vale a pena termos Regimento e aprovarmos o Regimento porque depois, se ninguém cumpre, não vale a pena estarmos aqui a fazer Regimentos e a tentar cumprir. Porque, como sabem, têm um prazo previsto no Regimento para fazer a entrega destes documentos e não podemos estar sistematicamente na véspera, ou no dia de manhã, a pedir-me para entregar os pontos para este primeiro ponto da Ordem de Trabalhos. Bom, posto isto, eu tenho aqui o Partido Social Democrata que é o primeiro e cujo tema é Praias Fluviais e Época Balnear. Quem é que vai fazer a intervenção? Senhor Deputado Luís Prata, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Prata, Presidente de Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (PSD):** “Senhora Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, na vossa pessoa cumprimento toda a gente. Estou aqui para sinalizar a abertura oficial da época balnear das nossas praias fluviais e águas balneares que vai ser amanhã. Portanto, como vocês sabem, a época balnear vai de 1 de julho a 31 de agosto, apesar de que os espaços já estejam abertos, penso que todos, e já estão com todas as condições para receber pessoas e, se tudo correr bem, a data esticar-se-á para setembro, assim São Pedro o permita. As praias fluviais são polos de atração, não só para atrair turistas ao nosso concelho, como também para o bem-estar da população residente. As praias fluviais têm uma capacidade crescente de atração e assumem-se como uma mais-valia turística e económica para as nossas localidades. De facto, elas contribuem para a criação de emprego sazonal, para a dinamização do comércio local e como parceiro essencial do turismo cultural. Por exemplo, na nossa praia fluvial temos a trabalhar cinco colaboradores que cuidam diariamente desse espaço. O bar tem mais três ou quatro jovens a trabalhar. Isto, para uma pequena aldeia, é de facto tremendamente importante. A mercearia tem sempre ali uma bela fonte de rendimento, portanto, é uma pequena economia local que funciona também à volta destes espaços. No concelho da Guarda, esta oferta tem vindo a aumentar. No ano passado contámos com o Caldeirão, este ano abriu a Quinta da Taberna, que aproveito para desejar as melhores felicidades, o Rio Mondego tem quatro espaços balneares, Vila Cortês, Porto da Carne, Aldeia Viçosa, Caldeirão e Videmonte e o rio Zêzere tem Valhelhas. Na minha opinião, cada um destes espaços complementa-se, cada um tem os seus próprios encantos e cada um tem as suas próprias valências. Por isso, desafio aqui um bocadinho o Município a criar uma

espécie de roteiro de praias fluviais, ou uma rede de praias fluviais. Portanto, unir estes espaços de certa forma, um pouco à moda dos trilhos do Noeme que tem ali uma ligação que une aquelas Freguesias todas. Esta semana, na comunicação social, desafiei à construção de uma Ecovia que una todas estas Freguesias do Baixo Mondego até aos passadiços. É uma ideia antiga que tentamos ressuscitar agora. Falou-se também no Centro Náutico, portanto, um projeto que nos foi apresentado e que nos parece interessante que poderá, também, depois, cumprir com este desidrato. É importante promover o turismo em rede, com a construção de destinos turísticos. Esta é uma forma de tornar o setor cada vez mais global e competitivo, pois permite que se unam esforços entre parceiros públicos, privados e a população em geral e que se trabalhe em conjunto, juntando sinergias, para o mesmo objetivo que é trazer pessoas à Guarda. Estes espaços são fulcrais para a atração turística da região. Os alojamentos locais e os operadores de turismo rural acrescentam sempre ao seu leque de ofertas as praias fluviais, como argumento fundamental para convencer os turistas a deslocarem-se até cá. Finalmente, quero referir que este ano é um ano atípico. É um ano difícil para nós que fazemos a gestão destes espaços, devido à pandemia. Portanto, vamos ter regras tremendamente apertadas para que consigamos não criar ali qualquer tipo de foco de contágio do Covid19. A este título agradecer ao Município, em especial à senhora Vereadora Cecília, porque nos tem acompanhado de perto neste objetivo comum. Temos tido reuniões com a APA, com a GNR, com a ULS, para que tudo corra bem. É uma gestão muito difícil, Deus nos livre que surja qualquer tipo de foco em qualquer um destes espaços. Portanto, estamos a trabalhar para isso. É um desafio enorme e, se Deus quiser, tudo há de correr bem. Uma outra palavra para dizer que, a nível de economia, estou bastante preocupado, porque prevejo uma diminuição das receitas e um aumento tremendo de despesas devido à pandemia. Mas há de tudo correr bem, se Deus quiser. Portanto, obrigado a vocês que nos têm ajudado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém pretende intervir sobre este ponto? Não? Muito bem. Então passamos agora à intervenção da CDU. Eu peço desculpa. Dá mais valor à coragem? É isso? Muito bem. Está manuscrito e eu não entendia muito bem a letra.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, isto é uma brincadeira minha, que é séria. Ou seja, eu, no outro dia, fui a um Banco e o Banco tinha lá as siglas da publicidade, dá mais valor à coragem, dá mais valor ao euro... e eu escolhi esta frase para iniciar o meu raciocínio que vai ser apresentado a seguir. Há dias houve uma Moção que apresentei, mas que não foi aprovada. Hoje já foi aprovada mais ou menos. Era em apoio aos micro, pequenos e médios empresários. Estranhamente, os partidos de quem se esperava apoio não o deram. Um número menor votou contra e o maioritário absteve-se. Entretanto, algumas grandes empresas que são notoriamente travessamente mal geridas, buscam retoricamente justificar apoios que os salvem de buracos financeiros que, por incúria, tal parece que continuada vão acumulando. Tudo parece decorrer da velha ficção de que pode falir tudo menos as grandes empresas e estas aproveitam-se para ir sugando o Estado. Não admira que revistas como a Time nos falem da necessidade de proteger restaurantes, sem especificar se são grandes, pequenos ou micro. E nós sabemos que, quanto mais pequeno, melhor é o serviço que nos fornecem. São até um elemento fundamental do turismo, incluindo o de massas. E isso será

fundamental na nova normalidade pela qual todos ansiamos, em particular, nós, os vadios, eu incluo-me nesse tipo de pessoas, ou melhor, turistas gourmet de pouco dinheiro, que sempre recordamos aquela bela sopa e aquele prato regional que aquele restaurante servia. Desejamos até reencontrar aquela cozinheira que nos tratava carinhosamente e aquele vinho que bebemos. E é com desgosto que encontramos a porta fechada, tornando as nossas viagens de trabalho ou de lazer menos agradáveis e bem menos prazerosas. Nessa altura, damos mais valor aos que, com coragem e alegria, mantinham estes pequenos negócios abertos, todos os dias, enfrentando dificuldades que mal adivinhávamos. Antes, tiveram esses pequenos empresários de enfrentar dificuldades no crédito por parte dos Bancos, que eram de todo incapazes de perceber que quem paga o capital e os juros é quem trabalha com afinco e coragem todos os dias. O mesmo podemos dizer das lojas, pensões e de pequenas oficinas que nos ajudam a viajar com prazer e segurança e enchem a paisagem de cor nas suas quintas, em território que atravessamos cheios de tanta coisa boa, num dia quente ou fresco, em que os visitam nos dias cansativos, em que os percorremos em trabalho difícil e desgastante. São o sinal de um tempo humanizado, bem diferente de todos esses negócios da finança, toda ela bem desumana que não paga juros e até querem ficar com as poupanças de uma vida, fazendo sempre através de artifícios que os publicitários criaram para nos enganar, gozando com todos os que poupam e que se sacrificam para construir um futuro melhor para eles e para todos nós. Amenizam, todas elas, as empresas, o deserto que nos..., e eu estou quase como o António Costa, e até nos enfurece contra aqueles que dizem que o nosso sacrifício é necessário para salvar uma economia que nunca retratam como desumana. E só para que não recusemos tanta má e tanta corrupta gestão, toda ela medida em milhões de euros, acontecem quando a estas pequenas empresas que fecharam, só faltavam para salvar uns escassos milhares de euros. Sabemos até que muitos jovens vivem agora longe das suas famílias só por terem ... as populações agrícolas que produziam alimentos de qualidade e um vinho saboroso, que agora não pode existir porque a vinha onde era produzido, estar agora entregue às ervas daninhas. E tudo vai piorar por os nossos jovens agricultores serem já de idade avançada, como ouço numa rádio que me acompanha numa viagem num dia bem quente. Foi assim que a população desapareceu, obedecendo a quem os insultava, chamando-os piegas por não quererem emigrar. Todos queriam ser felizes, casarem-se ou tão só juntarem-se e ter filhos felizes e bem alimentados, mesmo não indo, como eu disse, à igreja da sua aldeia. Queriam ser felizes e não era preciso muito e nem o exigiam. Eram até pobres a pedir, que nem o pouco que pediam o permitiram ter. Era só infelicidade para os queriam viver aqui. E só ficaram os velhos, criando problemas demográficos, que os novos não querem, por pudor, explicar. Também ninguém nos quer dizer porque é que aconteceram estas migrações forçadas, que esvaziaram muito este nosso interior, nem sequer se recordam de quem nos governava. E tudo ficou ainda pior quando veio esta pandemia, ... É onde encontramos, como sinal de boas-vindas, um gel desinfetante que nos oferecem por prática feita de cautelas, ou aquela que os tempos difíceis tornaram normal. Edisse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém pretende intervir? Não? Muito bem. Passávamos então ao Grupo Parlamentar do CDS. Investimento e a economia. É isso, não é? Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Exatamente, senhora Presidente. Mas começava por dizer que, realmente, a Guarda sofre de uma doença ambiental e um dos sintomas é o lago do Polis, o que significa que a recolha de águas residuais, nesta cidade, ainda tem muito para fazer. E nós pagamos taxas na fatura da água. Dizer que foi notícia esta semana que a Guarda perdeu, nos últimos anos, três mil, quinhentos e setenta e dois habitantes. Portanto, a Guarda está a perder o campeonato da demografia e, com isto, também perde o campeonato da economia. Fazendo uma estimativa muito rápida e muito simples, se cada pessoa destas gastasse 500 euros, por mês, na Guarda, isto significa na economia, no fim do ano, 21 milhões de euros. E isto é muito importante. Acho que também o senhor Presidente quando decidiu retirar a proposta do CET da reunião de Câmara e eu, respondendo aqui a algumas questões que foram levantadas, eu acho que fomos todos enganados. E fomos todos enganados e foi muito pertinente também a pergunta que o senhor Presidente fez à senhora Presidente da Assembleia Municipal. Bom, a questão que se põe é, fazendo fé naquilo que saiu na comunicação social, este contrato não foi sujeito ao visto prévio do Tribunal de Contas. Portanto, é ineficaz. Se o contrato é ineficaz não podiam ter sido pagos 2 milhões de euros. Certo? Senhor Presidente, mesmo que o terreno não estivesse hipotecado pelos proprietários, que ainda são proprietários, certo? O senhor podia fazer a escritura pública do terreno sem o visto prévio do Tribunal de Contas? Uma pergunta. Então, a culpa da escritura não estar feita não é dos vendedores, é da Câmara. É dos decisores políticos da altura, de 2001, que não submeteram o contrato ao visto prévio do Tribunal de Contas como estavam obrigados por lei. Senhor Presidente, acho que há para aí uma cápsula do tempo. Não sei se o senhor terá artes para meter o contrato na cápsula do tempo e fazê-lo regressar a 2001 para obter o devido visto do Tribunal de Contas. Bom, o Partido Socialista também tem falado aqui de ajustes diretos. E eu concordo que a Câmara da Guarda tem abusado, usado e abusado dos ajustes diretos. Os ajustes diretos, na contratação pública, o legislador entendeu-os como uma exceção. Portanto, eles nunca devem passar a regra. Mas eu acho que este negócio dos 2 milhões de euros foi um ajuste direto elevado ao seu máximo expoente. E foi feito por uma governação Socialista deste Município. Senhor Presidente, já viu quantos quilómetros de saneamento básico o senhor fazia neste concelho? Já viu quantos cuidados podia dedicar ao património monumental deste concelho, para ele estar mais embelezado e favorecer a candidatura à Capital Europeia da Cultura? Já viu quantos arruamentos na cidade e nas freguesias nós podíamos requalificar com 2 milhões de euros? É que se nós fizermos, se aplicarmos a correção monetária aos 2 milhões de euros, hoje eles representam cerca de 2 milhões e meio. Agora, se lhe aplicarmos também os juros à taxa legal, se calhar caminhamos para perto dos 5 milhões de euros. Isto é muito grave. Os Deputados Municipais do CDS foram eleitos para defender o interesse público e o senhor Presidente também e é nisso que nós estamos empenhados. Agora, isto tem responsabilidades financeiras. Quem é que as vai assumir? É o atual Executivo? Acho que não. Como é que vamos resolver isto? Como é que vamos sair deste imbróglio? Isto é uma embrulhada jurídica. Isto não é um embrulho técnico que nos foi deixado pelo senhor Ex-Presidente Álvaro Amaro que embrulhou isto em pareceres técnicos, porque havia uma ideia e há uma ideia mais ou menos unânime de que o Centro de Exposições Transfronteiriço possa fazer falta à Guarda, efetivamente, à economia da Guarda. Portanto, a ideia está mais ou menos consolidada. Mas deixou isto embrulhado em pareceres técnicos, mas isto é uma encomenda armadilhada. É uma encomenda

armadilhada para rebentar nas mãos do senhor Presidente. E é um presente envenenado para esta Assembleia Municipal. Então, nós vamos votar sob ilegalidades? Então as pessoas pegaram no processo, estudaram o processo, sabiam que estava ferido de ilegalidades e, mesmo assim, põem-no à frente para que nós o votemos favoravelmente? Não é a primeira vez que uma Assembleia Municipal vai em peso ao Tribunal responder pelas decisões que tomou. Os senhores querem isso? Eu sou da oposição. Mas os senhores que são apoiantes e que foram apoiantes do Executivo querem isso? Querem ser enganados? Senhor Presidente, o senhor tem formação jurídica e é advogado e a senhora Presidente da Assembleia Municipal também. Portanto, eu não lhe vou dizer para onde é que o senhor tem que mandar este processo, porque o senhor sabe. Em nome do interesse público, que eu declarei defender e o senhor também declarou defender, o senhor sabe para onde é que tem que mandar este processo. E uma vez que continuam a existir tantas, mas tantas, dúvidas sobre a história do contrato, o CDS vai entregar à senhora Presidente da Assembleia Municipal, aqui, neste momento, um requerimento a pedir um conjunto de informações que entendemos fundamentais para que, se ninguém mais o fizer, nós, CDS, vamos fazê-lo. Vamos esclarecer na próxima Assembleia Municipal esta Assembleia Municipal e vamos esclarecer todo o concelho da Guarda para que acabemos, de uma vez por todas, com estas histórias mal contadas que nos andam a vender. Só para terminar, senhor Presidente, fez bem trazer essa informação sobre a forma como se construiu algum do património da insolvente Associação Comercial. Eu não vou dizer nada sobre o valor que referiu, que consta na massa insolvente e que é atribuído ao edifício, até porque não quero criar aqui qualquer situação que venha empolar esse valor. Mas eu peço-lhe para comparar o valor pelo qual o edifício vai estar à venda, ou que está avaliado, com o valor de aquisição de alguns imóveis que foi feito, recentemente, no centro histórico, que estão degradados e onde vai ser necessário investir muito dinheiro para os pôr em condições de utilização. Aquele edifício, eu conheço-o. Participei lá em alguns eventos. Sei o que é que lá está feito. Pode haver, eventualmente, como referiu aqui o Deputado Tiago Gonçalves, alguns problemas na cobertura que são graves. Será a forma mais rápida de degradar o edifício, será permitir que a água entre pela cobertura. E, portanto, sei o que é que lá está feito e acho que esta avaliação deve ser feita. Quanto à utilidade, garantidamente que vamos encontrar utilidade. E mais, essa informação que acrescentou de que aquele parque de estacionamento, neste momento, não é do Município, é mais uma razão que eu acrescento aqui para que o senhor tome a decisão de adquirir aquele imóvel. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Muito bom dia, mais uma vez. Senhora Presidente, a respeito desta intervenção do Deputado Henrique Monteiro, também queria dizer umas palavras. E queria dizer umas palavras porque, de facto, aquilo que aqui salientou o Deputado Henrique Monteiro, é aquilo que nos preocupa, em suma, a todos essencialmente. É o facto de a Câmara ter entregue, a uma sociedade de direito privado, 2 milhões de euros e, no fim da entrega desses 2 milhões de euros, a Câmara Municipal tem absolutamente zero do seu lado. Isso é aquilo que nos preocupa a todos. Foi aquilo que eu disse aqui numa Assembleia Municipal do dia 17, ou 19, de dezembro do ano passado, que esta Assembleia Municipal só tem uma posição. Está completamente e

intransigentemente ao lado da Câmara Municipal, naquilo que são a defesa dos interesses do Município. E aquilo que é a defesa dos interesses do Município está a ser feito, porque a Câmara Municipal da Guarda tem, para todos os efeitos, um processo em Tribunal contra essa sociedade no sentido do arresto dos bens dessa sociedade, para garantia deste valor de 2 milhões de euros. E, portanto, como sempre disse e mantenho, é ao lado da Câmara Municipal da Guarda que acho que esta Assembleia Municipal tem que se manter na defesa desses 2 milhões de euros, que já se encontram entregues e que a Câmara, em relação a isso, tem absolutamente nada. E, de facto, é absolutamente vergonhoso que tenham decorrido vinte anos. Que tenham decorrido onze, doze, aliás, desde que este negócio foi celebrado até que os 2 milhões de euros tenham sido totalmente entregues. Que ao longo desses anos, de facto, não tenha havido uma posição clara da Câmara Municipal até 2013. E recordo que o último pagamento já é feito no ano de 2013, ainda pelo Executivo liderado pelo Engenheiro Joaquim Valente, naquele ano de 2013, e que tenha continuado, sucessivamente, ao longo de doze anos, a ser entregue dinheiro a uma sociedade de direito privado contra zero, que é aquilo que a Câmara Municipal recebeu até agora. Mas, dito isto, aquilo que está aqui em causa, ou aquilo que foi aqui colocado não tem nada que ver com isso. Aquilo que tem aqui a ver com o que foi aqui colocado sobre esta proposta do Centro de Exposições Transfronteiriço que existia, e da qual tivemos todos conhecimento, é apenas uma perspetiva de resolução do problema. Uma perspetiva de resolução do problema relativamente à qual o Executivo Municipal da Guarda entendeu recuar, por subsistirem algumas dúvidas em relação se essa é, ou não é, a forma ideal de resolver o problema. Mas essa é apenas uma das vias de resolução deste problema. Não é a única, certamente. Haverá mais vias e esta pode até, eventualmente, voltar a ser uma delas, depois de dissipadas algumas dúvidas que, em relação à mesma, surge. Uma coisa é certa, senhor Deputado Henrique, e era isso, e estava-me agora aqui a fazer sinal que não. Mas eu ouvi-o aqui, na última sessão da Assembleia Municipal, recuperar uma intervenção que me lembrou há muitos anos atrás e eu conheço-o, do Deputado Pereira da Silva que também homenageámos nessa reunião. O senhor Deputado Henrique Monteiro disse aqui que estava interessado, era também um promotor imobiliário em relação a essa matéria. E há muitos, muitos anos atrás, era eu uma criança, o Deputado Pereira da Silva, nesta mesma Assembleia Municipal, usou do mesmo argumento aquando da compra da Quinta da Maunça, da possível venda da Quinta da Maunça por parte da Câmara Municipal da Guarda. Também ele, nessa reunião da Assembleia Municipal, utilizou aqui a mesma expressão, «por esse preço, compro-a eu». E, portanto, fez-me recordar, efetivamente, essa situação aqui o senhor Deputado Henrique Monteiro. Mas quero-lhe dizer uma coisa, senhor Deputado, aquilo que está aqui em causa e aquilo que é o grande problema ou a grande, neste caso, por um lado pode ser a vulnerabilidade entendido para alguns, mas por outro também é o ponto principal que isto tem, é o facto de, com a sociedade Têxtil Manuel Rodrigues Tavares, neste momento, negocia quem a sociedade de Manuel Rodrigues Tavares quiser que negocie. A Câmara Municipal da Guarda tem, de facto, um contrato promessa. Mas para ceder a sua posição nesse contrato promessa, não a pode ceder por concurso público. Essa é aqui a grande situação que existe e que penso que o senhor Presidente também poderá explicar, mas a cedência de posição contratual depende do assentimento da sociedade Têxtil Manuel Rodrigues Tavares e a sociedade Têxtil Manuel Rodrigues Tavares tem, de acordo com um princípio basilar do direito, que é o princípio

da liberdade contratual, o direito de negociar com quem quiser. E, portanto, pode não querer negociar com o promotor Henrique Monteiro e pode querer negociar com o promotor Tiago Gonçalves. Ficava pior servido porque eu tenho menos dinheiro que o Henrique. Mas mas aquilo que acontece é isso e esta é uma das visões que poderia aqui, eventualmente, acontecer, que está na base deste negócio, tal como ele foi configurado por esta sociedade financeira, mas que podia ser e pode ser um negócio relevante para a Guarda, sem com isso deixarmos de dizer e manter, e eu ainda recentemente apresentei algumas dúvidas ao senhor Presidente de Câmara, que continuamos todos a ter dúvidas, do ponto de vista quer técnico, quer do ponto de vista dos contratos associados à celebração deste negócio. E falámo-lo internamente e continuaremos a falar, espero eu, para que esses assuntos sejam superados e para que isto possa encontrar-se sobretudo, e é isso que entendemos importante, possa encontrar-se uma solução global e válida que permita, desde logo, acautelar os interesses da cidade da Guarda. E acautelar os interesses da cidade da Guarda tem a ver com, das duas uma, ou aqueles terrenos pertencem efetivamente ao Município da Guarda, ou o Município da Guarda tem que receber os 2 milhões de euros que já apagou e tem que os receber com juros.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Mais alguém para intervir? Meio minuto. Meio minuto.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Ouvi com atenção aqui a intervenção do senhor Deputado e isto é um tema demasiado importante para a nossa cidade. Independentemente de qualquer solução que venha a ser encontrada, eu acho que há aqui situações que têm que ser apuradas do ponto de vista de responsabilidades. Isto, não podemos enterrar a cabeça na areia. E ponto final. Qualquer passagem também de posição contratual da Câmara para uma qualquer outra entidade, tem que acautelar o interesse municipal. E o interesse municipal hoje não vale 2 milhões de euros. O interesse municipal vale 2 milhões de euros, a correção monetária e os juros de dezanove anos, ou vinte. Não sei quando é que esse tal negócio se possa fazer. Certo? E agora nós percebemos porque é que nunca houve Museu da Água, porque é que durante dezanove anos a escritura não se fez, porque é que o CET não se pode lá fazer. Porque, efetivamente, há uma inconformidade desde o início cometida aquando da celebração do contrato. O cofre do Município foi usado como eu uso a minha carteira. Certo? Eu, há dias, cheguei aqui, se a Câmara paga 800 mil euros de renda anual, eu estou interessado também em ser promotor da construção daquele investimento. Dentro da minha liberdade, do uso dessa mesma liberdade. Eu não tenho esse dinheiro, fiquem descansados. Mas garantidamente, com o aval da Câmara de 800 mil euros, durante vinte e cinco anos, qualquer Banco me emprestava o dinheiro porque, nessa relação, acho que há uma relação de confiança com a minha pessoa. Portanto, agora é preciso realmente chegar a qualquer ponto e há muitas dúvidas por esclarecer e elas têm que ser todas esclarecidas. As responsabilidades apuradas e o erário público não pode sair minimamente beliscado. Eu estou a ver além a ver o meu amigo Aires Diniz. Se eu chegar ali e se lhe comprar uma tapada ali em Pousade, eu pego no dinheiro e pago-lhe. Ele vende-me a tapada e faz a coisa e não precisamos de visto do Tribunal de Contas. Certo? É um negócio entre particulares. Agora, um negócio entre uma entidade pública e um particular tem regras diferentes e tinham que ser cumpridas. Obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, senhor Presidente, mais uma vez, bom dia. Houve aqui um conjunto de confusões lançadas que me parece e urge esclarecer. Aquilo que foi colocado aqui e aquilo que foi retirado da última reunião da comissão política, foi uma discussão sobre um contrato entre a Autarquia, da cedência de posição, e uma empresa privada. Não tinha nada a ver com os terrenos passados. Mas sobre isso eu vou dizer o seguinte. A ver se esclarecemos isto, de uma vez por todas. Nós estamos a falar em terrenos e o senhor Presidente sabe. Se não sabe, convém que exista um jurista que responda. Há terrenos que já estão escriturados na Autarquia, ou não, senhor Presidente? Primeira questão. Há ou não há terrenos, daqueles terrenos que a Autarquia comprou, estão ou não estão escriturados, senhor Presidente? Então, convém esclarecer. Estas situações não podem ser, de animo leve, discutidas. Não podemos vir para aqui a dizer que afinal o Município entregou 2 milhões e que agora foi um ruim negócio. Desculpem. Se nós estamos hoje aqui a discutir isto, é porque efetivamente esse negócio vai servir para alavancar uma estrutura que todos já disseram que é extremamente importante para o desenvolvimento e da economia da Guarda. Por isso mesmo, convém não lançar poeira para os olhos de todos os que aqui estão. Aquilo que era para ser discutido na última reunião, era um negócio ruinoso entre a Autarquia e um promotor privado. E, sobre isso, nós, o Partido Socialista estaria preparado para denunciar isso, senhor Presidente. Tivemos oportunidade de preparar os senhores Vereadores do Partido Socialista, numa discussão interna, disponíveis logo para dar uma resposta cabal àquilo que seria um processo completamente ruinoso para a Autarquia. Vinte e cinco anos a entregar mais de 800 mil euros a uma empresa que nem sequer dava garantias de nada, nem sequer tinha portefólio. Tinha sido criada a três ou quatro meses. Isto é que deve ser falado. Isto é que deve ser discutido. O passado foi julgado eleitoralmente. O Partido Socialista perdeu as eleições e aquilo que agora estamos... posso? Obrigado. E agora aquilo que estamos a discutir e a fazer a avaliação é daquilo que tem sido o desempenho do Executivo. Portanto, aquilo que aqui foi dito e aquilo que merece realce é, senhor Presidente, aquele negócio do CET vai-se manter nos moldes que tinha proposto à Autarquia? É porque eu acho, senhor Presidente, e eu lançava o desafio à senhora Presidente da Assembleia Municipal, e penso que ela irá fazer isso. Todos os senhores Deputados que tenham acesso à documentação do ponto que foi retirado, que é para saberem daquilo que estamos a falar. É que há aqui pessoas que estão a falar de um assunto e que não leram os documentos, de certeza absoluta. Ou, então, leram na transversal. Eu peço e dirijo essa proposta à Presidente da Assembleia, que os documentos que eram para ir a última reunião de Câmara, levados por este Executivo, e que seria um negócio ruinoso e que foi retirado... não foi porque foi notado que era um negócio ruinoso, foi retirado e o senhor Presidente sabe, porque não tinha o apoio da maioria do Partido Social Democrata. Nem no Executivo, nem nesta Assembleia Municipal. E isso é preciso ser dito com clareza. Falta de apoio político, como nós temos estado a assistir nesta Assembleia e temos estado a verificar. Peço à senhora Presidente que faça chegar este momento a todos os senhores Deputados, estes documentos, para que possam, livremente, observar aquilo que seria uma decisão completamente ruinoso e que, numa próxima Assembleia, então, vamos discutir estes assuntos a sério, depois de todos termos acesso a estes documentos. E eu acho que isso

é que é importante, senhor Presidente. E, desculpe, estou aqui a ocupar parte do meu tempo para responder a estas questões, mas nós temos outras intervenções muito importantes para fazer. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Então, só, muito rapidamente, também dizer duas ou três coisas. Ponto assente, parece-me a mim, que resulta deste conjunto de intervenções e de debates que aqui foi feito. Acho que não há ninguém nesta sala, e duvido que haja alguém nesta cidade, que não tenha dúvidas quanto a este assunto. Para mim, isso é uma das conclusões que daqui resulta. Depois, a defesa dos interesses dos munícipes e da legalidade será sempre, em primeira e última instância, será sempre o objetivo desta Assembleia Municipal. Só uma pequena correção, Tiago, se me permite. Vou fazer aqui também um bocadinho o uso da minha condição de jurista. A cessão da posição contratual precisa do consentimento da outra parte, como é óbvio. Mas não é, não são os Tavares que podem negociar com quem quiser, porque o direito que está aqui a ser transmitido é um direito que pertence ao Município e, portanto, é o Município que está a transmitir. Obviamente que essa cessão da posição contratual precisa do consentimento da outra parte. Mas eles não podem negociar com quem querem. Só por uma questão de correção... podem é dizer, não quero esta e quero aquela. Podem dizer, não quero esta e quero aquela. Mas não são eles que negociam, quem negocia, o titular do direito, peço desculpa, isto não é nenhuma aula de direito, peço desculpa, mas o titular do direito é o Município da Guarda e, portanto, é o Município que está a transmitir e o Município é que está a vender aquele direito que tem. Só que, para vender esse direito, vai vendê-lo a alguém que a outra parte consinta. Basicamente é isto, muito resumidamente para se perceber. E era importante também não nos esquecermos aqui de outra questão, que eu deixo depois para futuras... como é que nós chegámos a esta altura do campeonato e só agora é que, finalmente, percebemos que os terrenos não eram da Câmara? Ou seja, que os terrenos não eram propriedade da Câmara Municipal. Nós temos um contrato promessa que anda há não sei quantos anos, há alguns vinte, salvo erro, e todo o processo do CET foi tramitado na Câmara Municipal e a decisão quanto à localização do CET foi determinada com base na informação de que os terrenos pertenciam à Câmara Municipal. Esse é que é o buslís da questão e, se calhar, isso é que era importante decidir. Mas eu penso que o requerimento que eu farei chegar a todos, que irei disponibilizar o requerimento do... eu li só na diagonal, eu li só na diagonal, portanto... Este é só para o senhor Presidente? Mas eu tenho que dar conhecimento dele aos Deputados todos porque é um documento que entra na Assembleia... não, o requerimento é dirigido ao senhor Presidente, eu enviarei ao senhor Presidente, mas darei dele conhecimento a toda a Assembleia. Isso, é assim a tramitação. E farei também o que me pediu o senhor Deputado do Partido Socialista. Portanto, farei um pedido da documentação relativamente ao ponto que foi agendado e que foi retirado, depois, à última da hora, na Câmara Municipal dos documentos e farei chegar a todos. E depois... Sim, faz favor. Muito rapidamente, se faz favor, temos que terminar.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu, juridicamente, sou analfabeto. Mas eu gostava de perceber como é que a Câmara consegue vender uma posição que não tem porque o contrato é ineficaz. Desculpem. Expliquem-me, senhores

juristas, expliquem-me. O contrato é ineficaz, certo? Então como é que a Câmara Municipal vai poder vender uma posição, ou passar, ou contratualizar...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Isso são as questões jurídicas que devem ser todas averiguadas e determinadas.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “A riqueza do direito é, realmente, esta discussão e esta dialética...”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu confesso-lhe que não estou habilitada a responder a isto. Não faço ideia o que é que foi feito na altura.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Mas o contrato, a não ter o visto prévio do Tribunal de Contas, é ineficaz. Ponto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não sei se tem, se não tem. Não estou habilitada a responder a isso.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É ineficaz. Ponto final. É ineficaz, não tem validade, não podiam ter sido entregues os 2 milhões de euros. Ponto final, parágrafo, travessão.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Conclusão que eu retirei. Realmente as dúvidas são muitas e que é necessário clarificar. Muito bem. Eu ia perguntar-vos, temos ainda a intervenção do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista para este 2.1. Terminamos ou interrompemos para o almoço e depois... interrompemos para o almoço? Muito bem. Então, 14h30, pode ser? Falta o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista que entregou à última da hora...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Retomamos então os trabalhos. Senhor Deputado Bruno, por favor. Zona histórica e Saúde.” -----

- **Deputado Bruno Andrade (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Aquilo que nos trás aqui hoje é falar da zona histórica porque, efetivamente, tem havido aqui algumas situações e, na parte da manhã, falou-se aqui nuns investimentos que foram feitos pelos anteriores executivos e que é certo que agora é uma pedra no sapato deste Executivo e tem que se resolver. O que a nós nos preocupa também são outro tipo de investimentos que foram feitos em tempos de outros Executivos e que apelamos a este Executivo que resolva o quanto antes. Falo na questão de um imóvel que está na Avenida dos Bombeiros Voluntários, mesmo em frente ao centro comercial. Um imóvel, quer dizer, um aglomerado de ferros coberto com vidros que, na altura, o Bloco de Esquerda, nesses anos que foi aprovado, manifestámo-nos contra esse investimento, não só porque a empresa, que, entretanto, já insolveu, mexeu nas pedras da própria muralha para fins privados e na altura foi dito que aquilo seria um espaço digno. O que é certo é que o anterior Executivo de Álvaro Amaro fez algumas exposições por lá, colocou lá uma série de obras de arte no sentido também de dar vida àquele espaço. Aquilo que nós pretendemos é saber o que é que o Executivo vai fazer relativamente a esse espaço, se

é do erário público, se não é. Algo tem que ser feito porque, além de tapar as muralhas, e para não ser tão ingrato nas palavras, é uma vergonha aquilo que ali está. Qualquer dia partem os vidros e torna-se, além de degradado, bastante perigoso. Ficaria certamente melhor toda a muralha à vista, uma vez que aquilo, nem sei de quem é que aquilo é, se é da Caixa Geral de Depósitos, se é de um insolvente, não sei. Já em 2012, nesse tempo quando o Tribunal decretou insolvente a empresa, deveria ter sido feito logo alguma coisa da parte do Município. Não foi. E o que é certo é que aquilo continua da forma como está. E é isso que a gente questiona o Executivo, para saber se tem algo em mente, ou se simplesmente vai descartar e logo se vê. Também, na mesma avenida, também questionava o Executivo, está a nascer o quarteirão do associativismo. Queria saber se já há uma data dessa inauguração. Para quando é que vamos contar com esse espaço aberto direcionado também para as associações aqui da cidade. Falando também na questão dos parques infantis, neste momento, e devido à situação de pandemia, há parques infantis encerrados, nomeadamente no Parque Polis. Queremos saber também se já há algumas datas de abertura desses parques infantis e, não direcionar só para esse parque infantil, nomeadamente o Polis porque é aquele que naturalmente tem as melhores infraestruturas, mas também saber se tem sido feito alguma coisa nos antigos parques existentes nesta cidade. Se correremos alguns parques infantis, sabemos que não tem havido nem obras, muito menos duvidamos que tenha havido algum tipo de higienização por causa do Coronavírus e queremos saber se o Executivo está a pensar reabrir esses parques, se já os reabriu, se meramente está a descartar isso para que depois logo seja feito. O que a nós nos interessa é que, ao reabrir esses parques, seja feito com segurança. Que seja feito não só a segurança das próprias crianças, mas também relativamente ao coronavírus. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém quer intervir sobre esta intervenção? Não? Muito bem. Passávamos então à intervenção do Partido Socialista. Senhor Deputado António Barbosa, verdade? Esclareça-me só uma questão, ou o senhor, ou o senhor Deputado Monteiro. A intervenção é toda sobre desporto mas é feita por dois Deputados. É isso? Primeiro o senhor e depois o senhor Deputado Nuno Laginhas. Certo? Muito bem, faz favor.” -----

- **Deputado António Barbosa (PS):** “Boa tarde a todos. Senhora Presidente os meus cumprimentos e permita-me que estenda a todos os presentes. Eu queria começar com uma... para ver se relaxamos um bocadinho, portanto, depois do almoço, com um assunto mais leve, mas não menos importante. Venho falar aqui de desporto municipal e venho apresentar aqui um trabalho muito reduzido, não há tempo para mais, sobre uma apresentação que foi feita por um distinto Professor, num trabalho feito para uma CIM. E, também, depois, da minha parte, depois de ouvir alguns Professores de desporto aqui da cidade. Eu vou reduzir o máximo que possa, para poder ter tempo. À determinação da área de tempos livres e desporto aos Municípios, confere aos seus órgãos um alargado campo de intervenção suportado, quer pela abrangência do respetivo conceito, que enquanto fenómeno social interage com outros domínios, designadamente com a economia, a saúde, o turismo e a cultura, quer com a crescente importância dada à prática de atividades físicas e desportivas como fator primordial do bem estar físico e psicológico, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos

cidadãos. A atual realidade económica, financeira e orçamental, impõe a adoção de novos modelos de gestão e de desenvolvimento para a Administração Pública em geral, e para a Administração Local em particular. Nos Municípios, estes constrangimentos implicam uma nova ordem e extremos cuidados nas opções das Políticas Municipais e na gestão dos respetivos processos. Este amplo enquadramento social que o desporto comporta, asseguram a importância e característica singular, a sua transversalidade. A atividade física e a prática desportiva em espaços naturais devem reger-se pelos princípios do respeito pela natureza e da preservação dos seus recursos, bem como pela observância das normas dos instrumentos de gestão territorial vigentes, nomeadamente as que respeitam às áreas classificadas, de forma a assegurar a conservação da diversidade biológica, a proteção dos ecossistemas e a gestão dos recursos de resíduos da preservação do património natural e cultural. Este princípio pressupõe, em nosso entender, dois objetivos de cariz Municipal, sendo o primeiro a sensibilização da preservação do meio ambiente por parte do Município, no âmbito da organização e promoção das suas próprias atividades e, em segundo lugar, no sentido de obrigar a aplicar este princípio às entidades promotoras e organizadoras. A concessão de apoios ou participações financeiras na área do desporto, deveria depender nomeadamente da observância dos seguintes requisitos: apresentação de programas de desenvolvimento desportivo e sua caracterização pormenorizada com a especificação das formas, dos meios e dos prazos para o seu cumprimento; apresentação dos custos e aferição dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana, previstos nos programas referidos na alínea anterior; identificação de outras fontes de financiamento previstas ou concedidas. Em matéria de política desportiva, os Municípios têm de assumir um papel preponderante na promoção e dinamização da atividade física e desportiva junto das populações concelhias. A questão mais colocada em estudos efetuados sobre esta matéria, é qual a política desportiva que deve ser assumida. Na persistência pelas opções tradicionais, no âmbito do desporto de formação desportiva, alavancado pelos clubes desportivos que, por si só, não podem garantir o exercício do direito constitucional de acesso ao desporto de todos os cidadãos. Criar, desenvolver, ou apoiar programas e projetos que promovam, junto dos cidadãos, o hábito da prática regular de atividade física e desportiva, numa perspetiva da saúde e bem-estar. Incidência na criação de desenvolvimento ou apoios a programas para seniores, idosos e portadores de deficiências numa perspetiva de manutenção da condição física. Criar ou apoiar projetos de ocupação de tempos livres dos jovens, designadamente nas férias escolares. Numa perspetiva de desporto para todos, apoiar projetos que ofereçam à população o acesso de forma regular à prática de atividades desportivas e, depois, criação de infraestruturas com impacto direto sobre o crescimento desportivo. Hoje é visível e notório o investimento Municipal efetuado nas infraestruturas desportivas. De facto, em qualquer território Municipal, vislumbram-se facilmente os complexos desportivos das piscinas ou pavilhões desportivos, pese embora o papel fundamental e contributos dos municípios nesta identificação desportiva, a maioria das referências sobre esta matéria, apontam graves falhas e lacunas na sua programação e construção.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, só para lhe que já ultrapassou em dois minutos o seu tempo. É que depois ainda tem um seu colega também para falar. Portanto, não sei. Ou resumem-se muito rapidamente...” -----

- **Deputado António Barbosa (PS):** “Resumo já. Peço imensa desculpa. E assim... passando duas folhas... e assim, e porque entendemos que, no nosso concelho, ainda não foi atingido o objetivo de levar o desporto a todos os habitantes, desiderato difícil, temos essa perceção, sugeríamos a criação de um grupo de trabalho constituído por: responsável do Município pela área do desporto; um representante das questões desportivas do Concelho; um representante das Juntas de Freguesia; um representante da Associação de Jogos Tradicionais; um representante do Clube de Montanhismo e dois ou três Professores de educação física/desporto, com a finalidade de apresentar um projeto que vise, de alguma forma, ajudar a Câmara a tornar o desporto acessível a toda a população do Concelho. Este projeto deveria estar fechado a tempo de ser incluída, no próximo orçamento Municipal, a verba necessária à sua implementação. Peço desculpa, ficaram algumas coisas por dizer, mas eu cumpro sempre. Muito obrigado.” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Nuno Laginhas peço-lhe que seja o mais sintético possível, atendendo ao tempo de que dispõem.” -----

- **Deputado Nuno Laginhas (PS):** “Obrigada, senhora Presidente. Boa tarde a todos. Vou ser rápido, não levo mais de um minuto. Eu vou falar do desporto e igualdade de género como uma marca distintiva para o nosso Concelho. Na semana passada, jogadoras de futebol feminino em Portugal, representantes do movimento futebol sem género, estiveram na Assembleia da República contra o limite salarial de 550 mil euros que a Federação Portuguesa de Futebol pretendia estabelecer aos plantéis do principal escalão, limite que se considera discriminatório. Esta introdução serve para dar mote ao que é essencial em política do desporto e da igualdade de género e que ainda é necessário fazer no nosso Concelho. Na Guarda, temos um regulamento que junta o desporto e a cultura, Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Associações Culturais e Desportivas do Concelho da Guarda, de 2015. Embora com apenas cinco anos de vigência, no âmbito da igualdade de género nunca chegou a estar atualizado. Ao longo desses anos, não conseguimos perceber qual é a estratégia global de desenvolvimento desportivo para o concelho da Guarda. Aliás, perguntamos, será que ela existe? Esta observação torna-se ainda mais pertinente no que diz respeito à promoção da igualdade de género nas diversas modalidades. É uma responsabilidade direta do Município que pode ser delegada nas associações e clubes através de ações e apoios a essa prática. A estratégia nacional para a igualdade e não discriminação tem, como pilar central, a eliminação dos estereótipos. Sabemos que o Município da Guarda tem um Plano Municipal para a Igualdade mais de difícil consulta. Eu já tentei procurar, pesquisar na página do Município e não consigo encontrar este Plano. Eu sei que ele existe, está registado na SIG, mas eu não consigo consultar, nem sei que se contempla esta componente do desporto. A participação das mulheres no desporto deve ser uma marca distintiva no nosso Concelho. É essencial abrir o debate sobre investimento nas modalidades femininas e na participação das mulheres no desporto. Não queremos pôr em causa a diminuição do investimento no futebol ou em clubes com equipas

masculinas, queremos discuti-lo na distribuição de apoios por todos os clubes. Não queremos reduzir o investimento nas associações e clubes atuais, o que defendemos é mais investimento em clubes que preconizam o desporto feminino. Um projeto internacional no âmbito da igualdade de género, que pretendeu fomentar um maior envolvimento da administração local no combate às desigualdades entre mulheres e homens nas diferentes áreas de atuação das Autarquias, promovido, em 2016, pelo Centro de Estudos Sociais da SIG e alguns Municípios, aconselha, num dos guiões elaborados, por exemplo, a inclusão nos contratos de programa de desenvolvimento desportivo com associações e clubes desportivos de cláusulas que acautelem a igualdade entre mulheres e homens na prática desportiva, designadamente que salvaguardem valor igual nos prémios atribuídos e que anunciem a meta de paridade em termos de atletas inscritos. É neste sentido que desafiamos o Executivo da Câmara a avançar para uma política desportiva que, por um lado, enalteça os sucessos desportivos dos nossos clubes e, por outro, ao mesmo tempo, que promova uma maior igualdade de participação de todos os géneros no desporto. Quero também aproveitar um momento para saudar o Vila Cortês por ter aceite o desafio de ir para o campeonato nacional. Penso que já, desde 2003, não tínhamos nenhum clube do Concelho da Guarda a representar o campeonato nacional. Portanto, dar os parabéns por ter aceite este desafio e também o Guarda 2000 que também tem a possibilidade de subir à segunda divisão de Futsal Feminino. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não perfilo ideologias de género, mas claramente que nunca pus em causa a situação de igualdade entre homens e mulheres e pratico-a todos os dias. Acho que, realmente, o desporto é uma questão de saúde pública que mobiliza os jovens e mobiliza também os menos jovens. Portanto, a aposta no desporto acho que é sempre uma aposta ganha por qualquer Autarquia, seja esta, seja outra qualquer. Dizer também que acho que compreendi, de forma clara, a razão do senhor Presidente da Câmara, em dezembro, ter querido recuar na localização do CET. Mas, efetivamente, ele, na altura, foi cercado. Foi cercado pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, que votou num determinado sentido e fez uma Declaração de Voto, e foi cercado também por uma parte do PSD. E eu acho que, para ficarmos todos a perceber isto claramente, acho que devia identificar as pessoas que, dentro do PSD, o cercaram neste processo. E eu também registo aqui que, efetivamente, o promotor e a solução de negócio foi apresentado pelo vendedor do terreno do Rio Diz, o que levanta também sérias dúvidas neste processo. Senhor Presidente, tenho-o como um homem sério, uma pessoa honesta e, portanto, uma pessoa defensora da transparência e já tem vindo a dar alguns sinais nesse sentido. Não deixe cair este processo, leve-o até ao fim. Esclareça tudo e não se meta por caminhos envios, porque efetivamente eles não trazem depois boas consequências para o nosso Concelho. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado João Prata, faz favor.” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Senhora Presidente, peço desculpa ter pedido a palavra. Mas só o fiz porque o senhor Deputado Henrique e o senhor Deputado Monteirinho vieram aqui pôr em causa o bom nome da bancada do Grupo Parlamentar do PSD. O bom nome ou, pelo menos, quiseram aqui emprestar um poder ao Grupo Parlamentar do PSD que, por exemplo, esse poder não foi tido pela bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quando, em tempos, se fez então a tal aquisição dos terrenos do Rio Diz, da sociedade Manuel Rodrigues Tavares. Ou seja, o que aqui o senhor Deputado Monteirinho veio demonstrar, é, claramente, uma manifestação de impotência política. E, no fundo, veio elogiar o Grupo Parlamentar do PSD, em tese, porque terá, de alguma forma, referenciado... eu não sei onde é que isso se passou, o senhor Deputado Monteirinho e o senhor Deputado Henrique devem saber isso melhor do que eu. Sei que houve aqui uma votação, uma vez, de uma Moção do Bloco de Esquerda em que houve diferentes votações. Mas isso revela uma coisa. É que a bancada e o senhor Deputado Monteirinho, e já não refiro aqui o senhor Deputado Henrique porque é um grupo mais pequeno, mas o senhor Deputado Monteirinho o que demonstra aqui é que, ao tempo em que isto era liderado pelo Partido Socialista, não foram capazes de fazer reverter um percurso que, neste momento, pelos vistos, é condenado por si. Aqui foi dito, o senhor Deputado Monteirinho disse aqui que não concordava com o famoso negócio do Rio Diz. Pelos vistos, aqui o senhor Deputado Henrique concorda com o negócio do Rio Diz, não interessa agora saber o porquê, nem o quê, nem quero agora discutir isso. Não? Se não concorda, então, peço desculpa. Não foi assim que eu entendi. Aliás, gostarei de conversar consigo posteriormente a esta Assembleia Municipal porque, para lhe ser sincero, fui a única pessoa, nesta Assembleia Municipal, depois da sua intervenção de há pouco, que gizei um batido de palmas. Fica a saber isso. Mas foi baixinho que é para ninguém ouvir. Mas fica a saber que eu fiz isso porque gostarei de conversar consigo no fim desta Assembleia Municipal. Mas dirijo-me, particularmente, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que aqui veio desafiar o PSD, dizer que o PSD tirou o apoio político, fez o apoio político, etc. Bom, senhor Deputado António Monteirinho, o que o senhor aqui veio dizer foi o maior elogio e, ao mesmo tempo, veio aqui redimir-se de um pecadilho que terão feito anteriormente. E veio aqui, mais uma vez, tentar deitar poeira para os olhos das pessoas. Muito simples. Por uma razão muito simples. Eu percebi uma coisa. Uma coisa é os terrenos do Rio Diz que o senhor Presidente da Câmara se encarregará aqui de explicar e provavelmente senhor Presidente levará o resto do mandato a explicar, porque muitas pessoas vão continuar a querer deitar a poeira para os olhos. Mas pronto. Explique, conte a história que a gente fica a saber também. Se calhar, com documentos escritos será melhor e tudo. Isso é uma coisa, é um assunto. Outro tema, senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda e senhores Deputados, é a questão da não construção, pelo que eu percebi, não sei se é verdade, pela opção da não construção do CET, agora, nos terrenos do Rio Diz, enquanto as coisas não estiverem devidamente aclaradas em relação à posse dos terrenos, mas também em relação ao modelo de negócio que aqui o senhor Deputado Henrique explicou. Mas são duas coisas distintas. E aquilo que o senhor Deputado Monteirinho veio dizer, a todos nós aqui presentes, é deitar poeira para os olhos, é misturar as duas coisas. Eu percebi, do pouco que eu percebo destas coisas, que há duas situações diferentes. Isso eu

percebi. E que há uma situação que é de responsabilidade daquele lado. E, pior do que isso, e aqui vou em abono das pessoas que estavam na Câmara Municipal da altura, é que não estão aqui para se defender. E isso aí, é em abono das pessoas que cá estiveram, seja do Partido Socialista, seja do PSD. Não sei quem é que votou, nessa altura, nessas questões. Mas é em abono dessas pessoas. Mas em rigor é preciso que se diga, senhor Deputado António Monteiro, não pode vir aqui fazer chicana política para benefícios internos no seu próprio partido, na corrida eleitoral que agora tem pela frente. E não pode fazer isso à custa do Grupo Parlamentar do PSD que está coeso, que está unido junto daquele que é liderança da Assembleia Municipal e também da Câmara Municipal da Guarda, em cujo Presidente nos revemos totalmente e queremos, naturalmente, que prossiga o seu mandato e que possa ser obviamente novamente Presidente da Câmara Municipal da Guarda a partir do próximo ano. E, aqui, permita-me, e termino a minha intervenção, peço desculpa, senhora Presidente, saudar, que não o fiz na intervenção inicial, o senhor Vereador Sérgio Costa que teve uma brilhante vitória nas eleições internas do PSD, esperando, naturalmente, que ele possa concorrer também, que é sua obrigação enquanto dirigente partidário, mas também enquanto cidadão da Guarda e amante do projeto da Guarda, possa concorrer, obviamente, para uma melhor e governação juntamente com toda a equipa da qual faz parte, incluindo aqui também os Vereadores da oposição. Portanto, senhora Presidente, não ficava bem na minha consciência ver a bancada atacada, neste caso, à esquerda, e ali à direita, naturalmente ideologicamente em sentido inverso, não ficava bem estar aqui a acusar bancada de algo que não é rigorosamente verdade aquilo que se passou. E permita-me, senhora Presidente, que se explique, de uma vez por todas, estes dois assuntos. Mas o principal, neste caso, porque as pessoas não estão cá para se defender, é ouvirmos a versão do senhor Presidente da Câmara em relação à questão da aquisição dos terrenos, porque qualquer pessoa percebe que, 2 milhões de euros, é muito dinheiro. Não são só as obras que os Presidentes de Junta eram capazes de fazer e que o senhor Presidente da Câmara era capaz de fazer. Não. Isso é muito dinheiro. Mas o dinheiro ganha-se outra vez. Agora, 2 milhões de euros, em dez anos, e não temos isto ainda suficientemente esclarecido, é realmente tenebroso para uma cidade como a Guarda que não tem assim tanto dinheiro na sua Câmara Municipal, apesar, senhor Presidente da Câmara, este Executivo e o anterior, conseguir equilibrar as contas públicas. Eu sou do tempo, senhor Presidente, aqui nesta sala e noutras salas de Assembleia Municipal, até o padeiro vinha pedir dinheiro porque não havia dinheiro. Não se pagava ao padeiro. Não se pagava, até ao padeiro. Para não falar das Juntas de Freguesia, colegas meus que tiveram, na altura, fazer injunções no tribunal porque estavam com problemas para pagar aos empreiteiros. Portanto, felizmente, isso já está passado. Já nem se deve falar muito nisso, mas é bom recordar. Acima de tudo é bom recordar que a bancada, eu, enquanto Autarca de Freguesia, mas pertencente ao Grupo Parlamentar do PSD, não acolho, de longe, esta tentativa de baralhar os cidadãos da Guarda em nome de uma luta partidária lá interna. E, de alguma forma, peço desculpa, senhor Deputado Henrique, se eu não percebi a sua intervenção. Olhe, lamento. Mas realmente senti que também estava a tentar fazer uma farpazinha, porque não vi nenhuma resposta ao senhor Deputado António Monteiro. Mas, lamento, se assim é. Desde já, ficam as minhas desculpas. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor. Eu não percebi. Queriam falar os dois, ou é só um? Também?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, efetivamente o senhor Deputado João Prata não percebeu o que eu disse. Quando eu venho dizer aqui que o contrato é ineficaz, eu concordo com o negócio? Desculpem. Senhor Deputado, vir aqui dizer que eu ofendi a bancada? Eu nunca me referi à bancada. Eu respeito muito a bancada do PSD, como respeito a do PS, a do Bloco e a do Partido Comunista. Eu perfilo e pratico, no meu dia-a-dia, os valores da democracia. Eu, nesta Assembleia, não tive problemas já em ceder do meu tempo ao Bloco de Esquerda. Não tive problemas em ceder do meu tempo, porque precisou dele, ao Deputado Aires Diniz. Agora, vir aqui dizer que eu faltei ao respeito à bancada... Desculpe. Eu não peço desculpa porque eu não faltei ao respeito à bancada. Aquilo que eu disse é que o senhor Presidente da Câmara foi cercado por uma parte do PSD e eu nem disse que era o PSD que está representado na Assembleia Municipal. Nem tão pouco disse isso. Portanto, senhor Deputado, não aceito, refuto essa acusação. Agora, deixe-me dizer-lhe. Eu já fiz, em nome do CDS, aqui uma declaração de interesses. Nós estamos aqui para defender o interesse coletivo, o interesse da Guarda. E acho que o senhor Presidente da Câmara procurou estar alinhado, também, um bocadinho, com esta perspetiva. Agora, eu acho que, em vez de ser o PSD a apoiar o senhor Presidente da Câmara, afinal, quem está a apoiar o senhor Presidente da Câmara nas questões da transparência, é o CDS. Sendo pequena, ou sendo grande, a bancada, isto aqui não contam os números. Contam as atitudes, senhor Deputado. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Deixem-me só clarificar aqui uma coisa porque eu acho que há aqui uma baralhação com os tempos. Lavajo, ajude-me lá. Quanto tempo tem o CDS, neste ponto? Como? E ele depois volta ao início, é isso? Pronto. Então já perdi o conto. Mas é que do PS continuou a contar e passou a vermelho. Pois, é isso. Bom, mas também não importa, isto vai terminar. Falem lá, eu controlo manualmente. Faz favor, senhor Deputado.” ----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu é só porque... eu sei que o senhor Presidente me vai responder. Mas é só para ter a certeza que ele me vai responder àquilo que acontecer de manhã, porque é uma coisa que é urgente. As motosserras vão começar amanhã. Só isso, peço desculpa.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado, faz favor. Pedia-vos, então, que fossem rápidos, uma vez que não há qualquer controle de tempo e eu já me perdi. Estava a contar aqui com o contador e o contador está mais baralhado do que eu hoje. Faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Peço desculpa interromper, o PS já não tem tempo mas não podia deixar de responder...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, faz favor. Isto já está tudo baralhado, portanto, fale. Quando eu entender que está a falar demais, mandá-lo-ei calar, com as devidas desculpas.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Então vamos ver se esclarecemos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe é que seja rápido, por favor. Está bem?” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Ou posso falar, ou sou rápido, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não. O senhor pode falar de uma forma rápida.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “E tenho que ser rápido. Está bem, muito obrigado. É muito rápido. Parece que há aqui uma série de confusões. Mas isto é esclarecido, senhor Presidente, com três ou quatro questões. E a primeira é: se aquilo que foi feito, à data, pelo Partido Socialista, que foi pago 2 milhões de euros e que os terrenos não foram escriturados, já pedi para esclarecer essa situação, quais são os que estão escriturados e quais são os que não estão? Isso deve ser esclarecido, porque há aqui uma confusão muito grande. Mas não se percebe é que, se efetivamente isto era um contrato nulo, como diz o CDS, porque não teve o visto do Tribunal de Contas, sobre este projeto, o senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo montou um projeto ruinoso, que era a cedência daquele espaço para a construção do CET, e outros investimentos, durante vinte e cinco anos. Senhor Deputado, então diga-me lá. Se aquilo era ilegal o que o PS fez, como é que, a partir de uma ilegalidade, num projeto de base, se monta um projeto em cima dessa ilegalidade, senhor Presidente? Então, o senhor Presidente, já sabe que não era ilegal. Isso é que é importante esclarecer. Se montou este projeto em cima disso que é ilegal, como disse o senhor Deputado João Prata, não percebo como é que agora se fala neste assunto. Muito sinceramente, gostaria muito de ver isso esclarecido. E termino dizendo uma coisa muito simples. Já pedi à senhora Presidente, se ela não fizer o favor, eu próprio disponibilizarei todos os documentos que eram para ir à reunião de câmara, onde foi montado esse projeto sob aquilo que dizem que é uma ilegalidade. Portanto, gostaria que esclarecessem isso. Muito obrigado.” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado, senhor Presidente de Junta, senhor Lúcio. Faz favor.” -----

- **Deputado Lúcio Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês do Mondego (PSD):** “Ora, boa tarde a todos, senhora Presidente da Mesa, senhores Secretários, Executivo. Estou um bocadinho nervoso, por estar a falar de desporto. Desde já, quero agradecer ao senhor Deputado Laginhas. Fico-lhe muito grato pela sua simpatia em dizer que agradecia ao Vila Cortês em participar no campeonato nacional de... diga? Exatamente. Por isso, fico-lhe grato por você estar grato connosco, em nós participarmos. Mas quero também pedir a todos na Assembleia Municipal, a todos os Deputados, que apoiem o Vila Cortês porque, se calhar, o Vila Cortês, estou convencido eu, que o Vila Cortês vai representar, não o Vila Cortês, mas sim a Guarda, capital de Distrito, porque o símbolo que o Vila Cortês vai levar para o Campeonato Nacional de Seniores, é Vila Cortês - Guarda. Por isso, pedia a todos, mas a todos mesmo, que nos

apoiem, que façam com que o Vila Cortês faça uma boa figura a nível nacional, porque acho que a Guarda precisa também de ter uma equipa na Sénior, a nível nacional. Quero aqui deixar uma palavra de agradecimento à Câmara Municipal, que estou convencido que vai colaborar connosco. Acho eu, não tenho a certeza. Mas estou convencido que vai colaborar connosco dentro das possibilidades da Câmara Municipal. Ninguém irá pôr espadas ao peito à Câmara Municipal. Irá ajudar naquilo que puder. Mas dentro dos possíveis, senhor Presidente da Câmara e seu Executivo, ajude-nos, porque nós somos gente boa, gente que somos capazes de dignificar o nome da Guarda. Com respeito à eleição, como Presidente da Concelhia, do nosso senhor Vereador Sérgio Costa, os meus parabéns também. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente de Junta. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado, é que eu já perdi a conta ao tempo que vocês já gastaram. O senhor já falou, já disse tudo. Nós já percebemos a sua posição. Já clarificou, está dito. Senhor Presidente, faz favor... Meio minuto. Peço desculpa.” ----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, eu acho que o senhor Deputado Monteirinho veio aqui...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É que vocês não vão estar aqui toda a tarde, no bate boca, porque eu não vou permitir.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... veio aqui desviar as atenções do cerne da questão. E, realmente, o negócio era de tal forma bom, o que estava a tentar ser montado, que eu até pus o pescoço no cepo, perante esta Assembleia Municipal, e disse: eu também sou candidato a promotor do negócio. Com estas condições vantajosas, eu também sou. Agora é preciso perceber porque é que isto não segue a tramitação legal, porque é que a Câmara não é, ela própria, a promotora, quando tem rácios de dívida que lhe permitem fazer o endividamento necessário para a construção do CET? Porque é que isto está a ser encaminhado para uma duvidosa PPP? E não vale a pena recuarmos muito, porque ainda há bem pouco tempo vieram aí notícias que envergonham este distrito sobre PPP's que foram feitas. A questão está aí. Eu pus o pescoço no cepo, porque o negócio se me afigurou válido e interessante. Eu acho que, se eu fosse promotor da construção do CET, com 800 mil euros ano, eu construía o CET e reformava-me. Garantidamente. E passava a viver dos rendimentos. Agora, porquê também a execução da PPP? Para tentar esconder a embrulhada jurídica que envolve a aquisição destes terrenos. E aí é que está a pedra-de-toque da situação. Senhor Presidente, desafio-o a manter-se firme na decisão de abandonar esta ideia, de fazer valer os interesses deste Município e ir até às últimas consequências para que o Município seja ressarcido daquilo que foi retirado, indevidamente, dos cofres do Município. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Agora sim, senhor Presidente, tem a palavra. Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhora Presidente. Deputado José Carlos Breia, há pouco, de facto... mas eu fiz sinal que ia lá, era isso que me faltava no primeiro período de discussão dos assuntos que foram aqui focados. Dizer

que, efetivamente, nós encomendámos um estudo para a requalificação da Avenida Afonso Costa, Alexandre Herculano e Soeiro Viegas. E o estudo foi feito, o projeto foi desenvolvido e foi apresentado à Câmara. Efetivamente está um estudo, um projeto que assenta no corte cinquenta árvores. Fica já decidido e informado o senhor Deputado e a Assembleia, qual é a situação atual. A empresa está no local, já colocou contentores, ainda não tem motosserras. Mas se tivesse motosserras fica informado do seguinte. Foi enviado segundo ofício ao projetista, para justificar tecnicamente abate de árvores. Ok? Projetista, nem são Técnicos da Câmara, é uma equipa de projetos que nos apresentou este trabalho. O empreiteiro foi informado para não abater qualquer árvore, até que haja o conhecimento de justificação técnica para o efeito. Portanto, a obra vai avançar, tranquilos. E, a seguir, iremos efetivamente avaliar. Segundo ponto. O senhor Deputado, como eu, da mesma idade, da mesma escola, temos a mesma cultura. E a mesma cultura é defender todos, também as árvores. Não é só as palavras. Alguém tem interesse em abater árvores que não estão a mais, que favorecem o bem-estar ambiental e social, que valorizam a qualidade do ar e por aí a fora? A estratégia, como referiu e bem, desenvolvida pelo Município, vem colocar exatamente essa tônica da importância das árvores, porque nós, não sei se sabem, mas há três anos atrás, plantámos mais duas mil. Mas pronto, parece que somos mais daquele lado de o homem morder no cão e não o cão morder no homem. Isto é que é a regra e já vimos também, no desenrolar de alguns dos temas aqui debatidos, que a procura é o homem morder no cão. Mas pronto, já lá vamos. Verdadeiramente, nesta matéria há questões técnicas que se colocam. Não se vai fazer um investimento de vários milhões de euros para termos condutas que têm vinte ou trinta anos, que estão junto às raízes das árvores e com certeza que a máquina quando chegar temos que optar. Digam-me lá, vamos deixar as condutas de saneamento que passam naquelas vias ao lado, para não ferir as raízes das árvores, ou se houver, de facto, que decidir entre uma coisa e a outra, como se faz? Podemos, de facto, também abrir a discussão à comunidade e discutir se aquela raiz, ou o corte parcial da raiz, ou a colocação do saneamento... não quero chegar aí. Vamos ser objetivos e responsáveis. Este Município é responsável. Com certeza que vai e está a ouvir toda a gente. Aliás, tive ocasião de responder, eu próprio, a vinte cidadãos da Guarda. Cada um com sua petição muito idênticas no seu texto, mas cada um com a sua petição, e tive, não só com o apoio técnico, mas depois na decisão final, de responder diretamente e pessoalmente a cada um deles, no sentido de demonstrar que não há abate de árvores injustificado, que não tenha uma causalidade direta entre a necessidade de fazer a obra e o respeito pela árvore se, nesse caso, a árvore colidir com esse interesse. Agora, se estiver bem, como estão a maioria, e nós também internamente já percebemos... porque reparem. Há pouco falava-se de carros. Não é para dar mais espaço aos carros, meus senhores. O que nós temos que ter é o conhecimento e também a certeza do que se passou naquele local. De facto, é uma zona que tem vários parques de estacionamento que precisam de ser reabilitados e estes já vão albergar um conjunto de espaço para automóveis. Agora, como sabem, a escola Afonso de Albuquerque, há uns anos, por determinação governamental, impediu o estacionamento das viaturas dentro do parque escolar. Não estou aqui a dizer se está bem, se está mal. A verdade é que os senhores professores, os funcionários, alguns alunos talvez, necessitam de espaço para colocar as suas viaturas na parte exterior. E nós não queremos aumentar o

número de lugares de estacionamento, mas é verdade que se criou, com esta decisão, um problema naquele local que são os espaços destinados a estacionamento. Por isso, também por aí, motivo pelo qual também pedimos este projeto, de reabilitar os parques de estacionamento já ali existente. Alguns, nos termos do projeto, colidem com algumas árvores que ali se colocam e nós chegámos à conclusão que, por essa via, provavelmente, nem será abatida nenhuma árvore no que está no parque de estacionamento. Mas vamos à Avenida Alexandre Herculano. Na Alexandre Herculano temos, principalmente na zona da residência de estudantes, aqueles plátanos têm um crescimento rápido e com dimensões abrangentes. Colide com as paredes também do espaço, necessita de acompanhamento permanente. Também está a ser feito. Mas pode, de alguma forma, não só também pelas infraestruturas que ali irão ser colocadas, e neste momento já se nota também a questão do alcatrão que está a levantar, levantam-se aqui algumas questões técnicas. Se for dito que nenhuma árvore deve ser abatida, com certeza que nós respeitaremos. Agora, se abirmos uma vala, se ela prejudicar a raiz, ou se aquela árvore já está com o crescimento de alguma forma irregular e que prejudique também as fachadas, temos que pensar essas situações. E o que a Câmara Municipal está a fazer, depois de ouvido o projetista, é avaliar efetivamente o que é que temos, ou não, que cortar. E com certeza que serão, em relação às cinquenta... eu digo já que não são cinquenta, mas também não vou dizer que o número, neste momento, não tenho o estudo técnico que o justifique. Também me é dito que não estará, estará muito longe desse número. Mas também fica o compromisso. Tem que se justificar tecnicamente, ou também relativamente ao estado fitossanitário de cada uma delas, a demonstração clara que tem que ser abatida. Caso contrário, nós iremos manter e iremos preservar sempre as árvores que todos queremos proteger. Sabemos a importância delas. Mas também não vamos limitar crescimento e o desenvolvimento urbano, a requalificação das estruturas, porque temos uma árvore, porque temos duas árvores. Há é que recolocar, em vez de uma, duas árvores, porque essa também é uma política de gestão arbórea que tem que ser feita no espaço urbano. Porque também todos sabemos, exatamente com esse estudo que há poupo referiu, com essa estratégia, também lá está dito que, com o aquecimento global cada vez mais elevadas, temperaturas mais elevadas, mas também os ventos fortes, todas estas irregularidades climáticas prejudicam árvores de grande porte em zonas urbanas, onde existem grande concentração de pessoas. Porque nós tivemos o exemplo deste inverno onde várias árvores caíram e, por pouco, também não caíram em pessoas porque as coisas não aconteceram, não tinham que acontecer. Mas isso está a ser analisado tecnicamente e é com base, em primeiro lugar, numa decisão técnica e fundamentada que justificará o abate ou não algumas árvores. Mas nunca este Executivo fará abates de árvores discricionariamente, de forma indiscriminada, como muitas vezes se sugere naquilo que são as intervenções dos senhores Deputados. Portanto, quanto à matéria, era isto que eu queria referir e penso que estou a responder também à sua preocupação.

Depois, também, relativamente às questões que foram aqui colocadas pelo Deputado Monteirinho. Na verdade, lembrou-me aqui uma história que eu tinha no meu caderno de escola primária, que era do João queimado. O João queimado brincava com o fogo e, como brincava com o fogo, alertava sempre os seus amigos ou os seus pais que estava a ser queimado. As pessoas ocorriam ao local e viam que ele não tinha qualquer

queimadura. Até que um dia se queimou mesmo e já ninguém acreditou nele. Portanto, falar de negócios ruins, aqui da parte da bancada Socialista, nas palavras do senhor Deputado Monteirinho, meus senhores, acreditem, a contrário, nós já sabemos o que a casa gasta. Falar de negócios ruins, o Partido Socialista é especialista. É especialista porque é assim que a história o reclama e o refere. Porque se falarmos numa Quinta da Maunça... por acaso, fui eu o último Presidente do Concelho Executivo desta empresa que tinha um único bem que era a Quinta da Maunça. Houve necessidade de pagar 1 milhão por 50%, quando ela, como já foi dito aqui pelo Deputado Henrique, na altura, por esse preço, o Dr. dizia, por esse preço compro eu. Mas a Câmara Municipal da Guarda vendeu metade por esse preço. Mas vendeu, não reclamou sequer a propriedade dos prédios do Polis. Não reclamou sequer, nem pagou rendas da Ensiuarda, ok? E isto, senhor Deputado Monteirinho, se alguém é useiro e vezeiro em trazer, ao longo desta história depois do 25 de Abril, negócios ruins para o Município e para os cidadãos da Guarda, são os senhores. Mais, se houve negócio ruim até hoje, foi aquele que o Partido Socialista fez em trinta anos com os cidadãos da Guarda, onde demonstrou claramente a incompetência naquilo que foi a gestão da causa pública. Por isso aqui estamos hoje lançando achas para a fogueira. Isso é que não dignifica a política nem o Partido Socialista. Senhor Deputado, o senhor sabe tão bem como eu que, em 2001, foi feito um contrato de promessa de compra e venda, com as obrigações que ali estavam. Obrigações essas que não foram cumpridas pelos Executivos a partir de 2001. Desde logo, foi entregando pagamentos e não fez sequer a escritura. Não alterou o Plano de Pormenor, como estava acordado. Eram obrigações dos Executivos sucessivos. A seguir, é verdade, o senhor Deputado tem a razão, um negócio de 2 milhões de euros há, reparem bem, de todos os objetos, de todos os prédios, objeto de contrato de promessa, nós temos as fábricas, temos o terreno e depois temos um conjunto de casas que são as chamadas casas dos caseiros. Então, reparem. Das casas dos caseiros, que vocês lá vão ver, há escritura, meio milhão de euros. Agora, as duas fábricas e mais de cinquenta mil metros de terreno, um milhão e meio. Portanto, só aqui foi feita uma escritura. Eu fiz essa sugestão, em tempos, à sociedade Têxtil Tavares. Devolvam-me os 2 milhões e tomem tudo. Isto foi pedido pelo Executivo, presidido por mim. Recebam. Não há escritura... porque, em julho de 2019, foi pedido à sociedade Têxtil Tavares, pela primeira vez na história do Município da Guarda, pela primeira vez, por um Executivo da história política da Câmara da Guarda, a obrigatoriedade de realização de escritura. Ao que esta Sociedade Têxtil Tavares referiu: nós não fazemos a escritura porque estamos prejudicados, vamos é pedir uma indemnização à Câmara Municipal da Guarda. É isto que está em causa. O que está em causa é que o Município da Guarda fez, efetivamente, nos anos de 2000, uma escritura de meio milhão de euros das casas do caseiro, porque o que tem valor são as fábricas e são também os terrenos com uma área superior a cinquenta mil metros. Sabendo nós que estes cinquenta mil metros, adquiridos nos termos do contrato de promessa, estão hipotecados à Segurança Social da Guarda. Ora, isto não será nos próximos tempos que o Município vai retornar este valor aos cofres do Município. Desde logo, porque como, pela primeira vez, também foi este Executivo que instaurou um arresto preventivo no valor de 2 milhões de euros. Portanto, continua a ser 2 milhões de euros, pese embora a escritura que foi feita de meio milhão de euros, nos termos em que referimos, onde nós apreendemos a esta empresa, valores, bens no

valor deste montante. E, por isso, na semana passada, depois de vários meses de suspensão da instância para que o processo não andasse até que nós pudéssemos chegar a algum consenso nesta matéria, foram dadas as instruções, na semana passada, para o processo... aliás, terminava o prazo, faz hoje oito dias. E terça-feira o processo andou e vamos ter, nos tais Tribunais Administrativos e Fiscais provavelmente, agora, ainda está no Tribunal Cível, a discussão clara de quem tem direito a quê. Se é esta sociedade que, por violação clara dos direitos que estão no contrato, ganha uma ação por indemnização, por incumprimento contratual, ou se o Município terá direito ao reembolso de 2 milhões de euros. Porque nós não o queremos os casebres. Aquele projeto valia na globalidade, é comprar a área toda. Ninguém quer aquelas casas rasteiras, sem telhado, que nunca tiveram condições, ou se tiveram foi quando foram construídas. Mas hoje não têm, não tinham em 2001. E, portanto, essas casas, também o Município da Guarda não quer. Por isso reclama e reivindica o respeito por aquilo que foram compromissos assumidos e não cumpridos, no passado, pelo Partido Socialista. E hoje cabe-nos a nós estar aqui a gastar tempo para discutir questões que, se o Partido Socialista não tivesse feito negócios ruins, como disse o senhor Deputado António Monteiro, e como sabe muito bem, e permita-me que lho diga... nestas coisas, nós temos que ser consequentes e se nós tivemos, em seis anos, sempre a responsabilidade de gerir estrategicamente as contas do Município, já o senhor, como Diretor da Associação Comercial, não teve capacidade e dimensão para evitar que esta associação não chegasse ao ponto que chegou, sendo o senhor Diretor Executivo desta associação. É assim. É assim. É assim que nós estamos na causa pública. Nós somos aqui o que somos na vida privada e eu não quero ser aqui aquilo que eu não sou na vida privada. Não me dá, não nos dá lições de negócios, bons ou maus defensores da causa pública. Não dá porque não é a sua história e não é o seu presente. E, quando é assim, quando nós usamos expressões de «negócios ruins» são devolvidos, a expressão e os atos são devolvidos à procedência, como eu estou a fazer aqui, cara a cara, sem artifícios, diretamente. Porque, na verdade, quando nós não resolvemos e temos responsabilidade para o fazer, e deixamos a outros que os resolvam, e cheguem aqui e informem com subterfúgios, tenho que o dizer, como referiu, de que se não tivesse documentos... mas aqui há alguma coisa, há aqui alguma coisa que esteja a ser escondida desta Assembleia? Primeira questão, senhora Presidente da Assembleia, tenho-lhe a dizer, no Executivo do Município da Guarda manda o Presidente da Câmara. Aquilo que não há no Executivo da Câmara, não há no mundo. E, portanto, jamais, o Município da Câmara, gerido por mim, apresentará o que quer que seja que não tenha sido levado primeiro à votação na Câmara Municipal da Guarda. Ponto um. Ponto dois, o senhor Deputado Monteiro invoca, novamente, que o negócio ligado a uma empresa que acabou de ser montada... reparem, não há operação financeira, a existir, e vou pôr o cenário, porque não há, o que não há no Executivo, não há no mundo. Mas eu também tenho o dever, porque também para mim é claro aquilo que se passa na Guarda, o que se passou na Guarda também, e vir aqui também, na minha dimensão de influência, para clarificar o que eu ouvi aqui, que é uma tremenda incoerência naquilo que é o conhecimento da realidade dos factos, e que depois se pretende fazer opinião, é algo que eu também não me posso sentir bem nesta circunstância. É algo que foi referido pelo senhor Deputado, esta é a empresa que também negocia a colocação do

Hotel Turismo no mercado turístico da Guarda e da região, também são o mesmo grupo financeiro. Portanto, se tem credibilidade para negociar com o Governo Português, com o Turismo de Portugal, já não tem capacidade para negociar com a Guarda? Porquê? Porque, se calhar, eu não quero colocar os epítetos que aí colocaram... por acaso, faça-se justiça, Deputado Henrique Monteiro, porque, de facto, as coisas nunca correram bem e a regra, a regra é mesmo essa. Quando nós somos donos das coisas, colocamos as coisas no mercado e pedimos ao mercado que responda. O problema, também como disse aqui o Deputado Tiago Gonçalves, é que temos aqui uma terceira entidade. Temos o Município da Guarda que está sem terrenos e sem dinheiro, temos a empresa sociedade Têxtil Tavares que continua a ser para todos os efeitos, apesar de ter o dinheiro, tem o dinheiro e não faz a escritura. E, então, como é que nós vamos resolver aqui um problema que, se se arrastar na justiça, nós vamos andar sem 2 milhões de euros... e muito bem, temos que pedir juros, temos que pedir os nossos direitos. Mas reparem, estamos a falar de justiça, de tribunais. Sabemos o tempo que as coisas vão demorar e aqui há, de facto, uma ilegalidade. Há uma ilegalidade. Mas quero dizer-lhe ainda antes, qualquer operação que fosse montada, teria aqui o aval do grupo espanhol La Caixa, não era desse grupo financeiro. De facto, o capital social é de uma empresa constituída à seis meses e tem capital social de 5 mil euros. Não poderia nunca ter capacidade financeira. Mas tem capacidade jurídica para montar uma operação financeira, aqui ou em qualquer ponto do país, para dar resposta a qualquer outra circunstância que tenha a ver com o desenvolvimento dos territórios e desde que a opção política assim o determine. Isso é que nós tínhamos que estar esclarecidos. E andar aqui, não é o cão a morder no homem, é o homem a morder no cão, fazer notícia disto. Não é. É um não caso. Aliás, este Executivo compromete-se aqui que não há mais CET durante este mandato. Fica claro que haverá, algumas das coisas que se foram falando neste concelho, de que haveria alguns investimentos que podiam acontecer, vamos ver a história, mesmo noutros concelhos limítrofes, e se por acaso nós tivermos conhecimento desses investimentos, com certeza que não ocorrem aqui, mas vão ocorrer noutro lado, se for o caso. Mas, este assunto, nestas circunstâncias, tal como foi colocado, é um não assunto. É certo que, o contrato promessa de compra e venda não foi objeto de visto no Tribunal de Contas o que é uma ilegalidade. Mas senhor Deputado Monteirinho, ao fim de vinte anos, e eu vi tanta gente aqui a falar nesta Assembleia preocupado com a legalidade. Onde é que estavam muitos daqueles que aqui acabaram de falar? Em 2001, em 2009, em 2011, em que nunca se colocou a legalidade da aquisição da Imoguarda, das quotas dos 50% na Quinta da Maunça. A legalidade de um contrato promessa que foi ruinoso para a Câmara da Guarda, o Município, nós pagámos 1 milhão de euros de rendas que estavam estipuladas, nos termos do contrato, de 3 mil euros por mês e, se ao fim de um ano não fossem pagas, passaria a ter uma renda de 25 mil euros. Quem pagou foi o Município. Uma ação que nunca poderia ganhar, fica já aqui claro. O Município nunca ganharia. A única coisa que se discutiu, nessa ação, é se conseguíamos ter uma renda de 3 mil euros e não de 25 mil euros. Quem pagou 1 milhão e 100, há três anos atrás? Foi o Município da Guarda. Pagos na hora e não recorreu a empréstimo. Mas com esse milhão, mais os 2 milhões, nós conseguíamos fazer a terceira fase, aqueles 2,5 milhões que eram essenciais para fazer aqui um CET, de entrada, mais alguma capacidade de endividamento. Também poderíamos pensar nessa solução. Mas

não nos Tavares, porque a herança que o Partido Socialista nos deixou é demasiado pesada. Tem sido tão grave que nós, grande parte do tempo, já o dissemos muitas vezes, tem sido a resolver estes problemas e continuamos aqui até a criar alguma divisão daquilo que seria um projeto estruturante, como nós dissemos no nosso programa eleitoral, para a nossa cidade. E disto, penso que não vou referir mais. -----

Dizer, efetivamente, que as muralhas, o edifício contíguo é propriedade de um particular. Nós já interpelámos algumas vezes. Até poderíamos aqui sugerir soluções de comodato com o Município, acabarmos nós a obra e ter algum tempo sem pagar rendas, ou outra solução qualquer. Mas, verdadeiramente, não temos solução. O Quarteirão Associativo, as obras estão em curso, não irão parar mais até à sua conclusão e com certeza que este ano, não vou aqui comprometer-me com datas, mas este ano ficará concluído. Os parques infantis serão abertos no dia 14/07, aliás, no alinhamento daquilo que o Governo já referiu e, portanto, nós também tomaremos essa decisão. -----

Senhor Deputado António Barbosa, onde é que o senhor esteve durante estes anos todos? Porque eu sou do tempo, o senhor é mais velho do que o Presidente da Câmara, do que eu. E bem, um guardense também tão defensor, como eu, dos interesses da Guarda. Mas eu fui dirigente desportivo e sei bem o que era a discriminação na atribuição de subsídios que não tinham regra absolutamente nenhuma. E nós não temos também, Deputado Laginhas, Regulamentos que aplicam-se igualmente a associações culturais e desportivas? Mentira, falso. Temos um Regulamento que tem várias partes e tem as regras próprias para as associações desportivas e regras próprias para as associações culturais. Mas com regras que estão sempre a tempo de ser aperfeiçoadas. Mas existem, aquilo que não existia no passado e que criava discriminação e matou muito da base desportiva, aquilo que o senhor Deputado referiu, e que eu concordo na integra em termos daquilo que é a valorização do desporto e que é fundamental para promover o bem-estar, o envelhecimento... nós levamos agora às Freguesias do Concelho, à sua Freguesia, todos os mais de 65 praticam, hoje, duas vezes, ma a duas vezes, desporto com Técnicos da Câmara. Uma atividade que vai e está a ser desenvolvida, parou agora com a pandemia, em todas as Freguesias do Concelho. E as que não tiverem, é porque não querem. Porque no dia em que quiserem, nós lá estaremos com toda a estrutura montada. Sabe para quê? Para aumentar a qualidade de vida, para motivar as pessoas com mais idade, com doenças, para a vida, para a saúde, para o bem-estar. E isso foi sempre uma preocupação que nós tivemos. Hoje temos uma base alargada de desporto. Não há uma atividade, ou poucas, que não existirão no Município. Desde a patinagem artística ao atletismo que um clube que recentemente, a última modalidade que nós conseguimos implementar no nosso espaço desportivo, através do Núcleo Sportinguista, temos já também equipas de iniciados para desenvolver este tipo de prática desportiva. Temos uma base alargada. Não temos ainda o topo da pirâmide com equipas, com clubes, mas que também com o apoio que nós daremos a todas as instituições. Mas também aqui o Vila Cortês que nós assumimos, para ter também este desígnio de, em dezanove anos, ou dezoito anos, não termos uma equipa no Nacional, podermos também projetar a Guarda. Não pelo futebol porque já demos provas de que temos muitas atividades, muitas modalidades neste momento em prática desportiva. Mais de dois mil jovens, todos os dias, a praticar

desporto no nosso Concelho, a usar, de forma completa, todos os equipamentos desportivos como falou. Desde o estádio, aos sintéticos e outros que estão em construção e outras condições que também temos dado para valorizar a prática desportiva. -----

Por fim, terminar, que em termos também de igualdade de género, não só porque temos o plano para promover a igualdade de género. Mas terminou bem, penso também aqui o Deputado Laginhas, quando refere, o Guarda 2000 é exatamente um clube assumido por duas jovens que estiveram no meu gabinete a pedir, de facto, apoio para desenvolver a atividade do futebol feminino e outras atividades, onde nós não discriminamos, nós não criamos diferentes regras para homem e mulher. É algo que já está assumido por todo este Executivo, naquilo que é a sua prática corrente e de fazer política no desenvolvimento da Guarda. E, por isso, nesta matéria, nós consideramos que estamos a fazer bem. Precisamos de fazer mais e também contamos com os contributos positivos que nos poderem fazer chegar para melhorar ainda mais aquilo que é a qualidade de vida, o bem-estar e o bem comum desta cidade. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Só uma clarificação. Senhor Presidente, com o total respeito pela autonomia dos órgãos, senhor Presidente, é perante a Assembleia Municipal que Vossa Excelência tem que prestar esclarecimentos. É a Assembleia Municipal que é o órgão fiscalizador e tem Vossa Excelência o dever institucional de responder perante este órgão ao que lhe for solicitado. Só este pequeno esclarecimento. Muito obrigada. Faz favor, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Senhor Presidente, muito boa tarde, mais uma vez. Eu jamais deixarei de respeitar este órgão. Jamais deixarei de respeitar o senhor Presidente da Câmara, a senhora Presidente da Assembleia, os senhores Vereadores, os senhores Deputados. Não baixo a esse nível, senhor Presidente. Não baixo. E vou-lhe dizer uma coisa, não trago para aqui outros assuntos que não estejam relacionados com aquilo que interessa os guardenses. Não trago. Podia aqui falar daquilo que é as acusações que o senhor Presidente tem em Tribunal, podia aqui falar das acusações que tem o anterior Presidente da Câmara. Mas não falo, isso não interessa. Sabe o que é que interessa, senhor Presidente? É termos sempre respeito uns pelos outros e quando os argumentos políticos não chegam, Vossa Excelência utiliza argumentos pessoais. Acho indecoroso. Mas eu digo-lhe uma coisa, senhor Presidente, e se me permitem todos, muito simples. Só atiram pedras à árvore que dá frutos, isso já todos percebemos aqui. Esta Assembleia, o Partido Socialista tem sido atacado por todos os lados. Não sei se percebe. Mas isso interessa aos guardenses? Vamos lá aqui discutir assuntos sérios. O que é que o senhor Presidente tinha hoje para dizer aos guardenses que contribuisse efetivamente para o desenvolvimento da Guarda? Olhe, tinha para lhe dizer que meteu o CET no bolso. Ou seja, a Guarda, esse foco de desenvolvimento, a maior promessa eleitoral do PSD ficou no bolso. Ficamos todos hoje a saber que isso ficou no bolso, primeiro assunto. Segundo assunto, foi aqui falado sobre as árvores e acorrentavam-se... e disse: não, a culpa não é da Câmara, a culpa é do projetista. Ou seja, é o passa culpa. Senhor Presidente, ouça bem nas minhas palavras, o Partido Socialista assume todos os anos que governou esta cidade. Mas governou, vou-lhe dizer, com muito orgulho e com muito desenvolvimento para esta cidade. Espero que Vossa Excelência, ao fim do seu segundo mandato, possa ter esse mesmo orgulho e possa demonstrar que

fez isso. E deixo-lhes uma última nota. Ao Partido Socialista, e a mim pessoalmente, ninguém me dá lições de moral. Ninguém. O senhor Presidente não me dá lições de moral. E digo-lhe mais, faltou ao respeito. Se eu estivesse na sua posição, eu tinha pedido desculpa. Espero que isso possa acontecer, senhor Presidente. Muito obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Sim, faz favor, senhor Deputado. Eu não consigo ouvir.. sim, faz favor. Muito rapidamente, por favor. Sim, a que titulo, senhor... mas a sua honra foi ofendida? Desculpe lá, não. Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Nuno Laginhas (PS):** “Muito obrigado, senhora Presidente. A minha intervenção foi muito mais além daquilo que o senhor Presidente falou. Eu falei em estratégia global para o desporto. Entende-se que o senhor Presidente está um pouco confundido, porque confundiu aqui, ou não conhece a realidade. A Guarda 2000 não é dirigida por duas jovens. Essas duas jovens dirigem a escola de futebol feminino da Guarda. A Guarda 2000 é dirigido por outras pessoas. Nota-se aqui o conhecimento que tem e qual é que é a estratégia do desporto para o Concelho da Guarda. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não, senhor Deputado, não vai defender a honra porque a sua honra, nem se quer falaram consigo. Tenha paciência. Está terminado este ponto. Não, não pode. Este ponto está terminado. Passamos ao segundo ponto... a função da Assembleia é defender os interesses dos municípios e da legalidade. Mas o que é que quer esclarecer? Meio minuto. O senhor é terrível, caramba. Não há mais esclarecimentos para ninguém. Tenham paciência.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “O senhor Deputado Monteirinho veio dizer que aquilo que o senhor Presidente tinha para anunciar aqui era o fim do CET. Eu não quero que isso fique colado à intervenção que o CDS aqui fez. O CDS apenas mexeu no lodo e cheirou mal...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, as declarações de cada um, apenas responsabilizam cada um.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “E deixe-me acrescentar. O senhor Deputado não está aqui porque imperou o interesse maior e foi dar notas aos alunos, apesar de o ter despendido. Mas dizer que esse pedido foi feito ao projetista por parte do senhor Presidente da Câmara, é ponderado, é sensato. Efetivamente, sem fundamentalismos, que se possa salvar aquilo que se pode salvar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, não é para defender a sua honra, pois não? É para fazer o quê? Como? Mas é assim, senhor Deputado. Nesta altura tem que me invocar alguma figura regimental. Se não tiver nenhuma figura regimental, não pode falar. Não tem nenhuma, pois não? Como? Não, desculpe, defesa da honra não fala porque nem sequer falaram no senhor Deputado. Não, este ponto está encerrado. Senhor Deputado, este ponto está encerrado.” -----

Ponto 2.2 - Discussão e votação da Proposta de Concurso Público para Concessão do Serviço Público de Transportes Coletivos de Passageiros da Guarda. -----

- Cidália Valbom, Presidente da Assembleia: “Senhor Presidente, quer intervir? Faz favor, tem a palavra.” -----

- Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara: “Muito obrigado, senhora Presidente. Relativamente a este ponto só dizer, de acordo com aquilo que é o formalismo processual para nós instaurarmos este procedimento, é a segunda vez que vem a esta Assembleia, como também aconteceu no Executivo. Veio a proposta de abertura do concurso, posteriormente nós concretizámos as peças do procedimento e, agora, definitivamente, nós trazemos para aprovação este concurso público internacional. Toda a Europa, todas as empresas de transportes europeias podem concorrer aqui ao nosso território. Dizer que o Executivo Municipal, em 19 de fevereiro, aprovou, por unanimidade, em reunião também, a aprovação destas peças do procedimento. Publicitou, desde logo, este concurso nessa altura. Depois, em 27 de fevereiro de 2020, a proposta de concurso público internacional foi aprovada, também por unanimidade, na Assembleia Municipal. No dia 28 de fevereiro de 2020, o Município da Guarda submeteu as peças do procedimento à Autoridade de Mobilidade Terrestre, a qual também depois veio a dar um parecer, porque é obrigatório este parecer da autoridade para nós promovermos este procedimento. No dia 30 de abril de 2020, há um parecer positivo no sentido de prosseguirmos com este procedimento internacional. E uma das recomendações, nós tínhamos lançado o procedimento com um valor base, para cinco anos, de 1.1 milhão, valor arredondado, e uma das recomendações, não é obrigatório, mas a Autoridade, depois de se debruçar sobre as peças do procedimento, entende, recomendou, e nós só seguíamos se quiséssemos, que o valor estaria um pouco abaixo e sugeriu 1.3 milhões. E é este o valor de 1.3 milhões, que é o valor base do procedimento concursal internacional que nós hoje aqui vamos aprovar. Portanto, o valor, e é uma das questões que temos sempre debatido com a empresa Transdev, que é aquela que até hoje, desde 1977/78, com outros nomes, de Joalto, os Transportes de Cernache do Bonjardim e houve várias cedências. Cederam a posição contratual às diversas empresas. E o valor, principalmente dos últimos seis anos, porque até lá tínhamos, em seis anos, o valor de 1 milhão de euros para pagar os transportes. Coisa que depois tivemos que resolver com a Transdev. E, a partir do momento em que pagámos as contas, tem sido uma relação difícil com a Transdev. Ou seja, cada vez que eles se colocam na nossa mesa a debater os transportes urbanos da cidade, do concelho, nós deparamos sempre com acréscimos financeiros, sob pena de não o fazer, exigirem esse aumento. Nós fomos sempre negociando, cada vez a malha está mais apertada. E daí também, não só fruto da lei, mas também daquilo que é a nossa necessidade, colocarmos a AMT para nos ajudar a derimir um processo que, nesta fase, está muito complicado naquilo que é a negociação, designadamente no ajuste direto, como a lei também admite, até que este processo esteja totalmente concluído, podemos manter sempre esta empresa a funcionar no nosso território através de ajustes diretos. Mas o ajuste direto é uma negociação e a negociação, já estão a ver, de acordo com aquilo que eu disse anteriormente, é que a empresa, cada vez que chegamos ao final de um ano, quer mais valor. Ainda assim, resta-nos esta segurança, embora é um custo sempre, porque é sempre a aumentar. A AMT, curiosamente, nestes procedimentos a cinco anos, vem recomendar um aumento de 200 mil euros em relação ao que nós tínhamos

proposto nas peças que lhe foram submetidas para apreciação. E, por isso, apresentamos este procedimento, para ser aprovada por todos. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada, Senhor Presidente. Alguém pretende intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, senhor Presidente, nós, quando o senhor decidiu enveredar por este concurso público, elogiámos a decisão e continuamos a elogiar porque realmente é o caminho da transparência. Aliás, quando, inclusivamente, na altura em que substituí o Ex-Presidente Álvaro Amaro e o Partido Socialista pôs em causa a sua legitimidade, nós reafirmámo-la e desafiámo-la a que, no seu mandato, deixasse uma marca Carlos Chaves. Não sei se se recorda. E esta pode ser a marca, a marca da transparência. Agora, em nome dessa mesma transparência, eu pedia era uma coisa. Não é possível, em três ou quatro dias, alguém que não faz da política vida, analisar um documento com a complexidade e a densidade que tem esta proposta que aqui está em discussão, certo? Já é difícil para alguém que seja leigo, nomeadamente em questões jurídicas, que é o meu caso, quanto mais neste prazo tão curto. Aquilo que eu peço é que, documentos desta natureza, sejam enviados aos Deputados Municipais com o prazo mais alargado, quinze, vinte dias. Estas coisas é possível planeá-las com tempo, para que todos possamos decidir de forma informada e não andarmos aqui a tomar decisões em cima do fio da navalha. Não sabemos se havemos de cair para um lado, se havemos de cair para o outro porque é assim, a não análise devida do documento, impõe-nos, neste momento, que nos abstenhamos relativamente ao documento. Embora elogiando, realmente, o caminho que foi seguido. Por certo, o Executivo não terá dificuldade em fazer aprovar este documento. Há uma relação de confiança política com a maioria desta Assembleia, portanto, o nosso voto vai ser a abstenção mais por essa razão, pela dificuldade e pela impossibilidade de, num curto espaço de tempo, analisar devidamente um documento desta complexidade.” ---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, boa tarde, já almoçámos. Já estamos aqui, mas melhor. Saudamos o facto de ter sido ultrapassado o velho e questionado método dos ajustes diretos, entrando-se na metodologia dos concursos internacionais, fazendo funcionar o mercado. E era isso que já tínhamos dito. Não queremos que o parecer prévio seja um *perecer prévio* que, por gralha, apareceu nos documentos que eu recebi. E recebi atrasadamente, e isso é mau porque eu recebi na quinta feira, às cinco e pouco, e, portanto, é difícil para mim ler não sei quantos milhares de páginas e depois, ainda por cima, fazer a análise, digamos assim, a partir do computador, das várias palavras que lá aparecem. Mas pronto, eu não tenho assim tanto medo, como tem ali o meu amigo Henrique Monteiro, de ir parar à prisão por ter aprovado isto. Eu vou aprovar, até porque estive a analisar o documento e não feriu nada. Ainda por cima temos o respaldo, digamos assim, da autoridade da mobilidade terrestre que leu isto e, portanto, não ia dar um parecer à Câmara que nos levasse a todos ao Tribunal. E, portanto, eu penso que não é arriscado votar a favor. Agora trata-se, aprendendo com o que acontece em Lisboa, de conseguir o número suficiente de autocarros de modo a manter as necessárias condições de distanciamento social para todos e em particular para os

idosos, tornando seguras as deslocações dentro da cidade. E eu aqui fico cheio de inveja porque eu moro ali em Pousade, como moro noutros lados, mas moro principalmente em Pousade e, portanto, venho para aqui de carro, tenho um carro novo que anda muito bem, mas pronto, o que é certo é que há muita gente que está velha, que já não pode conduzir e precisam de transportes coletivos e penso que as pessoas das aldeias também precisam de transportes coletivos, para a cidade, sempre que precisem. Também queremos que os requisitos mínimos dos veículos que estão bem definidos sejam cumpridos, facilitando a vida de idosos e deficientes. Eu depois estive a analisar, há lá no projeto, no caderno de encargos, a questão das rampas. São muitos documentos, são dez documentos que estão associados e, portanto, às vezes é difícil identificar onde é que estão as coisas. Eu fui descobrindo e verificando. Também não desistiremos de ter transportes coletivos que permitam que o mundo rural aceda ao meio urbano para aí trabalhar, comprar e ter os serviços urbanos tanto quanto aos consumos básicos como de cultura. Isto não está salvaguardado neste documento, mas esperemos que, no futuro, nos venha a dar esta prenda. Será sempre importante falar de um conjunto de medidas e intervenções no espaço municipal, que permitam mitigar os problemas que ocorrerão, com certeza, após a entrada em operação deste Serviço Público de Transportes Coletivos de Passageiros da Guarda, pois é necessário proceder à monitorização do sistema, mediante a recolha e tratamento da informação sobre a oferta e procura dos transportes, bem como a monitorização da qualidade do serviço prestado, através da realização de inquéritos de satisfação ao cliente. Portanto, isto tudo vai ser escrutinado por nós, políticos, ao serviço da nossa cidade e do nosso concelho, mas também pelos nossos munícipes.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já ultrapassou em um minuto o seu tempo.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Não me faça isso, porque o CDS... Complementarmente à melhoria do sistema de transportes urbanos, deverão ser tomadas outras medidas de gestão da mobilidade, tais como: Ordenamento do estacionamento na cidade definindo a sua forma; Fiscalização do estacionamento indevido, em especial o que poderá causar impactes na circulação rodoviária; Restrições à utilização do transporte individual em determinadas zonas da cidade; Promoção da utilização de modos ativos, andar a pé e bicicleta nas etapas que se constituem como a sua etapa final. Chega-se à cidade, sai-se do autocarro e podemos andar mais um bocadinho a pé. Recomenda-se a elaboração de um plano de mobilidade e transportes para a cidade que complemente este Serviço Público de Transportes Coletivos de Passageiros da Guarda, apostando nos modos mais sustentáveis já considerados neste documento e outros que a experiência for aconselhando. De facto, alertaram-me para o facto de os horários não se coadunarem com as necessidades dos utentes, nomeadamente os trabalhadores do Hospital Sousa Martins, sendo estes ser desenhados como forma de potenciação de utilização do transporte público preferencialmente face a viatura pessoal, o que deve passar pela auscultação dos diversos interlocutores inclusive as associações de bairro. Também, os custos do bilhete unitário e o passe mensal são valores elevados, porventura a articulação de utilizadores em viatura particular com quatro ocupantes o custo mensal é mais baixo. A oferta pública de transporte deveria servir todas as áreas industriais e coadunadas às necessidades dos trabalhadores e inclusive freguesias contíguas à

freguesia da Guarda, referimos Vale de Estrela, Aldeia do Bispo, Maçaínhas, Arrifana e Pera do Moço.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar.” --

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Só mais um bocadinho.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não. Não é mais um bocadinho. O senhor já ultrapassou em três minutos o seu tempo, tenha paciência.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Devemos ainda aproveitar o facto de no âmbito da discussão do orçamento suplementar, que está a ser discutido em Lisboa, no que concerne aos transportes públicos, o PCP ter proposto o reforço da transferência de verba ao abrigo do Programa de Apoio à Redução Tarifária, fixando o valor de 104 milhões de euros, mais 10 milhões de euros, de forma a compensar as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas pela redução de receitas de bilhética e passes e para reforçar a oferta em condições de segurança para os utentes. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Já esgotou o tempo do ponto seguinte. Já sabe isso, não é? Muito bem, senhor Deputado Bruno, do Bloco de Esquerda. Faz favor.” -----

- **Deputado Bruno Andrade (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Só temos aqui uma série de dúvidas. Aliás, porque nós, na altura que este plano veio, e pela transparência, demos os parabéns ao Executivo por esta mesma atitude e vamos votar favoravelmente. A única questão aqui é que quando Álvaro Amaro entrou neste Município decidiu transformar o logotipo da Guarda. Logotipo esse que foi distribuído por empresas de camiões... bom, *whatever*, por várias situações. Neste layout que temos aqui, na imagem que temos dos autocarros, não que eu tenha alguma coisa a ver contra o vermelho, mas se calhar uma cor mais apelativa, mais verde, mais... uma vez que se cortam árvores, criem autocarros verdes, por exemplo. Mas o logotipo que está do Município é todo ele vermelho. Não sei se será engano, porque não tem aquelas cores do amarelo, do verde... será mesmo esse? Não sei. Bom, não sei se ainda poderiam alterar, ou não. É uma questão, depois, de verem. Depois, outra situação. Eu, por acaso, tentei ler o documento, é extenso. E esta situação do pós-Covid leva-nos aqui a pensar numa série de situações, até mesmo de futuro. Primeiro, numa questão de pandemia próxima, hoje temos Covid-19, amanhã podemos ter outro tipo de epidemia. Há alguma salvaguarda, para o Município, na questão de suspender este tipo de contrato? Há? Primeira questão. Segunda questão. Caso haja uma pandemia novamente, há salvaguarda nos transportes públicos assegurados por este privado que há de aparecer? Terceira questão e mais próxima. Em setembro, pelas contas, vamos dar início ao ano letivo. Se mantivermos as distâncias sociais, vamos ter autocarros sublotados com alunos a vir desde a Estação, desde o Bairro do Pinheiro, desde o Bairro da Luz, desde a preferia para virem para o núcleo urbano da Guarda. Há alguma salvaguarda nesta questão? Não vai ser já certamente neste contrato. Mas no contrato existente com a Transdev, ser necessário mais do que um autocarro para assegurar o distanciamento social entre os utentes? Para terminar, uma questão que tem sucedido até na nossa vida particular, sucede a todos nós. Por vezes, vamos a um estabelecimento comercial, a um

café, a um restaurante e por aí fora, e a gente esquece-se da máscara para poder entrar e voltamos atrás, voltamos ao carro e temos lá uma máscara. E é da nossa responsabilidade porque é obrigatório entrarmos nos estabelecimentos públicos com máscara. A questão é que podia ser uma atitude do Município, ou então uma atitude do privado, de poder fornecer, ou a título gratuito, ou a título de um valor determinado, uma máscara à entrada do autocarro. Porquê? Porque o facto de um passageiro vir a pé, porque às vezes não temos o autocarro à porta de casa e temos que percorrer alguns metros, e, se chegarmos ao autocarro e não temos máscara, vamos perder a viagem. Poderia haver, não sei, o Município até poderia disponibilizar, se é que já não disponibilizou, um conjunto de máscaras para este tipo de situações que possam surgir. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir neste ponto? Faz favor, senhora Deputada Paulisa.” -----

- **Deputada Paulisa Doris D`Assunção (PS):** “Gostaríamos aqui de aproveitar esta oportunidade de abordar o tema, no âmbito deste ponto. E não podíamos deixar de manifestar aqui uma preocupação pelo facto de muito utentes dos transportes coletivos de passageiros nos terem feito chegar diversas queixas, relativamente ao serviço público de transportes urbanos da Guarda. Nomeadamente, queixando-se daquilo que foi já aqui colocada a questão pelos senhores Deputados que falaram antes de mim, relativamente à questão da lotação dos autocarros e que diz que, neste período da pandemia, tem sido impossível fazer o distanciamento social devido à lotação esgotada nesses transportes coletivos. Ainda se queixam, também, da questão dos horários, que têm sido suprimidos muitos horários agora por causa da suspensão das aulas e queixam-se, portanto, que nas horas de entrada e saída dos trabalhadores, existem poucos autocarros e que levam à tal lotação esgotada, para além da questão de se verem com dificuldades de entrarem e saírem a horas dos seus empregos, devido a esta supressão dos horários. Assim como, aos fins de semanas, também se queixam que não têm forma, muitas vezes, de vir para a cidade. Portanto, eles pedem que reponham os horários que normalmente há em tempo de época escolar, pelo menos nestas horas mais movimentadas em que os trabalhadores entram e saem dos seus trabalhos. E, apresentam, efetivamente, estas queixas junto da empresa concessionária. Apresentam estas reclamações, mas parece que empresa os tem remetido, sucessivamente, para a Câmara, dizendo que a decisão cabe à Câmara. Os utentes, então, têm efeito as apresentações destas reclamações junto do Executivo, têm feito sucessivos requerimentos manifestando este descontentamento, mas também recebem a resposta, do lado de lá, a dizer-lhe que não senhora, que a questão é com a empresa concessionária. Portanto, andam, passo a expressão, neste ping pong e o que é certo é que ninguém assume responsabilidades, nem lhes resolvem os problemas. Eles não querem saber de responsabilidades, eles querem ver os problemas resolvidos. E, daí, queríamos saber o que é que o Executivo está a fazer para atender a estas reclamações e exortarmos para que tenha em consideração estas preocupações dos cidadãos utentes do serviço público transportes coletivos de passageiros da Guarda, nomeadamente através da fiscalização, ou exigência do cumprimento destes contratos que vão sendo feitos, este agora, mormente, este agora que está aqui em cima da mesa para que, de futuro, se tenha algum poder, perante a empresa concessionária, de exigir o cumprimento de condições rigorosas de saúde e segurança para as pessoas, que agora,

nesta época de pandemia, ainda mais se exige, para além da época normal. Portanto, era aquilo que nós queríamos deixar. E relativamente então ao ponto, nós iremos votar a favor pela transparência demonstrada na abertura do concurso público e esperamos que estas situações sejam também endereçadas. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Saraiva Gomes (PSD):** “Ora, boa tarde a todos. Boa tarde senhora Presidente, na sua pessoa cumprimento a Mesa, senhor Presidente, restante Executivo, senhores Presidentes de Junta, senhores Deputados, Técnicos da Autarquia, Funcionários, muito obrigado a todos. Este assunto já não é novo. No passado dia 27 de fevereiro foi, nesta Assembleia, aprovado por unanimidade este primeiro projeto, esta primeira proposta que o senhor Presidente aqui também referiu. E, efetivamente, à data, dizia que era para mim, na altura a bancada do PSD também me deu esta honra e este privilégio de defender aqui, perante todos vós, este mesmo concurso, que era para mim um privilégio e uma honra, enquanto jovem, enquanto guardense, estar perante todos vós. E, por várias razões. Várias razões que, neste preciso momento, através do parecer da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes dão completa razão ao Executivo Municipal e por tantas e tantas vezes já aqui referido. Chega-nos, agora, este mesmo tema a esta Assembleia, cumprindo o disposto na lei, o disposto no regulamento, e que o mesmo deve passar novamente pelo crivo da democracia. Efetivamente, esta entidade enaltece, entre outros, aquilo que também eu enaltecia na altura, o equilíbrio económico-financeiro desta proposta. Ou seja, estamos a falar de uma proposta a cinco anos. Estamos a falar do lançamento de um concurso público internacional que tanto defende os interesses públicos, camarários, em que, para os cofres da Autarquia, apesar de seguir a recomendação da Autoridade, a AMT, da Autoridade de Mobilidade e Transportes, para aumentar ligeiramente o valor, mas mesmo assim a Câmara beneficia por causa do serviço público que a si diz respeito, que ao próprio executivo diz respeito, para garantir a todos os cidadãos da Guarda, nomeadamente na questão da mobilidade. E também é o equilíbrio económico-financeiro perante uma entidade privada que vai assegurar o serviço e, como é óbvio, inicialmente terá certamente perdas, como vemos lá num dos aspetos do estudo, mas que serão recuperados ao longo do tempo. E daí também o parecer da própria autoridade para reequilibrar ainda mais esse equilíbrio que já se conseguia. E, portanto, efetivamente fantástico, quando falamos num contrato a cinco anos. Porque, tal como a senhora Deputada aqui dizia, perante este contrato, se calhar, a concessionária agora, este ping-pong e desculpem a expressão, permitam-me esta expressão todos, este ping-pong que agora acontece, acontece precisamente porque é um ajuste direto. Se fosse uma concessão de serviços a cinco anos, com as garantias como é apresentado na folha do concurso, não haveria este ping-pong de responsabilidades porque saberíamos perfeitamente de quem era a responsabilidade. E a responsabilidade seria da empresa que concorreu ao concurso, que ganhou o concurso e ao qual foi adjudicado o concurso. E, claro, é precisamente com esta adjudicação que se determina uma coisa, senhor Presidente, permita-me dizer. Dizem tanto de marcas... meus amigos, marcas, isto é uma marca. Perante a adjudicação deste concurso, desta concessão de serviços, é uma marca. É uma marca do seu Executivo e é uma das tantas que se vêm a juntar, que desde

2013 este Executivo, tanto o seu antecessor, como o senhor, como todos os Vereadores que o acompanham e que o têm acompanhado desde 2013, tanto fizeram por esta cidade e por este concelho. Portanto, não vamos discutir marcas, porque essas são a prova dada que, em 2017, sim, em 2017, já o povo da Guarda votou e o povo da Guarda foi muito claro nessa eleição. Portanto, não falemos de marcas que este Executivo, ou que o PSD deixa. E, senhor Presidente, permita-me também reforçar o parecer da Autoridade que é muito clara. Que faz parte das responsabilidades do Executivo, após a adjudicação, é a fiscalização, a regulamentação, a regulação do transporte. Porque estamos a falar precisamente disso, dinheiros públicos. Estamos a falar de serviços públicos. Estamos a falar de boa gestão. Isto é uma boa gestão, claramente, e eu tenho a certeza que este Executivo, e quem vier a seguir, terá isto em plena noção. A plena noção de que não brincamos com o dinheiro dos outros. Utilizando ali uma expressão do senhor Deputado Henrique, utilizar os cofres da Câmara como um bolso particular, como a minha carteira particular. Isso eu tenho a certeza que este Executivo não fará. Tenho a certeza absoluta. E, portanto, senhor Presidente, acho que nem o senhor, nem a bancada do PSD precisam de lições de ninguém. Não precisam de lições de ninguém porque não precisam de lições de quem suporta quem. Não. A bancada do PSD está com o senhor porque o senhor é o senhor Presidente. É o Presidente deste Executivo que deixa marca e que trabalha pela cidade. E, senhor Deputado, a bancada do PSD não precisa do CDS para suportar o Executivo. Mas, se o senhor se quiser juntar a nós, seja bem-vindo. E tenho a certeza que todos nós lhes damos as boas-vindas para se juntar ao PSD. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “É só um esclarecimento. Obrigado, senhora Presidente. Só dizer, de facto, aqui, relativamente às cores, essa é uma das problemáticas que existe no concurso público. Nós, as viaturas, necessitamos de viaturas com menos idade, mais adaptadas ao nosso declive em termos de relevo, que consumam menos combustível para produzir menos dióxido de carbono. E também os cinco anos é justificado, exatamente para haver um investimento na rede, nos equipamentos. E com certeza que aquelas não são, de facto, as nossas cores. Aquela foi uma decisão da própria empresa que não quer, conforme refere nas reuniões que temos, investir muito mais porque a situação está, em termos mais vulgares, à pele. Isto, do ponto de vista da empresa. E isso limita muito depois também o investimento. Daí também dar aqui algum grau de certeza e, por isso, cinco anos será o período adequado para desenvolver este procedimento e esta oferta de uma necessidade essencial do Município. Dizer à senhora Deputada Paulisa que.. ainda antes, referir que os contratos têm essas regras. Quer dizer, nós temos uma situação de pandemia, uma situação excepcional e a mesma realidade que o senhor colocou para o futuro, já aconteceu no passado recente. Nós adaptámos as circunstâncias, contratualmente definidas num período de normalidade e, numa situação extraordinária como é esta que vivemos, houve também capacidade de adotar medidas e soluções para dar resposta às necessidades. E, por isso, tenho também, face até às questões que foram colocadas, também o gosto de afirmar que amanhã mesmo serão retomados pela Transdev a

resposta ordinária às necessidades dos transportes da Guarda, como também solicitámos hoje à CIM para repor os transportes interurbanos como estava antes da pandemia. Portanto, amanhã teremos uma resposta que vem ao encontro da pergunta que a senhora Deputada fez. E, agora, aguardamos também, face à nossa interpelação, que a CIM dê resposta no âmbito daquilo que são as suas responsabilidades, enquanto autoridade de transportes, para colocar e exigir às empresas, aos operadores, os transportes necessários para que as nossas Freguesias rurais, na deslocação ao nosso território, possam efetivamente continuar a beneficiar dessa oferta. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigada. Passávamos, então, agora, à votação deste ponto 2.2.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e votação da Proposta de Concurso Público para Concessão do Serviço Público de Transportes Coletivos de Passageiros da Guarda.* -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta votos a favor e uma abstenção. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, uma Declaração de Voto. Acertei, veja lá. Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Só para dizer que o voto em branco não foi por medo do Tribunal, senhor Deputado. Os tribunais fizeram-se para os homens. Foi porque nós não votamos documentos que não conseguimos, efetivamente, consultar devidamente. Só por essa razão. Também dizer ao senhor Deputado Tiago que o CDS não está com o PSD, não está com o PS, não está com o Bloco, não está com a CDU. O CDS está com o Concelho da Guarda e está com a transparência. E, sempre que os nossos caminhos se cruzarem, neste aspeto, estaremos com todos. Com Partidos, o CDS está com o CDS. Certo? Obrigado. Já agora, deixe-me só dizer. Estamos a falar de transportes. Felicitar, realmente, o Vila Cortês por ter abraçado esse projeto de integrar essa terceira divisão nacional, acho que honra muito o Concelho da Guarda. Parece-me que há um protocolo estabelecido com a Câmara que impõe que alguns dos jogos sejam realizados aqui no Estádio Municipal. Espero que, nesses dias, também haja transporte disponível para a população de Vila Cortez vir assistir aos jogos. E deixe-me dizer também que me orgulha muito, porque o relvamento do campo do Estádio Municipal foi a última obra pública que o meu pai fez há trinta e cinco anos e as minhas férias foram passadas lá a trabalhar. Portanto, honra-me que efetivamente o Vila Cortês venha a praticar futebol, e praticar futebol representando a Guarda neste Estádio Municipal. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado.” -----

Ponto 2.3 - Discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Serviço de Água, Saneamento de Águas Residuais Urbanas e Resíduos Urbanos” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, obrigado. Este assunto prende-se com um novo Regulamento Municipal que visa colmatar algumas das lacunas dos Regulamentos anteriores. Designadamente na atividade de distribuição de água, o Regulamento data de 2005. Ao nível da recolha dos resíduos urbanos, todas as regras ali existentes já estão desajustadas à realidade de 2020. Por isso, e depois de pedirmos o parecer também à ERSAR, ou seja, conjugar, no fundo, estas novas determinações que estão inseridas neste novo Regulamento, em consonância com as novas diretrizes também da entidade reguladora nesta área, nós redigimos, de facto, esta proposta final, cumprindo, como também a proposta o refere, as três fases. A preparatória, a construtiva e integrativa de eficácia do acordo com o Código do Procedimento Administrativo, daí também a discussão pública e também a decisão nos órgãos próprios, Câmara e Assembleia Municipal. Portanto, reportamos este Regulamento da maior importância, na medida que se prende exatamente com o fornecimento de um bem essencial que é água e também a regulação dos resíduos sólidos produzidos no espaço urbano. E com certeza que adaptando as nossas necessidades também às novas normas e às novas exigências legais que estão em vigor, nós cumprimos também um dos desideratos fundamentais que é estar dentro da lei, mas, fundamentalmente, ser eficazes e eficientes também na resposta que temos que dar aos nossos concidadãos. Disse, obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir neste ponto? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** Bem, nós consideramos bem detalhados estes regulamentos, mas achamos que devia haver nele uma referência à economia circular, indicando onde devia estar a preocupação com a reciclagem, reutilização e reparação de equipamentos, que podem significar uma economia de muitos milhares de euros. Há ainda que integrar nestes regulamentos as precauções ainda mal definidas que somos obrigados a ter por força da Covid 19. Aproveitando esta ocasião de aprovação do regulamento, queremos dizer que vemos com bastante preocupação a situação de envelhecimento dos trabalhadores Serviço de Água, Saneamento de Águas Residuais Urbanas e Resíduos Urbanos. São trabalhadores que com as suas condições, experiência e capacidades continuam a dar resposta aos municípios. Trabalhadores que cada vez são menos, homens cujas idades e carreiras contributivas são longas e onde os jovens, apesar de haver alguns, são em número insuficiente. É um serviço carente de trabalhadores e de melhores condições de trabalho. A internalização do serviço das águas não veio melhorar em nada a situação desses trabalhadores, muito menos o serviço que antes primava pela excelência. A câmara municipal está a adotar um caminho de adjudicação de serviços através de concursos. Veja se o que aconteceu com o tratamento e recolha dos resíduos, com o que está a acontecer com os jardins e espaços verdes. Os serviços externos estão descapitalizados de gente, de profissionais. Os antigos vão para a reforma e os mais novos esses são insuficientes. Há nisto a política do não há e do desenrascar, havendo uma atitude sistemática de adiar a solução o problema de substituição de trabalhadores. Por outro lado, ouvi algumas pessoas, algumas pessoas de Albarido, onde a Câmara é a entidade gestora de exploração em alta, que receiam que a água da rede pública não chegue para as suas necessidades, receando

que esta falte em agosto. Portanto, chamo à atenção da Câmara para este problema que pode acontecer. E disse. “ -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Bruno, faz favor.” -----

- **Deputado Bruno Andrade (BE):** “Muito obrigado. Com esta proposta da Presidência, permita-me, senhor Presidente, este Executivo hoje poderia fazer aqui um brilharete perante esta Assembleia. Se conseguisse, ou se tivesse a coragem... coragem, não é preciso muita coragem, fazia isto, de fazer a tarifa social. Há uma tarifa especial, que eu já estive a analisar e tem lá uma tarifa especial. Ainda assim, propor-lhe o seguinte. A tarifa especial tem que ser e é dada a algumas famílias que submetam um requerimento ao Município. Há mecanismos, à disposição dos municípios, que conseguem saber, em tempo real, quem é que precisa, ou quem é que não precisa. E não ser necessário que uma pessoa tenha que vir de uma Freguesia longínqua ao nosso Município meter um simples requerimento, porque, infelizmente, teve uma perca de remuneração. Acho que o Executivo poderia ter feito mais, poderia ter tido esta atitude. Depois, colocar vinte e dois dias, como prazo máximo, desde o requerimento até que é dado este benefício social, ou tarifário especial, acho que é elevado. Deve ser dado logo no imediato, até porque uma família carenciada, ou alguém que perca o emprego, ou alguém que sofreu, nesta questão da pandemia recentemente, a perca de uma remuneração, estar vinte e dois dias à espera que seja feita essa atribuição é demasiado. Devia ser logo no imediato e depois, caso se comprovasse, ou não... porque, como a gente sabe, também há filhos de muito boa gente e podem acontecer casos complicados. De maneira que, depois, seria feito o acerto. Mas dava-se logo no imediato este tipo de isenção, este tipo de tarifário especial. E aplicar, em vez de ser tarifário especial, meter tarifário social. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Ora, boa tarde. Dispensar os cumprimentos. Começava por falar em dois assuntos que trouxeram aqui. Agora, o senhor Presidente da Câmara, falou na questão da CIM e dos Transportes. Ontem foi a reunião da Assembleia da CIM, na Covilhã, e foi lá falado também na questão dos transportes. Falou-se em várias coisas, vou falar noutra também. A questão dos transportes, para a CIM, por causa do Covid, também representa um peso que foi, no primeiro mês, na casa dos 100 mil euros. No segundo, já vai em 200 mil, portanto, para conseguir garantir que haja o serviço de transportes. Isto não quer dizer nada. Estou a constatar uma realidade apenas. Indo ao caso em concreto e pegando numa intervenção que houve aqui de manhã. Uma das intervenções que fizeram lá, na altura, foi o Professor Vítor Cavaleiro, do Sabugal, que falou sobre a possibilidade de transformar os terrenos de sequeiro em regadio na nossa zona. Portanto, já temos o regadio da Cova da Beira e uma hipótese de poder fazer um sistema de regadio para, a partir da nascente do Côa, conseguir ir regar terrenos que estão numa cota mais alta, mas que, ainda assim, numa cota inferior à cota da nascente. É uma coisa que não é linear. É uma coisa que tem que se estudar. Ele apresentou um trabalho académico que tinha, nessa reunião. Poderá, eventualmente, vir a ser uma mais-valia para a zona, com uma transformação e uma potencialidade para os terrenos

que não têm, e que nós sabemos porque andamos aqui, que poderia multiplicar por três e por quatro, se não mais, o valor dos terrenos rústicos, na potencialidade que têm a partir de uma alimentação, em princípio, gravítica, ou quase toda ela gravítica na nossa zona. É um estudo poderá vir a ter algum resultado. Em relação à questão do Regulamento que vem aqui. Pediram-me para fazer a análise do documento que eu fiz com algum cuidado, com muito trabalho. Como diz o Henrique Monteiro, não temos muito tempo para o fazer e temos que o fazer no pouco tempo livre que temos. E eu vou, de alguma forma, tentar fazer uma passagem, não muito demorada, pelo documento. O documento é muito abrangente. Trata não só do abastecimento de água, mas com as ligações conexas, que é a água, águas residuais, vulgo esgotos, águas pluviais e resíduos. Isto tudo vem indexado à nossa fatura da água. Não sei se bem, se mal. Já a questão da taxa da rádio difusão era a mesma coisa, que se pagava em tempos, e isso dá sempre umas polémicas. Mas o que é certo é que, neste momento, está assim. Na introdução do documento é dito que ele aparece porque era necessário fazer a atualização à legislação. Concordo. Mas também concordo que como profissional que trabalha e que tem que lidar com as Autarquias, a da Guarda em particular, dizem-me que têm que pôr sempre a legislação que está em vigor. Incorreto, não devemos ir a um preciosismo. Mas correto. Falam no 555, no artigo 4º, alínea c). Fala no 555/99. O 555, em 99, nunca entrou em vigor. Mas, apesar disso, está em vigor com a legislação que está neste momento. Portanto, eu sugeria, como aparece mais à frente no documento, que ficasse: na redação em vigor. Porque, efetivamente, ele nunca esteve em vigor e, neste momento, também não está. Está a redação em vigor. Na alínea d), fala no 220, que é a legislação de segurança contra incêndios de 2008. A legislação que está em vigor, neste momento, é a Lei n.º 123 de 2019, de 18 de outubro, que procede à terceira alteração à legislação de segurança contra incêndios. É conveniente também fazer essa retificação, porque é a legislação que efetivamente está em vigor. Depois, vou passar aos artigos. O artigo 11º, tem deveres da entidade gestora, fala que compete ao Município da Guarda manter atualizado, e isto vai no sentido que o Aires Diniz disse aqui, manter atualizado o cadastro das infraestruturas e instalações afetas ao sistema público de abastecimento de água, bem como elaborar e cumprir o plano anual de manutenção preventiva para as redes públicas de abastecimento. Isto é uma situação que a gente tem conhecimento, trabalha aqui já há alguns anos, que a informação antigamente era passada de geração em geração e o conhecimento das infraestruturas, das redes, era passada de uns para os outros e assim era mantida a informação. Hoje temos mecanismos, temos ferramentas, que permitem que isso seja feito de uma forma diferente. De transformar esta informação de conhecimento pessoal para um conhecimento que fica armazenado num sistema e que permite, de uma forma muito mais fidedigna, ter acesso a essa informação. Eu sugiro que isto, efetivamente, seja cumprido. Porque na realidade não é, como ele disse e bem, que as pessoas vão tendo, como nós temos alguma idade, e que vão perdendo essa informação. Portanto essa informação que seja vertida para essas ferramentas que conseguem, de alguma forma, fazer essa passagem de testemunho para o futuro. Depois, na alínea e), manter atualizado o cadastro, é a mesma coisa, das infraestruturas e instalações afetas ao sistema público de abastecimento de água, bem como elaborar... Artigo 14º, está aqui uma coisa que acho que devia ser feito de uma forma mais progressiva. No ponto 2, diz que o serviço de abastecimento público da água, através das redes fixas, considera disponível dentro do perímetro urbano, desde que o sistema infraestrutural do

Município da Guarda esteja localizado a uma distância igual ou inferior a vinte metros do limite da propriedade. Está cá, será para ficar. Mas eu sugiro que, no futuro, isto seja feito de uma forma progressiva. Isto é, não é menos do que vinte e mais do que vinte, por obra e graça do divino Espírito Santo, mas é a fazer de uma forma progressiva, de maneira a que comece naquela que está mais perto e que depois vá, de alguma forma, agravando os custos para a ligação para aquelas que estão mais longe. Ou seja, não é o pago nada, ou o pago tudo. É um pagar progressivo para a ligação dos novos abastecimentos. Portanto, sugiro que isso seja tido em atenção. Depois, artigo 29º. O artigo 29º é, outra vez, aquilo que eu estava a dizer... a instalação da rede pública... 555, na redação em vigor. Depois, artigo 39º, este também é engraçado. Esta não a consigo perceber. Portanto, a legislação de segurança contra incêndios diz que nós temos que ter abastecimento de água a menos do que uma determinada distância do acesso às construções que a gente faz. Seja habitações, seja outra coisa qualquer. Mas, depois, tem aqui um artigo que diz assim, o artigo 39º, ponto 3: as bocas de incêndio instalados nas fachadas dos edifícios, serão progressivamente substituídas por marcos de água instalados na via pública e ligados diretamente à rede pública. Não consigo perceber. Porquê? Porque as exigências que há de distância de uma boca de incêndio a uma porta são tão grandes, estamos a falar na casa dos quinze metros, o que significa que tem que ter, as bocas de incêndio, um monte delas. Uma coleção. Se nós pusermos marcos de incêndio, os marcos são aqueles pinocos que saem do chão. Se estivermos a pôr marcos de incêndio, estamos desgraçados, vamos esbarrar. Lá vão as acessibilidades para o caneco, porque estamos a esbarrar em marcos de incêndio. Eu não percebo, quem é que foi que se lembrou disto. Eu sugiro que este ponto 3, do artigo 39º, seja analisado. Não consigo perceber. A menos que alguém tenha alguma explicação para isto. Artigo 44º. Com uma legislação tão apertada, onde se fala em tudo quando é nas definições no início, e se faz uma descrição exaustiva do que é que tem que se fazer, não consigo entender como é que no artigo 44º, ponto 5º, diz: nenhum contador pode ser instalado e mantido em serviço sem a verificação metrológica prevista na legislação em vigor. Porque é que não diz qual é que é a legislação? Deve dizer qual é que é a legislação. Depois, o 45º é igual. Também não percebo porque é que repetem, porque o artigo 45º, no ponto 6, diz exatamente o que diz o artigo 44º, no ponto 5. Não percebo. Artigo 53º, vigências dos contratos, isto é, quando a gente faz um contrato, pronto, o contrato lá fica e, graças a Deus, enquanto nós cá andarmos, temos contrato. Em princípio, a menos que a gente não pague. Este é para aquelas situações temporárias, o caso de estaleiros de obras, ou outros. E diz: os contratos de fornecimento de água referidos na alínea a), do nº 2, do artigo 51º, são celabrados com o construtor ou com o dono de obra a título precário e caducam com a verificação do termo do prazo, ou suas prorrogações, afixado no respetivo alvará de licença ou autorização. Só que isto tem problema. Isto, ultimamente, não funciona porque, com as regras tão rígidas que estão a pôr, a gente tem que ir apresentar o documento, designadamente na EDP. E se nós não formos lá apresentar o documento, o que é que acontece? Cortam-nos a luz logo. Isto é tiro e queda. E como, quando a gente vai pedir a licença é antes de acabar, mas com algum prazo, a gente pede, mas depois aquilo leva uma semana, quinze dias, para darem a licença e, entretanto, vai lá a EDP e corta. Se nós não dermos aqui uma folga, o SMAS, a seguir, vai fazer a mesma coisa se nós aprovarmos isto sem folga. Ou seja, acaba a licença. Nós vamos pedir a prorrogação, mas ainda não temos a licença, pumba, vão lá e cortam. A seguir paga a taxa de ligação, novo termo do técnico. Portanto, é uma serie

de coisas que podemos evitar se dermos aqui uma folga do tempo necessário para que, administrativamente, a licença seja prorrogada e a gente continue com a coisa, porque, entretanto, graças a Deus, está a funcionar. Artigo 72º, incidência, estrutura tarifária. Agora é os preços que eu andei à procura no Site da Câmara e do SMAS e não consegui encontrar a taxa com os valores. Eu tenho-os aqui porque eu trouxe-os. Trouxe aqui duas faturinhas lindas que são minhas. Uma da minha casa, outra do meu escritório, mas já vamos ver. Diz assim, incidência, no ponto 2: para efeitos de determinação das tarifas fixas e variáveis, os utilizadores são classificados como domésticos ou não domésticos. Ou seja, ou são domésticos, e indo aos domésticos já vamos a ver que nem todos são domésticos, ou são não domésticos. Os não domésticos é as coisas que, antigamente, se chamavam de comerciais, de serviços e por aí fora, porque não é a mesma coisa. E depois temos os outros ainda, como já foi aqui também referido. Já falamos nisso. Tarifa da disponibilidade... lá está, a questão dos domésticos: aos utilizadores finais domésticos, cujo contador possua diâmetro nominal igual ou superior a vinte e cinco milímetros, aplica-se as tarifas de disponibilidade de espécie em euros por dia. Aos utilizadores finais domésticos cujo contador possua diâmetro nominal superior a vinte e cinco milímetros, aplica-se a tarifa de disponibilidade prevista para os utilizadores não domésticos. Ou seja, nós temos, porventura, uma família numerosa, temos uma casa grande, significa que, apesar de ser uma habitação doméstica, como tem um diâmetro superior a vinte e cinco milímetros, já não é doméstico. Não concordo, está mal. Mas está cá, artigo 64º, ponto 2. O artigo 65º, não consegui perceber. Tarifa variável. Portanto, nos domésticos, o consumo de água é pago por escalões. Ou seja, quanto mais gastamos, mais pagamos, pronto. Coisa que não acontece nos que não são domésticos. Mas tudo bem. Mas, depois, tem aí um ponto 5 que eu não consigo perceber: o fornecimento de água centralizado para o aquecimento das águas sanitárias em sistemas prediais, que é a história dos coletores solares, através de energias renováveis que não seja objeto de medição individual a cada fração, é globalmente faturada ao condomínio ao valor do 2º escalão da tarifa variável do serviço previsto para os utilizadores domésticos. Não consigo perceber. Isto significa o quê? Significa que, em vez de fazer, por fração, a distribuição de água fria para depois dar água quente, vai-se fazer a distribuição de água quente a partir do geral e que é alimentado pela água fria. Mas porquê o segundo escalão? Porque é que não há de ser como os outros? Gasta menos, paga menos. Gasta mais, paga mais. É porque gasta sempre mais? Deviam arranjar aqui um sistema que funcionasse de forma mais correta. Portanto, artigo 65º, ponto 5. Aqui, no anexo 1, temos a minuta dos termos de responsabilidade do autor de projeto. Tudo bem. Só tem um problema, é que já há muito tempo que não há reconhecimentos por semelhança. Já há muito tempo. Portanto, assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário Municipal, mediante a exibição de cartão de cidadão. Isto já não existe. Isto já foi no tempo dos Afonsinhos. A mesma coisa no anexo 2, que é igual. Depois, no artigo 21º, regras de posição nos resíduos, diz assim: os óleos alimentares utilizados, acho que é assim, usados, devem ser acondicionados em garrafas de plástico fechadas e colocadas nos equipamentos específicos. Eu moro na Estação. Havia lá um sítio, um oleão como se dizia, para pôr. Era à frente do mercado. Depois passou para trás do mercado e depois desapareceu. Acho que na cidade, se nós formos ver, não há oleões. Entretanto há aqui um artigo onde diz que na cidade, na zona urbana, nós temos que ter um equipamento para fazer a deposição dos resíduos sólidos, portanto, do lixo, a cem metros. Se for nas aldeias é duzentos metros. A cem metros,

acho que se contam pelos dedos de uma mão aqueles que têm um oleão ao pé. A mesma coisa para o que chamam REEE, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos. As pilhas. O pilhão, que a gente tinha ao lado do ecoponto, desapareceu nestes novos. Portanto, não há um sítio para a gente pôr. Onde é que a gente vai? Vai ao Modelo ou ao Continente a pôr. Está bem, ok. Mas não são cem metros e também devia estar mais perto. Portanto, tentar fazer com que, para cumprir este Regulamento que estamos a aprovar hoje, sejam colocados equipamentos para fazer a recolha deste tipo de resíduos específicos. Estou a falar dos óleos alimentares usados e das pilhas, que é importante. A questão do Regulamento das Taxas, portanto, a questão do valor que é preciso pagar. Tenho aqui duas faturas. Tenho uma fatura, portanto, de um que passará a ser não doméstico, que é comércio. Agora diz aqui comércio. Mas não é comércio, por acaso até é serviços, mas pronto. Não é que isto seja importante, mas para a Câmara às vezes é. E tenho aqui este que é o meu, este é doméstico. Estas faturas, fruto da legislação, são intragáveis. Isto que aqui está é intragável. É uma coisa que é difícil de ler. Quando nós temos demasiada informação perdemos-nos nisto. E, às vezes, muito difícil de conseguir perceber. E é chato, para não dizer outra coisa, que diga assim, na da minha casa que, por acaso, está por transferência, com pagamento pelo banco, diz assim: estimado munícipe, para maior comodidade adira à fatura eletrónica. Está cá. Está a pagamento através do débito direto, está escrito por baixo a dizer que é feito o pagamento por débito direto. A fatura eletrónica podem-me mandar que eu fico todo satisfeito. Mas não adianta, porque continuamos na mesma a ir lá a ter que dizer que aquilo não tem consumo ou qualquer coisa. E, depois, na do escritório, diz-me assim: estimado munícipe, a água é vida, não a desperdice. Os últimos resultados obtidos, a qualidade da água dizem que está porreira, que está na legislação em vigor. Só tem um problema. É que eu, aqui, pago um metro cúbico sempre, e como é um escritório, não tomo lá banho, ninguém toma lá banho, só lavamos as mãos, agora mais do que antes, não gastamos um metro cúbico por mês. Aquilo já lá está muito alto e, todos os meses, é faturado um metro cúbico que eu não gasto. Portanto, é chato que aqui diga para não gastar muito, porque eu aqui não gasto. E é chato que me diga aqui que deva aderir ao débito direto, porque eu efetivamente já estou a pagar por débito direto. Está aqui. Em relação à questão dos valores, no caso dos não domésticos paga-se por escalão único, igual em todos, seja ele qual for o consumo. No caso dos domésticos é por escalões. Ter isto em atenção e tentar arranjar aqui valores que sejam, de alguma forma, mobilizadores da economia do nosso Concelho. Finalmente, vem um bocadinho a «talhe de foice», mas tenho que a meter. Tentei, porque isto aqui também fala na recolha dos resíduos... a maior parte da fatura da água que a gente paga, não é da água. É dos esgotos, da recolha dos resíduos, portanto, que está indexada à fatura da água. Isto que aqui está é um mono. Eu já fui à polícia. Esta primeira fotografia que está aqui, é de novembro de 2018. Chateei a polícia e chateei a Junta de Freguesia, que tem um Site porreiro onde a gente mete lá o que entende sobre isto. Mande já duas vezes para a Junta de Freguesia. Estas são de hoje, tirei-as há bocadinho. Há bocadinho mesmo. Quando saí, de manhã, fui tirar fotografias a isto para não haver dúvidas. Está lá. Não há problema, a identificação eu já a dei porque está ali, vai aparecer os selos do carro. É fácil de identificar o proprietário, só não identificam porque não querem. É que, se for o meu carro, vão lá, multam-me, e a seguir rebocam-me e depois estou a pagar. Porque eu pago, eu sou daqueles que pago. E depois há aqueles que estão lá em cima, ou estão lá em baixo, que não pagam. E o carro está lá há dois anos. É um mono. É o tal mono

que nós temos que pegar no telefone e combinar com a Junta de Freguesia, ou com a Câmara, para tirar. Por favor, tirem de lá esta porcaria, que já está a parecer mal ali junto à Alameda de Santo André. É um sítio de uma beleza extraordinária na Guarda e que não está a aparecer bem. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, agradeço a análise que o senhor Deputado Aragão fez deste Regulamento. Acompanho-o naquelas referências e melhorias que este Regulamento necessariamente necessita. E até deixava uma sugestão ao senhor Presidente de Câmara, que efetivamente o documento não fosse votado hoje, que fossem analisados estes pontos de uma forma mais rigorosa e que viesse a uma próxima Assembleia Municipal. Acho que não estamos perante um caso de vida ou de morte, que não se possa estar a adiar a votação. Isto é um Regulamento, regula as relações entre o Município, entre os cidadãos, entre os operadores que trabalham dentro destes sistemas de recolha de resíduos e distribuição de água, mas também não resolve os problemas todos. E, como foi referido há bocado, nós pagamos taxas sobre o tratamento das águas residuais, mas continua a haver muitas águas residuais que não estão a ser recolhidas pelos sistemas, apesar de termos duas ETAR’s. E, claramente, que eu acho que é a ETAR, e muita gente acha, que a ETAR de São Miguel está a funcionar de forma deficiente e sem capacidade de tratamento efetivo dos efluentes que recebe. Eu acho que isto são aspetos que, para além daquilo que é o Regulamento, todo este palavreado, que importa olhar com atenção. O próprio documento de adaptação às alterações climáticas, aponta os problemas de água como um problema urgente e atual já, e que se vai agravar num futuro. Portanto, a qualidade da água é muito importante e há que, se calhar, fazer prospeções para identificar os pontos críticos, onde é que efetivamente esse efluentes estão a descarregar, de onde é que vêm e tentar encaminhá-los para os locais de tratamento. E, eventualmente, se calhar, até pensar, se houver falta de capacidade da ETAR de São Miguel, pensar numa outra infraestrutura, ou na sua ampliação, para que não continuemos a ter os nossos rios conforme temos, e termos um lago no Polis, que em vez de ser um espelho de água, é um pasto lamacento, não é? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Boa tarde a todos. Analisámos, dentro das possibilidades e das limitações que já aqui foram partilhadas, o documento que foi submetido. Não numa perspetiva tão técnica quanto a do Deputado Aragão, que, aliás, é um homem do ofício, portanto, tem uma visão obviamente diferente da nossa, mas mais numa perspetiva de equilíbrio entre os direitos e os deveres que emergem destes regulamentos. Partilhamos também a preocupação com a acessibilidade e a disponibilidade dos equipamentos de recolha que também já foi aqui referido e, portanto, não me alongo sobre isso. Gostávamos que a Câmara desse uma atenção à acessibilidade a todos os equipamentos de recolha, aos pilhões, etc. Gostaríamos também de ver que este Regulamento contemplasse, de alguma forma, mais recurso a meios eletrónicos no relacionamento, quer com a contratação, quer com, enfim, no

restante relacionamento que tem que haver, no âmbito desta relação que se estabelece entre a Câmara, enquanto entidade gestora do sistema, e cada um dos consumidores. Esta é uma questão que adquire até a maior importância numa altura como esta, em que estamos todos a tentar minimizar os contactos. E, portanto, nós hoje contratamos a eletricidade por meios digitais, contratamos telecomunicações por meios digitais. E o passo inevitável será também contratarmos água e, enfim, o saneamento e a recolha de recursos, por meios digitais. É uma questão de tempo. Portanto, eu creio que, quanto mais cedo fosse, melhor. De resto, acompanharemos na votação o documento que foi submetido. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigada, senhora Presidente. Ouvi com atenção o Deputado Aragão, como todos os outros, e relativamente a este ponto desculpem-me o paralelismo. Mas costuma-se dizer que uma mentira, dita muitas vezes, quase que passa a ser verdade. Verdadeiramente, se alguma razão subsiste nalguma incerteza, em alguma insatisfação de alguns Deputados porque documentos, de acordo com a lei, chegam muito em cima da hora, que se poderá sempre analisar e ver o que se pode fazer nessa matéria. Já não têm razão relativamente a este Regulamento. Eu tive o pormenor de referir, que foram respeitadas a fase preparatória, construtiva e integrativa. Isto quer dizer que este Regulamento esteve em discussão pública. Aliás, senhor Deputado Aragão, para ser tão exaustivo no seu trabalho, poderia ter sugerido à Câmara Municipal da Guarda para, também do ponto de vista técnico... porque repare, desde aquilo que não entendeu, mas respondeu, daquilo que não compreende, mas está no Regulamento, e daquilo que não concorda, em que é que ficamos? E, portanto, para dúvidas dessas depois de passar a fase construtiva, a fase preparatória e integrativa, quer dizer que, depois de dois momentos em que este Regulamento, primeiro, hoje, a fase preparatória diz assim: antes do Município colocar à discussão pública qualquer matéria objeto de Regulamento, deve solicitar à comunidade sugestões para a elaboração desse Regulamento, ponto um. Portanto, o senhor Deputado devia ter usado esta faculdade e não usou. Mas, mesmo que não tivesse usado, como outros senhores Deputados aqui já se referiram e acompanharam, o Rui Pedro também, uma segunda fase que é, depois de fazer a elaboração da proposta, de colocarmos todas as sugestões, já temos um projeto do Regulamento. E aí, senhor Deputado, podia, no projeto de Regulamento, ter feito as sugestões que aqui fez. Não o fez. Mas agora, chegados aqui, e eu tenho que reconhecer o trabalho técnico que foi feito, e peço desculpa, senhor Deputado, mas eu ainda acredito nos meus Técnicos e defenderei, até à exaustão, depois do trabalho que eu também acompanhei, depois de um trabalho que resulta, como eu disse, no ajustamento e na atualização do Regulamento de 2005, onde circunstâncias... que não direi que até possa, pontualmente, ter razão. Mas que eu não reconheço porque não tenho aqui nada objetivamente que contrarie o que aqui está plasmado neste documento. Eu reitero a esta Assembleia que, pese embora aqui a apreciação feita pelo Deputado Aragão, e sem prejuízo de, depois desta Assembleia, resolver qualquer dúvida que possua com o técnico, ou com a comissão, ou com o grupo de técnicos que elaborou este Regulamento, que possa, eventualmente, discutir com eles e clarificar muitas das dúvidas que aqui colocou. Também como referi, ainda assim, sugerem aqui alguma

incerteza na apreciação que fez. Peço desculpa pelo comentário, mas foi também essa a minha convicção, porque fiquei sem perceber bem algumas das dúvidas que levantou e, portanto, resta-me, e na salvaguarda dos interesses do Município, de um Regulamento de 2005 que está atrasado, como sabem, catorze anos, quinze anos, está na altura de ser corrigido, ser adaptado. Se houver alguma coisa que lesa-pátria, como de alguma forma também foi sugerido pelo senhor Deputado, com certeza que também estaremos abertos e viremos cá para corrigir esse grande erro e, de alguma forma, valorizar o trabalho que foi feito. Porque, na sua essência e nos termos da Lei e naquilo que é o ajustamento à realidade atual, este trabalho merece a concordância, foi bem feito, está tecnicamente sustentável e, por isso, merece também o vosso voto a favor deste documento. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passávamos, então, à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Serviço de Água, Saneamento de Águas Residuais Urbanas e Resíduos Urbanos.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e seis votos a favor e uma abstenção. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.”. -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Só para dizer que apesar de, efetivamente, reconhecer algumas imperfeições e concordo que, muitas vezes, estes processos de participação pública na construção destes documentos não são, não ganham a adesão que deviam ter. Mas muitas vezes também a própria divulgação desse debate público também não é feita devidamente. Mas, uma vez que o senhor Presidente manifestou abertura para poder vir aqui e realmente fazer eventuais correções ao documento, daí que o nosso voto favorável.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “É para dizer que dei o benefício da dúvida, porque aquilo que eu trouxe aqui foram reparos que me cabem fazer como membro da Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal é o órgão que fiscaliza o Executivo da Câmara Municipal. Eu posso, como cidadão, exercer a minha atividade com a Câmara Municipal sem problemas nenhuns. Mas também posso, e devo, aí como obrigação, como membro da Assembleia Municipal, exercer a fiscalização sobre todos os atos da Câmara Municipal. Portanto, tenho todo o direito para poder fazer todos os reparos que entender pela ação da Câmara Municipal da Guarda, do Executivo da Câmara Municipal da Guarda. Portanto, o que eu fiz foi de forma correta. Dei o benefício da dúvida, como é óbvio, e votei a favor do documento. Porque aquilo que eu disse não era para votar contra, nem para não votar, como estava a dizer o Henrique. Foi o benefício da dúvida e foi o chamar à atenção daquilo que, efetivamente, não estava bem. E tenho a certeza absoluta do que estou a dizer. Não tenho dúvidas nenhuma do que estou a dizer, e repito-o aqui. Portanto, está certo. Agora, não era para votar contra, era para votar a

favor. Agora, era perceber que cada coisa tem o seu tempo. O cidadão Luís Manuel de Sousa Aragão não fez nenhuma intervenção. Não, não fez. Mas fez aqui o Deputado Municipal Luís Manuel de Sousa Aragão. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “A título de Declaração de Voto, queria só endereçar, enfim, uma sugestão, ou um pedido, se quisermos, ao senhor Presidente, que há pouco me esqueci de referir no final da minha intervenção. E que era, como muito bem disse, há alguma evolução na componente de recolha de resíduos e, portanto, há um conjunto de regras que não existiram e que passam a existir e eu acho que era proveitoso para todos que isso fosse objeto de comunicação à população, com a edição de um folheto com essas regras, horários, etc, mecanismos de agendamento de recolhas. Penso que era importante divulgar, alguma dessa informação, à população que não está tão familiarizada com o tema. Obrigado.” -----

Ponto 2.4 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende usar da palavra? Não? Muito bem. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, é só para terminar. Esqueceram-se de colocar números nas páginas da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal, tornando mais difícil o assinalar das questões. O Deputado João Prata já tinha falado na parte cultural e eu remeti, para esta parte final da Assembleia, falar sobre isso. E vou falar sucintamente. Na parte cultural, onde centraremos a nossa atenção, verificamos que não foi inserida na análise o atraso sofrido por força da pandemia da nossa candidatura. Contudo, ficámos a saber melhor quais são os equipamentos culturais existentes na região desta candidatura da Capital Europeia da Cultura. Ficámos, também, com o inventário das associações de artes e dos espetáculos, bem como das associações culturais e recreativas. Contudo, não ficámos com a ideia mínima da riqueza arquivística da região, que é uma questão importante, e na listagem das bibliotecas falhou o conhecimento das bibliotecas escolares do ensino não superior e da biblioteca do IPG, bem como as bibliotecas de diversos serviços públicos, da diocese e do seminário, bem como as de outras instituições cuja existência desconhecemos por agora, mas que os trabalhos de valorização da candidatura irão descobrir. Há aqui também outra questão que é o Liceu da Guarda tem uma grande riqueza museológica, que fez parte da nossa história. Eu fui lá há um ano ou dois, ver um microscópio que foi usado pelo Lopo de Carvalho para fazer as análises das doenças que havia na altura em que ele era aqui médico e, portanto, há aqui muita riqueza cultural que tem que ser inventariada. Na minha intervenção sobre a questão da Associação Comercial, também lá tem biblioteca, também lá tem um arquivo. Portanto, tudo isto são questões fundamentais para valorizar a cultura da Guarda e a nossa história cultural. E, portanto, eu penso que isto deve ser inserido no relatório da cultura, que acho que é um avanço, mas que, digamos assim, aqui, nesta fase em que nós

estamos, temos que acrescentar e pensar que não sabemos tudo. E, portanto, todos nós, e aquelas pessoas que não estão aqui mas que pertencem à nossa cidade, ou ao nosso concelho, que possam não estar cá, podem vir a dizer que há isto mais para pôr no inventário da cultura guardense ou da cultura desta região, destes dezassete concelhos, porque isso vai valorizar a nossa candidatura. E, mesmo que a candidatura não vença, será sempre uma mais-valia porque é com isso que nós nos podemos valorizar. Há aqui coisas que já houve no arquivo. Ainda hoje houve alguém que me telefonou e que me esteve a falar sobre questões da manutenção de um arquivo preservado, que é importante, porque os arquivos são seres únicos, quando um livro desaparece, há muita coisa que deixamos de conhecer. Eu tenho andado nos arquivos e eu costumo brincar, dizendo: quando era pequenino lia os livros, quando cresci lia os jornais, quando sou mais velho leio os arquivos. E nos arquivos encontramos muita coisa que não passou para os jornais, nem para os livros. Porque nós sabemos a nossa própria história política, que houve muitas coisas que foram silenciadas pela censura e algumas estão nos arquivos porque, nos arquivos, não houve censura. Eu, por exemplo, aprendi muito com as cartas enviadas ao Governadores Civis que estavam em Vila Real, foi lá que eu as li, porque houve coisas em Portugal que foram censuradas, mas os Governadores Civis recebiam informação das coisas censuradas. E fiquei a saber que havia, por exemplo, pichagens nas estradas, acerca da candidatura do Humberto Delgado, que estiveram anos e anos visíveis ao povo português. Agora, só para terminar, é assim. Para manter a operacionalidade dos serviços municipais, queremos ainda sublinhar a necessidade do reforço do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho, de modo a minimizar a ocorrência de acidentes de trabalho e ainda mais baixas por doença, atendendo que durante o mês de março, abril e maio, e agora já junho que estamos acabar, não houve consultas médicas ocasionadas pelo plano de contingência da COVID-19, mantendo-se a necessidade permanente, como é bem referida no documento, de... e depois há aqui umas coisas que eu não vou dizer, porque estão no documento que a Câmara nos enviou. Portanto, aqui nós temos que ter em atenção que o mundo está diferente, há aqui uma nova normalidade que, se pudermos, que seja melhor que a velha normalidade. Ou seja, chegamos ao fim desta pandemia mais seguros, na parte da segurança, higiene e o mais que nos preserva a vida. E disse e boas férias.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir neste ponto? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, só um esclarecimento, novamente. Faltou-me, há pouco, ao senhor Deputado Luís Aragão. Tenho a informação de que a viatura que apresentou na fotografia, é uma viatura que está hipotecada à ordem do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda e, portanto, nós, Município da Guarda, já fizemos três requerimentos. Mas enquanto a decisão não for proferida em termos judiciais, não há PSP, não há Junta de Freguesia, não há Município da Guarda, que retire aquele mono daquele espaço. Perturba, prejudica, não valoriza. Mas é isto que temos que mudar e, portanto, fica esta nota de que não é negligência de ninguém, ou por outra, não é negligência das entidades que referiu. Mas alguém tem a tutela do assunto e queremos que a mesma resolva o mais rapidamente possível. Disse. Obrigado.” -----

